

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**(DES)PREGAMENTOS E TÁTICAS NOS COTIDIANOS NARRADOS POR
TRAVESTIS: DESALOJAMENTOS NOS ESPAÇOS PRISIONAIS COMO MODOS
DE (R)EXISTÊNCIAS**

RODRIGO PEDRO CASTELEIRA

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**(DES)PREGAMENTOS E TÁTICAS NOS COTIDIANOS NARRADOS POR
TRAVESTIS: DESALOJAMENTOS NOS ESPAÇOS PRISIONAIS COMO MODOS
DE (R)EXISTÊNCIAS**

Tese apresentada por Rodrigo Pedro Casteleira
ao Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Estadual de Maringá, como
um dos requisitos para a obtenção do título de
Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Eliane Rose Mario

**MARINGÁ
2018**

Ficha catalográfica

RODRIGO PEDRO CASTELEIRA

**DES)PREGAMENTOS E TÁTICAS NOS COTIDIANOS NARRADOS POR
TRAVESTIS: DESALOJAMENTOS NOS ESPAÇOS PRISIONAIS COMO MODOS
DE (R)EXISTÊNCIAS**

BANCA EXAMINADORA

Profª Dr.ª Eliane Rose Maio (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profª Dr.ª Jani Alves da Silva Moreira
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof Dr. Murilo Moscheta
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profª Dr.ª Megg Rayara Gomes de Oliveira
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Aleksandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Agradecimentos

Neiab PPE UEM Nudisex
Eliane Maio Jani Murilo
Alexandro Roberta Samilo
Lva Mariê Fernanda Alekis
Rafaeli Naomi Fevd Poli
Maddox Lucas LILIAN Popov
Lud Fran Joy Dali Joks
Curuja Wesley Megg
Jeff Joy Fran Joks
Dali Curuja terra
Megg
FAMÍLIA
travestis
PRETAS

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **(DES)PREGAMENTOS E TÁTICAS NOS COTIDIANOS NARRADOS POR TRAVESTIS: DESALOJAMENTOS NOS ESPAÇOS PRISIONAIS COMO MODOS DE (R)EXISTÊNCIAS.** 111 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2018.

RESUMO

A presente escrita tem por objetivo analisar narrativas de quatro travestis que tenham passado pelo sistema prisional, com tempos diferentes de permanência, a fim de trazer discussões sobre os modos de resistências efetuados por cada uma delas. As travestis entrevistadas foram acessadas via conexões diversas, como amizades em comum, redes sociais ou telefonemas, não representando um campo fechado e único, mas aberto e plástico. A discussão tentou desenhar a categoria travesti sob as escritas de autoras travestis junto a seus conceitos de si e autodeterminações, configurando uma espécie de autobiografia, ainda que guiada por um roteiro semiestruturado. As conexões existentes entre elas, para além da categoria travesti, residem primeiro em seus acessos ao sistema prisional e, posteriormente, nas formas encontradas para tornar passível de vida o tempo do encarceramento. Esses modos elaborados são táticas pensadas no tecido do espaço e do tempo, ou seja, no cotidiano. Este também é um dos focos de análise da tese, uma vez que importa tentar compreender não as práticas heróicas das travestis, mas as ordinárias, as comuns, elaboradas segundo processos educacionais conceituados como uma educação menor. Essa educação revela potencialidades belicosas para resistências frente à educação formal e mesmo não formal, configurando-se em desalojamentos dentro do próprio sistema, procurando fissuras e inventividades. A educação hegemônica cria paradigmas do que seja a categoria de monstro às pessoas que fogem dos padrões normativos e geram medos. Monstros podem ser tanto as travestis quanto as pessoas encarceradas, no caso das entrevistadas, duplamente monstras. As táticas elaboradas por essas quatro travestis narram educações de si escapadiças, articuladas e resistentes, trazendo atravessamentos também não pensáveis, como a noção de afeto de onde e quem não se espera: alguns homens dentro do sistema carcerário. O afeto também se revelou uma tática de desalojamento não esperado das masculinidades, provocando táticas de sobrevivências entre as diferenças.

Palavras-chave: Travestis; Sistema Prisional; Educação menor; Existência; Resistência.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **DETACHMENT AND TACTICS IN DAILY LIFE NARRATED BY CROSSDRESSERS: UNHOUSING IN PRISION SPACES AS WAYS TO EXIST AND RESIST.** 111 f. Doctoral thesis (PhD in Education) –Post-Graduation in Education. Maringá State University. Advisor: Dr. Eliane Rose Maio. Maringá, 2018.

ABSTRACT

This paper aims to analyze four crossdressers narratives who have been imprisoned for different periods of time in order to raise debates on resistance ways carried out by each one of them. The crossdressers interviewed here were reached by different connections such as friends in common, social media or phone calls, which did not represent a closed and narrowed field but one that it is open and flexible. The issues raised here tried to sketch the crossdresser category through the words by crossdressers writers along with the concepts about themselves and self-determinations, therefore shaping a kind of autobiography even if it is led by a semi-structured script. The existing connections among them, beyond the crossdresser category, lie at first in their access to the prison system and, later in finding ways to make it possible to go through life imprisonment. These articulated methods are tactics thought in the space and time web, that is, on a daily basis. This is also one of the thesis investigation focuses, once it matters to understand not the crossdressers heroic actions, but the ordinary ones, the usual ones, articulated according to educational backgrounds thought as being a less important education. This kind of learning reveals a warlike potentiality to resist against a formal and even a not formal education shaped as unhousing inside the system itself searching for a hairline crack and inventiveness. The hegemonic education creates paradigms about what it means the monster category to people who escape normative patterns and cause fear. Monsters can be crossdressers and can also be the incarcerated people. In the case of the people interviewed here, they can be twice as monsters. Tactics elaborated by these four crossdressers narrate articulated and resistant learning processes about themselves bringing along crossing points never thought before, such as the concept of affection in places and from people one could never expect to find: a few men inside the prison. Affection also revealed an unhousing tactic not expected from masculinity causing survival techniques among differences.

Keywords: Crossdressers; Prison System; Lesser Education; Existence; Resistance.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **(DES)PEGAMIENTO Y TÁCTICAS EN LOS COTIDIANOS NARRADOS POR TRAVESTIS: DESALOJAMIENTOS EN ESPACIOS PRISIONALES COMO MODOS DE (R)EXISTENCIAS**. 111 h. Tesis (Doctorado en Educación) - Universidad Estatal de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2018.

RESUMEN

La presente escritura tiene por objetivo analizar narrativas de cuatro travestis que pasaron por el sistema penitenciario, con tiempos diferentes de permanencia, a fin de traer discusiones sobre los modos de resistencias efectuados por cada una de ellas. Las travestis entrevistadas fueron accedidas vía conexiones diversas, como amistades en común, redes sociales o llamadas telefónicas, no representando un campo cerrado y único, sino abierto y plástico. La discusión intentó dibujar la categoría travesti bajo las escrituras de autoras travestis junto a sus conceptos de sí y autodeterminaciones, configurando una especie de autobiografía, aunque guiada por un guión semiestructurado. Las conexiones existentes entre ellas, además de la categoría travesti, residen primero en sus accesos al sistema penitenciario y, posteriormente, en las formas encontradas para hacer pasar de vida el tiempo del encarcelamiento. Estos modos elaborados son tácticas pensadas en el tejido del espacio y del tiempo, o sea, en el cotidiano. Este también es uno de los focos de análisis de la tesis, ya que es importante tratar de comprender no las prácticas heroicas de las travestis, sino las ordinarias, las comunes, elaboradas según procesos educativos conceptuados como una educación menor. Esta educación revela potencialidades belicosas para resistencias frente a la educación formal e incluso no formal, configurándose en desalojos dentro del propio sistema, buscando fisuras e inventividades. La educación hegemónica crea paradigmas de lo que es la categoría de monstruo a las personas que huyen de los patrones normativos y generan miedos. Los monstruos pueden ser tanto travestis como las personas encarceladas, en el caso de las entrevistadas, doble monstruos. Las tácticas elaboradas por esas cuatro travestis narran educaciones de sí escapadas, articuladas y resistentes, trayendo atravesamientos también no pensables, como la noción de afecto de donde y quién no se espera: algunos hombres dentro del sistema carcelario. El afecto también se reveló una táctica de desalojo no esperado de las masculinidades, provocando tácticas de supervivencia entre las diferencias.

Palabras-clave: Travestis; Sistema prisional; Educación menor; Existencia; Resistencia.

LISTA DE TERMOS

Acuendar: também pode ser aquendar e representa tática, esconder, pegar alguma coisa, depende do contexto.

Amapô: mulher; toda e qualquer mulher.

Boy: rapaz, homem, ocó, moço.

Corró: tipo de cela, xis, em que as pessoas permanecem por determinado tempo por causa de algum flagrante; antessala do sistema tóxico de 'proteção' às propriedades.

Cu: nos aproxima enquanto possível irmandade, nem sempre quanto aos usos, contudo o problema são alguns corpos crescidos em torno dele.

Guanto: preservativo masculino, camisinha, capa.

Hegemonia: termo caralha de chato que poderia ser traduzido como estrutura formativa para agradar gente ocidental branca que não aceita nada contrário a ela.

Norma: vide hegemonia, dá quase na mesma, a diferença, segundo Sami, é que a hegemonia é a teoria da norma, e ela, a sua prática.

Pipo: comunicação realizada por algumas pessoas dentro do sistema prisional, geralmente é um pequeno pedaço de papel escrito, uma espécie de 'torpedo', uma mensagem, repassado de um xis a outro, mesmo de um pavilhão até outro. Algumas vezes o conteúdo está envolto de desejos, tesões, um sex-pipo.

Xis: cela.

SUMÁRIO

PREGA 1.....	11
1 – INTRODUZINDO UM DEDO, ALARGANDO UMA PREGA.....	12
PREGA 2.....	17
2 – CERZINDO E TRAMANDO POSSIBILIDADES DE MÉTODOS	18
PREGA 3.....	33
3 – DIÁLOGOS COM/SOBRE TRAVESTIS	34
3.1 Decantando informações para sintetizar (r)existências.....	44
3.1.1 Mariê, a hackeadora de espaços	44
3.1.2 Nanda Soares	48
3.1.3 Pandora é a caixa de si.....	53
3.1.4 Santa Tereza Santa	58
3.2 Essas são elas	62
PREGA 4.....	65
4 – MONSTRAS ENQUADRADAS E SUAS (R)EXISTÊNCIAS HACKEANTES FRENTE ÀS PENITÊNCIAS DISPOSITIVAS	66
4.1 Poder e dispositivos	73
4.2 Hackeando os espaços, subvertendo as normas.....	75
4.3 Modos de uma educação menor ou como desalojar os espaços.....	86
PREGA 5.....	101
5 – COSTURANDO CONSIDERAÇÕES	102
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXO I – FOLHA DE DESPACHO ENDEREÇADA À DIVISÃO DE TRATAMENTO PENAL/DEPEN.....	110
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO.....	111

PREGA 1

As pregas de um tecido são cerzidas pelas mãos como modos de sobreposição. As mãos podem tremer, a agulha pode romper a derme dos dedos nos deslizos durante feitura. A linha tenta aproximar os micros-espacos que separam os pontos de (des)encontros. As pregas podem ser do cu, o abjeto que nos *hermana* (Ludmila); diferente do tecido cerzido, ele está pregueado não por mãos, por vezes passível ao brincar, romper, subverter, violentar. Ele, o próprio tecido pregueado, alarga, contrai, seduz e/ou repulsa. O presente-ausente. Em medidas cretinas desmedidas me penso como cu neste interdito escrito/pregueado. Bicha preta desorientada na tentativa de arriscar rascunhos sobre corpos que desconhece. Corpos travestis tanto cu quanto corpos pretos. O cu do cu se for uma travesti preta. Mais cu ainda se foi fichada, se o silicone escorreu, se não é 'feminina', se não concluiu as modalidades formais de ensino. Formais. A primeira vez que penso ter visto uma travesti foi na adolescência, em Mandaguari, no Paraná, onde morávamos. Infância amaldiçoada pela escola heterobrancodemonizante. Sou de família preta que nunca 'esclareceu' nossa cor, por isso nunca me pensei 'não preta'. Família que nunca amaldiçoou as travestis, por isso, a possível primeira vez foi um misto de respeito e 'ok, um travesti'. Década de 80/90. Silvio (nada de) Santos e seu xou com transformistas. Os transformistas. Os travestis. A linguagem era masculina/masculinizante, fui educado assim até aprender sobre 'as travestis'. Era? Dispositivo. Dispositiva. Diz ativa. Desativa. Ativa? Passiva! do caralho. Tudo bicha. Aberrações. Dão o cu. Damos? Nos Dão? A existência tramada abjeta-nos. Não há permissão para existir. Não há suavidade. Não haverá. Não deveria(mos) estar aqui. Singrar pelo mar de gente (branca) representa a exposição de minhas pregas para as tentativas de despregueamento de cada uma sob o uso de um ferro de passar de ferro alimentado de brasas de ódio tal qual usava minha avó (nem paterna, nem materna) quando esfregava as calças jeans quaradas pelo sol, mas estas com preturas de afetos.

INTRODUZINDO UM DEDO, ALARGANDO UMA PREGA

“Já contraiu seu cu hoje?”
Ferdnando (nada) Inocência

Um susto qualquer pode provocar contrações em diversas pregas de nossos tecidos: olhos, abdômen, mãos, cus. Podemos, no entanto, deliberadamente contraí-las como práticas de exercícios, de desejos, de fetiches e/ou de vontades, seguindo a lógica da pergunta da epígrafe. O meu contraiu pelas existências de travestis, sobretudo frente à obviedade dos meus mantos de privilégios, como o fato de ser um homem cis, por estar em uma pós-graduação universitária e/ou por estar vivo com mais de 37 anos. Minha motivação em escrever sobre elas reside no que nos aproxima: possibilidades de (r)existências frente a um universo sufocante, normativo e brochante.

Objetivei, desse modo, colher narrativas de travestis que passaram pelo sistema prisional para tentar dar corpo ao mais efêmero de suas vivências: o cotidiano. Esse profano ser desdobra-se e redobra-se em possibilidades nem sempre hercúleas ou fantásticas, está pregado na tessitura do tempo das pessoas, ora um porre, ora alegre. No caso das travestis que narraram um pouco de si, quais vivências, ou modos de uma educação, propuseram para si para que o cotidiano fosse o mais vivível?

Para tentar responder a essa questão, o proceder segue as trilhas das discussões pós-coloniais e decoloniais que tensionam o papel da linguagem deformadora da originalidade cultural, bem como as relações de classe, etnia e identidades em confronto ao que as nações colonizadoras praticaram historicamente sobre as noções do que seria um sujeito (PRADO, 2009). Deste modo, travestis precisam de um corpo (e quem não?) para firmar suas identidades, potencialidades, desejos e (r)existências. Esses corpos travestidos não são discutidos pelo classicismo aristotélico, menos ainda pelo desenvolvimento dos saberes medievais acoplados ao sistema platônico-aristotélico-cristão. A modernidade cartesiana, por sua vez, brinda a humanidade ocidentalizada com o separatismo da materialidade em relação ao espírito, concedendo uma visão corporal cada vez despessoalizada em prol da mecanicidade física, assim, a coisa pensante recebe as palafitas para a ancoragem distante de qualquer água turva que possa questionar o cógito

cartesiÂNUS, o penso, logo existo, esta fórmula moderna causadora da separação entre corpo e mente.

As travestis rompem a ‘modernidade’ do cógito por dois motivos: pensam e existem. Trago noções rizomáticas a fim de capturar, ao mesmo tempo em que sou capturado por elas, diversos ecos teóricos ou não que falem de travestis, e enquanto travestis, sob esse lugar de ser que pensa, que (r)existe, deseja, subverte e vivencia. Um cógito moderno é, por excelência, colonizador. Diz sobre a outra pessoa apoiado na ideia de supremacia da racionalidade descolada das demais possibilidades de vivências, ou seja, uma colonização de si em prol de uma categoria franco-moderna. Não é sobre isso que discuto. Minhas patéticas tentativas – patéticas por insistir em tentar arranhar a ‘sagrada’ laca que protege a hegemonia – em escrever sobre travestis não estão ocupadas pelos cânones filosóficos para discutir sobre a maquinaria do corpo, antes tentar debochar delas para sobrepor outras possibilidades.

Uma dessas possibilidades é dar voz às travestis. Até aqui nada de novo sob o céu, mas peço permissão a cada uma delas para costurar o que ouvi, vi e percebi junto às discussões teóricas e/ou poéticas alinhavadas com Adriana Sales (2012), Amara Moira Rodovalho (2017), Amanda Palha (2018), Jota Mombaça (2017), por exemplo. Trouxe os estudos pós-coloniais (CASTRO-GÓMEZ, GROSGUÉL, 2007; FANON, 2008; GROSGUÉL, 2009), para questionar essa posição imposta pelas estruturas coloniais por sobre as colonizadas, como as travestis sob o jugo dos saberes biomédicos, por exemplo. Deste modo, não se trata apenas das discussões sobre territórios geográficos, mas as geografias e territórios corporais e identitários, possibilitando que as existências de si sejam pensadas fora dessa dinâmica imperialista.

Escrever sobre/junto a algo/alguém que não sou incorre em possibilidades também de colonização, um limiar fácil de transitar, razão para que recorra a bell hooks (2017), ao escrever sob uma posição de voz marginalizada: nesse aspecto, forço a aproximação junto a essas vozes. Amparo-me, também, na mesma autora, a fim de justificar a inexistência da busca da essencialidade travesti, firmando que traço as resistências educacionais transgressoras das que entrevistei e que passaram pelo sistema carcerário em suas diversas modalidades. As estruturas colonizantes marginalizaram nossas existências, a elas pela travestilidade, a mim

pela negritude e viadagem, embora detenha a cisgeneridade e um corpo masculino, deixando-me envolto em privilégios quando comparado a elas, além do privilégio de (ainda) não ter sido preso. É também disso que se trata este trabalho: discutir travestis que tenham passado pelo sistema prisional e que tenham estabelecido formas de vivenciar o cotidiano, modos de subverter as normas e/ou fissurar o concreto dos dispositivos sufocantes.

A primeira contração de minhas pregas investigativas apoiou-se em tentativas de acessar o sistema penitenciário paranaense por dentro, em 2015. Pretensões de acesso e contato com pessoas trans femininas alocadas nesses labirintos a fim de elaborar uma tese. Trans femininas? Sim. A ideia era tentar deixar o mais abrangente a categoria para a ignorância estatal não criar obstáculos. Ignorância minha, no caso. Após um ano, de 2015 a 2016, do processo enviado via Secretaria de Educação do Estado do Paraná, passando por caminhos diversos, chegou em minhas mãos com a negativa de acesso. Os poros da morosidade dispositiva, sabiamente articulados para atender suas próprias necessidades, criaram um dinamismo lento, pesado e desinteressado, afinal, recitando uma travesti “Quem é que quer saber de travesti? Quem chuta cachorro morto?”. O Estado não, obviamente. O processo e sua maratona de mais de um ano retorna delimitando o óbvio, escrito à mão: “Informo que, até a presente data, não há registro de público com as características trans femininas. Em, 26/10/2016. Irecilse Drongek” (ANEXO I).

Se adentrar não foi possível, a solução foi encontrar esse público ‘inexistente’, especificamente de travestis, que tenha passado pelo sistema prisional. Tentar ir ao encontro daquilo não demarcado pelo “registro público”. Meu contato com essas molecularidades, então, foi viável exatamente por causa das demais moléculas-travestis próximas a mim. Elas, e explico isso na próxima seção, indicaram travestis (inexistentes, né?) embebidas pelas águas do sistema sem qualquer categorização pelo mesmo, até porque não há um “óbice legal em identificar este público” (Cf. Anexo I). Óbvio que não há. A instituição estatal não criaria um dispositivo legal de modo a impedir a identificação deste ‘público’; e nem precisa. As demais moléculas do próprio sistema são dotadas de seus óbices absorvidos da estrutura educacional (formal e não formal), representam e revelam interdições, violências e apagamentos

dentro das perspectivas ficcionais (Jota Mombaça, 2017). O sistema é autofagocitável, alimenta-se da ficção criada para produzir mais ficção.

Se (re)criam ficções para projetar e introjetar padronizações da norma, tento o mesmo nesta escrita: ficcionar. Esta ficção, então, articula modos rizomáticos de métodos (DELEUZE; GUATTARI, 1995; Jota Mombaça, 2016), mistura elementos variados e mixa ruídos em tentativas de forjar diálogos junto a cada travesti narrante. Deste modo, para cada seção, inseri um interdito sobre minhas experiências e vivências, que chamo de prega. Essas pregas são modos de alargamentos, estreitamentos, fissuras e conexões, similares a de tecidos, sintéticos ou corporais, na tentativa de conectar a algumas de minhas memórias, sem que haja uma sobreposição às narrativas das travestis.

De antemão aviso: você ficará só para ler algumas passagens de suas narrativas. Não se trata de uma saída acadêmica para alongar o texto, se o fosse, pau no meu cu. Trata-se mesmo de um convite a ouvir o que ouvi, a tentar ler junto às pistas desta escrita para pensar, em suas vivências cotidianas, os modos de suas falas repletas de linhas de fugas, de desejos e articulações políticas. As repetições são intencionais. O abandono como proposta para cada pessoa que ler é intencional. Há uma existência da existência, uma presença oculta por detrás de cada travesti narrante, como diria bell hooks (2017). Essa presença está lá. Não realizei a mágica da revelação, quando muito, anuncio minha cis-bicha-preta visão, permitindo emergir esse oculto experienciado e os entrecruzamentos das identidades, resistências e educação não formal de suas narrativas.

Os métodos e instrumentos trabalhados ao longo da escrita, para tentar minimamente dialogar e desenhar possibilidades não fechadas para articular travestis, cotidiano e sistema prisional, encontram-se na segunda seção, entrelaçados ao artifício do rizoma. A possibilidade rizomática deixou-me à vontade para caminhar conforme as linhas foram tomando aberturas, cruzamentos e distâncias. Não fechar o sistema de métodos e instrumentos foi a forma encontrada na tentativa de desenhar os caminhos percorridos até as travestis: amplos, confusos, dolorosos, prazerosos, variados, potenciais e/ou conectivos.

Na seção número três tento amalgamar diálogos com travestis e algumas produções sobre elas no âmbito da identidade. Quanto às participantes da pesquisa, esboço um breve desenho sobre cada uma delas a fim de tentar alocar as leituras

calibradas às suas existências, mesmo sendo um caminho por entre as rugas da superfície.

Na quarta seção dialogo sobre prisões, aprisionamentos e dispositivos chocados às existências de travestis emolduradas pelos sistemas hegemônicos, além dos modos de hackeamentos, ou desalojamentos, elaborados por elas sob a posição de uma educação menor (GALLO, 2016). Pensar uma educação escapadiça da considerada formal, tradicional e hegemônica, a chamada educação maior, tendo por horizonte travestis, é voltar às atenções para a efemeridade do cotidiano. Essa educação menor transfigura-se em atos de revoltas e resistências frente ao sistema maior, uma micropolítica nos atos do dia a dia (GALLO, 2016) capaz de tornar possível suas vivências no cárcere, emergindo dimensões de afeto nessa estrutura microlocalizada. Quais táticas micropolíticas articularam junto dessa educação menor é uma das questões guiadoras dessa seção.

Tento finalizar as discussões, sem fechá-las, conectando as narrativas das travestis e os modos táticos que tornaram possíveis (r)existir aos sufocamentos promovidos pelos dispositivos todos. A noção de dispositivo segue as linhas deixadas por Foucault (1979), discutida na seção quatro de modo mais detido. As quatro travestis recebem doses, nada homeopáticas, de uma educação não formal hegemônica ancorada em substratos normativos de: sexo, gênero, sexualidade, classe, etnia e existências. Fragmentaram, desalojaram e/ou resignificaram esses e demais itens em nome não de uma gênese ontológica purista, porém, voltando para suas próprias molecularidades somadas a uma educação também não formal, não academicista e nada ontológica. Uma educação, talvez, siliconada, hormonizada de escorrimientos por entre as fibras musculares da hegemonia colonizante/colonizadora elaborando táticas educacionais de (r)existências.

PREGA 2

Quando minha mãe costurava uma brecha de nossas roupas puídas pelo infortúnio triplo, cor, pobreza e número de bocas para alimentar, desempenhava a tarefa à nossa frente, eu, meu irmão e irmã. Além disso, explicava como manusear a agulha, as linhas e proceder com o costurar. Já tínhamos idade para isso, assim, meu irmão e eu confeccionávamos 'embornás' para sairmos pelo mato para caçar pombas rolas. Não era esporte. O esporte era a sobrevivência cujo prêmio seria mais uma panela de arroz cozido junto aos corpúsculos daquelas aves que comíamos pela noite.

O proceder era esse.

O método (bem)dito era o de passar a linha pela agulha e fechar buracos. O proceder (mal)dito é o de que ninguém fora dali se importava. Contudo, se sobre-vivo a tudo isso, a surpresa não reside em saber como e os modos, mas somente onde me encontro. Não há preocupações acadêmicas sobre minhas memórias.

As linhas que costuram as brechas nas carnes siliconadas das travestis dançam pelas memórias parecidas às minhas, contudo, cada uma qual possuidora de seu próprio carretel.

Preciso, então, me valer da agulha de Cleusa (minha mãe), não do fio de Ariadne da mitologia grega, esquecida pelos feitos do macho ao derrotar o Minotauro, mas dessa mulher preta que besuntava as pernas com óleo de cozinha quando eu tinha 7 anos de idade antes de sairmos.

'Assim não fica esbranquiçada', dizia ela com sua saia até os tornozelos. Saber como alinhavar (me) ajuda a besuntar os retalhos para que nada fique esbranquiçado.

Quero tudo esCurecido!

2 – CERZINDO E TRAMANDO POSSIBILIDADES DE MÉTODOS

“Só não pode esquecer o guanto”

LEONA VINGATIVA

O ‘guanto’ cantado por Leona Vingativa (2018), uma paraense, periférica e não cis-gênero, é um termo utilizado para designar preservativo masculino ou camisinha, um construto pensado para proteger os corpos que serão penetrados, ou penetrarão, de possíveis infecções – aqui pensando na dinâmica pau-cu. O desejo extrapola essas dinâmicas, tanto a do uso do guanto nas relações sexuais, quanto de pensar na penetração necessariamente via apenas pau-cu, questionado por Linn da Quebrada (2018a) ao trazer as possibilidades de práticas dos usos dos dedos em detrimento do uso do pau “Mas pra que eu quero sua pica / Se eu tenho todos esses dedos?”. Aqui, o ‘guanto’ comparo ao processo exigido pela academia chamado de método. Ele representa a norma de proteção necessária à escrita dos possíveis ataques, na mesma medida em que pode brochar uma escrita desejante, ou mesmo o desejo pela escrita.

Jota Mombaça (2016) trata dessas possibilidades de fraturas ao discuti-las como possíveis em uma metodologia indisciplinada e maliciosa, provocando deslealdades nessas estruturas ficcionais-brochantes-acadêmicas. Não sei se consegui provocar qualquer abalo no sistema epistemobranquianístico, mas tentei, aos moldes de Jota Mombaça (2016), agregar/agremiar produções diversas, dentro de descontinuidades e poéticas que me jogaram para diversos pontos, muitas vezes cambaleantes, a fim de construir um ‘guanto’ subversivo. Uma capa provocadora de desejos a mim, com rugosidades massageantes da próstata, possível de salvar-me dos ataques academicistas ortodoxos, mas sem esquecer-se do meu prazer.

Deste modo, definições do método e instrumentos para a pesquisa seguem uma dinâmica rizomática, como explico ainda nesta seção, além de posicionamentos pautados em escritas pós-coloniais e decoloniais a fim de situar o passado das travestis para que interpretações do presente sejam possíveis sob suas linguagens, não segundo os discursos colonialistas, como chama a atenção Edward Said (2011), palestino de cidadania estadunidense, um dos precursores dos estudos pós-

coloniais. Para o autor, os modos imperialistas¹ da estratégia de ressignificar o passado impregnou, sobremaneira, por onde fincaram seus calcanhares impositivos, revelando, mesmo hoje, a inexistência de “praticamente nenhum norte-americano, africano, europeu, latino-americano, indiano, caribenho ou australiano — a lista é bem grande — que não tenha sido afetado pelos impérios do passado” (SAID, 2011, p. 25-26). As forças e expansões imperialistas subsidiaram os alicerces de um mundo globalizado, amalgamando comunicações eletrônicas, comércio expansionista, translados, territórios e informações.

O autor palestino não considera o exercício imperialista e colonizador apenas um ato acumulatório, mas uma práxis ideológica demarcada nas cravadas do calcanhar no novo território (compreendo-o também o corpo), sob a crença messiânica dos desejos desses povos pela dominação. Esses territórios (também corporais/identitários) foram disputados a fim de que a história de si (branca, ocidental e moderna) fosse plantada e florescesse. Contudo, a existência de pessoas nativas tornou-se obstáculo para esses calcanhares imperialistas, demandando o processo de colonização dentro de uma dinâmica romantizada, como se as pessoas nativas/arcaicas esperassem a dominação colonizadora/moderna. O império, então, trata-se de uma conjuração de forças de um Estado objetivando controlar e manter sua soberania política em relação a outra sociedade arregimentando tanto a população moderna/metropolitana/colonizadora, crendo levar o bem para os novos territórios, quanto a população atrasada que aceitava a subordinação, permitindo a sustentação desse sistema.

Said (2011) não trata a especificidade brasileira ou travesti, contudo, ainda que sua pretensão não seja a de trabalhar de modo totalizante a história, como ele mesmo menciona, deixa análises possíveis para que eu tencione os modos colonizadores referentes aos corpos de travestis. O autor trata das manipulações das imagens do passado anterior às colonizações, alteradas para sustentar a legitimidade da tradição desses no plano da longevidade, ou seja, quanto mais tempo uma narrativa mítica possui, ou caso tenha sido forjada como ancestral, mais poder ela detém. Neste aspecto, corpos travestis foram/são analisados historicamente sob uma ótica colonizadora conhecida como heterossexualidade,

1 Said designa imperialismo como “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o “colonialismo”, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes” (SAID, 2011, p. 29).

entremeada aos dispositivos biomédicos de chancela para quem seria homem ou mulher e sob quais modos, narrando existências excludentes de travestis.

O poder colonizador também singra pelos mares territoriais dos corpos, narrando-os, assim como a suas identidades dotadas de perfeição, apagando qualquer gota de silicone ou hormônio travestis na história da existência humana. Quando uma pessoa narra a si mesma, em um viés cultural de sua identidade, segundo Said (2011), dita sua própria retórica, datas, situações, festividades, crises, fundações e um arcabouço de familiaridade, porém, um mundo globalizado e unificado acaba por fraturar essas relações todas, trazendo à tona as discursividades imperialistas quanto ao que seria uma identidade legítima ou não.

A linguagem colonizante das narrativas, deste modo, inferiorizou o sujeito colonizado, deixando a própria relação de pensar a si sob noções inferiorizadas e atrasadas enquanto terceiro-mundista, termo utilizado pelo filósofo martinicano Franz Fanon (2008) ao discorrer sobre a nação colonizadora e suas práticas ao enterrar a colonizada, concedendo os alentos de ares da modernidade em troca do afastamento das posturas silvícolas: “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da selva” (FANON, 2008, p.34). Esse escape se dá pela via da linguagem colonizadora, alterando não apenas o estado do léxico, mas o estado de compreensão de si. Fanon (2008) fala da posição das pessoas negras frente ao processo colonizador, das estruturas colonizadoras e colonizadas, da linguagem e cultura entremeadas nesse processo, o que assumo similaridades, dentro do universo do possível, para pensar as possíveis abjeções sofridas pelas travestis dentro da colonização.

Não emparelho as discussões de travestis às de pessoas negras, ouso na tentativa de debater as estruturas colonialistas empregadas nos corpos daquelas que também incidiram sobre essas. Quando Fanon (2008) narra algumas experiências negras entendidas pelas demais pessoas como destituídas de cultura ou não civilizadas, penso nas travestis sob o mesmo efeito narcoléptico das historicidades negadas de suas identidades. Com efeito, o autor não elaborou discussões raciais junto às de travestilidade, mas discute o pós-colonialismo e seus efeitos desumanos, quando questiona as descrições sobre a colonização, e o utilizo para pensar sob a afirmação: “é utópico procurar saber em que um comportamento desumano se diferencia de outro comportamento desumano” (FANON, 2008, p. 85).

O que extraio dessas discussões pós-coloniais é que a dicotomia entre cultura e economia precisa ser questionada, uma vez que estão amalgamadas mais do que o sistema eurocêntrico liberal global quer deixar transparecer. Ramón Grosfoguel (CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007; GROSFOGUEL, 2009), sociólogo porto-riquenho, propõe que pensemos sob uma ótica epistêmica do subalterno da diferença colonial, a fim de que o debate ganhe criticidade. Sua conduta pauta-se no processo chamado de decolonialismo, uma estrutura anti-colonial frente ao que o imperialismo empregou/emprega no mundo conhecido como global ou internacionalizado. Para ele, a ideia de mundo pós-colonial configura-se como mito do século XX ao revelar a eliminação das administrações coloniais no processo de decolonização alcançado, mesmo que “parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana” (GROSFOGUEL, 2009, p. 55).

O autor chama a atenção para o pensamento de fronteira enquanto uma crítica aos fundamentalismos de universalidade e verdade, seja marginal ou hegemônico. Grosfoguel (2009, p. 44) menciona três aspectos importantes de discussão acerca da perspectiva descolonial:

1) uma perspectiva epistêmica descolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); 2) uma perspectiva descolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num universal abstracto (um particular que ascende a desenho – ou desígnio – universal global), antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal e não a um mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados.

Para que a descolonialidade concretize-se, o edifício epistemológico do cânone ocidental deve ser implodido, permitindo possibilidades epistemológicas de partidas em territórios étnico-raciais subalternos implicando, conforme o autor, em propostas de alternativa de conceitualização descolonial ao sistema-mundo (ocidental, capitalista e liberal). Grosfoguel (2009) segue a mesma trilha de Fanon (1967) e Gloria Anzaldúa (1987) ao utilizar o termo corpo-política do conhecimento,

fazendo emergir o lócus da enunciação desse sujeito, como o “lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala” (GROSFOGUEL, 2009, p. 46). Impera afirmar, nessa perspectiva, sobre os traços egóicos hegemônicos do escritor não apagados no processo da escrita, na intenção de configurar mais ainda possibilidades de um sistema de conhecimento verdadeiro e universal. Interessa-me a perspectiva apontada pelo sujeito subalterno, seus saberes bem como o próprio ser subalterno.

Quando tento traçar essas linhas esforço-me para, mesmo subalterno (preto, bicha, terceiro-mundista), não ficar do lado branco da força, ou lado dominante. Do mesmo modo, as tentativas (minhas) de dialogar com travestis devem considerar suas existências subalternas sem cair no exotismo, romantismo ou em um modo de colonizá-las sob a enunciação acadêmica e cis-generalizante. Grosfoguel (2009, p. 50), por exemplo, elenca nove hierarquias globais, articuladas entre si, coexistentes temporal e espacialmente, fincadas pelo “homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu”, onde podemos ler na hierarquia número seis a existência da hierarquia sexual heterossexual em relação às pessoas lésbicas e homossexuais, ainda que na maioria de povos indígenas americanos inexistisse a noção patológica da homossexualidade. As travestis aqui também inexistem; o homem europeu (universal) e sua segura(?) posição heterossexual nem mesmo conjecturaram um ser ‘aberracional’ como este.

Essa posição do patriarcado europeu junto às de sexualidade, espiritualidade e episteme, também europeias, foram pulverizadas para o mundo junto à expansão colonial, calibrando os critérios de racialização, classificação e patologização (CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007; GROSFOGUEL, 2009), incidindo na hierarquização da divisão internacional do trabalho enquanto elemento constitutivo do sistema capitalista. A esfera hierárquica permite a justificativa da existência/inexistência de determinadas pessoas ou identidades periféricas, como as travestis, atravessadas por contradições sociais, envoltas em lutas concretas e amalgamadas em pontos de observação fugidios da dinâmica essencialista de neutralidade e objetividade que forjam um princípio. A noção de origem, primordialidade ou ponto zero, provenientes de conceitos eurocentrados, estão na esfera do poder e dominação cultural, econômica, política, cognitiva e espiritual sobre o mundo, (CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007), elas escapam de

diversos desses dispositivos, dessas arestas ao mesmo tempo em que estão subalternizadas pela hierarquização discutida pelo decolonialismo.

As possibilidades diversas de mitos fundadores de travestis elaboradas por saberes ocidentais-cis, pensando na (o)posição greco-romana-ocidental, não impede que existam mitos outros narrados por elas mesmas, ou as possibilidades de criarem ficções de si sem a chancela de validade epistêmica hegemônica ocidental, pois cada uma estabelece suas existências sobre o ser travesti. As descrições teóricas trazidas aqui foram escritas por pessoas não travestis, mulheres e homens cis, gays, bi ou homossexuais, como Hélio Silva (1993), Neuza Maria de Oliveira (1994), a gay William Peres (2005; 2015), associa junto a uma bicha não binária, como Jota Mombaça (2017) e travestis: Adriana Sales (2012), Aline Ferraz da Silva (2014), Amara Moira Rodvalho (2017) e Amanda Palha (2018).

Contamino as falas cedidas pelas travestis entrevistadas com essas escritas, somando a outras agremiadas ao longo da costura, pautado pelas noções rizomáticas de articulação, ou seja, a gama de autorias enredadas justifico sob o conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari (1995). A tese, esta malfadada escrita enviesada, sustenta-se sobre/sob conexões múltiplas, *a priori* poderiam não dialogar: teorizações, memórias e Linn da Quebrada, por exemplo. Deste modo, forço a escrita até para retesar as palavras, despreocupado por também compreender a estrutura rizomática enquanto organização de modo lógico ou não, agregando organizações de poder, relacionando-se às artes, etnias e o pajubá (ou bajubá), uma linguagem constituída da fusão entre as línguas africanas yorubá e nagô, utilizada por uma parcela da comunidade de Lésbicas, Gays, Transexuais, Travestis e Transgêneros e que representa resistência e identidade, por exemplo, (LAU, 2015). Impera, aqui, uma conectividade heterogênea sem fechar-se sobre um modo unilateral de compreensão das diversas dimensões ofertadas pelas linguagens (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Este método de escrita não tem posicionamento ou um *lócus* encerrado em determinações pré-configuradas, ele expressa agenciamentos produzidos nos acontecimentos presentes por toda a volta, descentrando a escrita de uma marcação original ou final; interessa-me o movimento. Existem os acessos contaminados e contaminantes direcionando-me para lugares diversos, ao sabor dos ventos ditados pelas memórias de travestis. Mesmo a pesquisa de campo, pensada

sob um modelo rizomático, fora realizada sem um *suleamento*² pontual. Iniciada em dezembro de 2017 e encerrada em maio de 2018, acessei cada uma delas graças aos contatos passados por pessoas amigas, estabelecendo uma conexão de uma a outra, sem uma definição especificamente de método do tipo *snowball*. Este método refere-se à forma de amostra não probabilística, sob o tipo de recorte de amostragem em que uma pessoa participante da pesquisa necessariamente não conhece às demais (Juliana VINUTO, 2014), mas que podem oferecer próximos passos a outras pessoas, como nesta pesquisa, em que uma travesti conduziu a uma próxima, ou a outra pessoa que pudesse encaminhar-me a outra travesti.

Essas travestis não partilham o mesmo *lócus*, ao pensar de modo mais micro ou localizado, contudo, estão em conexões se penso no território forjado sob dispositivos (FOUCAULT, 1979) de apartamentos ou mesmo nos princípios de dororidade (Vilma PIEDADE, 2017).

Foucault, ainda que não esboce pontualmente em uma obra as definições de que seja o dispositivo, não impede que o acesso à noção de dispositivo surja diluída em suas entrevistas concedidas. Na **Microfísica do Poder**, Foucault (1979) é questionado em uma entrevista sobre o termo e responde demarcando-o de três modos:

[...] através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve

2 Utilizo o termo *suleamento* em oposição ao de *norteamento*, tomando por referência noções terceiro mundistas de compreensão e tendo por orientação o Cruzeiro do Sul e o Sul geográfico. Deste modo, “um dos objetivos do *suleamento* é realizar a compreensão do espaço para a localização do Sul geográfico e a partir desse a referenciação em relação às outras direções e localidades possíveis” (GARCIA, 2017, p. 303).

como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Desta forma, Foucault (1979) chama também de dispositivo um caso de episteme mais geral, como o resultado de uma soma diversa de elementos que o constituem, mas não uma soma encerrada em uma ordem epistêmica do que pode ser anunciado. Entretanto, é uma relação sob a qual os saberes se alimentam de saberes.

Já a dororidade acaba por unificar essas mulheres, todas as mulheres, conforme Vilma Piedade (2017), demarcando vivências diversas chocadas às masculinidades, machismos, misoginias, racismos e transfobias. Mesmo inexistindo um campo unificado, os fios conectivos conduziram-me a outras. As linhas estabelecidas para acessar cada uma delas não cruzaram entre si, expandiram sem qualquer eixo demarcado, revelando múltiplas entradas para chegar a elas (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

A primeira travesti acessada por mim foi Pandora, graças à indicação de Megg, em janeiro deste ano. Depois dela, Mariê, por intermédio de Naomi, Nanda Soares, de modo indireto também via Megg e Tereza, mais uma vez articulada por Naomi. Naomi e Megg são travestis e foram mais do que amigas neste processo para as aproximações das vivências de cada uma, mais discutidas na seção 3.

As memórias cedidas por elas carregam as definições pensadas por bell hooks (2017) ao falar sobre a presença por detrás das palavras, da existência de uma realidade vivenciada, sobretudo as realidades encarnadas nesses corpos, especificamente o sofrimento, pois “existe um conhecimento particular que vem do sofrimento” (bell hooks, 2017, p. 124). Não há a defesa de um imperativo de sofrimento para todas as travestis, ou uma noção *sine qua non* em ser travesti implicando, necessariamente, em sofrimento essencialista, haja vista as possibilidades de resistências e poéticas. No entanto, ele é também um modo de conhecer o calcado na existência, que se revela pelo corpo, ou nas relações obtidas pelo contato ou, ainda, nas suas experiências angariadas. As narrativas trazem conexões associadas às experiências concretas da realidade, por mais abstratas que sejam as memórias, dando mais corpo ao cotidiano, aos dias comuns possíveis de efetivações, efetuações e afetividades, fugindo das reincidências de narrativas estigmatizadas no sofrimento.

As memórias e vivências emprestadas das travestis foram embasadas no método conhecido como história oral, especificamente narrativas aproximadas à escrita de Caetano (2016, p. 36), ao trabalhar com o discurso autobiográfico, no qual o “sujeito assume contornos que denunciam seu descentramento, assumindo inúmeras configurações ao longo de sua vida narrada”. Caetano (2016) deixou cada narrante livre para falar de si, diferente de minha ficção, mas, ainda assim, é possível perceber cada travesti entrevistada e as provocações realizadas pelas perguntas de um roteiro semi-estruturado a fim de traçar suas (a)linearidades de vivências. Antes as biografias eram constituições de revelações de noções de pertencimentos coletivos, títulos hereditários ou mesmo laços consanguíneos, mas, na atualidade, as histórias de vida performatizam modos outros, desvinculando a consanguinidade da legitimidade dos sujeitos, atritando os dispositivos e saberes demarcados pela família, medicina ou Estado com as identidades (CAETANO, 2016). As travestis entrevistadas pertencem a essa categoria, conforme suas auto-declarações, dentro de uma rede de entrecruzamentos “flexíveis de uma multiplicidade de círculos de identidades cuja articulação forma várias figuras de sociabilidades” (CAETANO, 2016, p. 59), revelando as plasticidades de cada uma delas, como a empregam em si mesmas e nas estruturas de suporte de seus corpos frente às diversas identidades amalgamadas. Cada travesti representa uma singularidade sem excluir a noção compartilhada com as demais, o que as constitui sujeito enquanto personagem, o que implica em alocar esta escrita, seguindo essa trilha de Caetano (2016), nas definições sociais pós-modernas, também amparadas em Hall (2004), por tensionar identidades junto a diversos estilos de vida provocados pelas tecnologias.

As travestis, então, ditaram suas lembranças movidas por um questionário semiestruturado estabelecido por mim, auxiliado por um aplicativo de meu aparelho celular para gravar os áudios, para depois transcrever os diálogos todos, além de utilizar conversas estabelecidas nos aplicativos virtuais de redes sociais junto a elas. A escolha por um questionário mais aberto permitiu a fluidez de cada uma dessas travestis, sem preocupação pela linearidade de suas histórias, mas dos elementos de composições. Em cada áudio há a ciência das travestis acerca do aceite pela pesquisa, além da garantia das identidades preservadas e qualquer demarcação para identificá-las, como cidade, penitenciária ou cadeia, por exemplo, conforme o

caso. No entanto, uma delas, Mariê, exigiu a descrição de seu nome, bem como nome da cidade e demais referências: atendi de modo a também respeitar seus desejos.

Poderia ser, de minha parte, um desejo exacerbado por estudar questões identitárias ou militância dentro da academia, sem o desabono desta pesquisa e escrita, contudo, penso em Djamila Ribeiro (2017), em **O que é lugar de fala?**, para justificar minha escrita e qual a questão dentro da estrutura de poder analisada, a saber, confrontar a norma na tentativa de traçar possibilidades sobre os modos de articulações das instituições prisionais frente às identidades travestis para gerar opressões. Essas posições precisam ser apontadas e nomeadas para que existam e incidam sobre melhorias reais, pois a falta de nomeação de uma realidade demarca a estrutura de invisibilidade (Djamila RIBEIRO, 2017). Djamila Ribeiro (2017), mulher, negra e filósofa brasileira, tensiona questões feministas e negras em seu livro, sem ter trabalhado com a especificidade de travestis, contudo, não seria anacrônico valer-me dele para pensar no lugar de fala de travestis.

Gostaria de ter promovido muito mais um diálogo junto às travestis ao invés de entrevistá-las na tentativa de cruzar fronteiras erguidas, ou não, pela classe, raça, etnia, emprego e trabalho, conforme bell hooks (2017) menciona. Apesar de minhas tentativas, penso nas possibilidades de ter (re)afirmado a existência dessas zonas fronteiriças entre mim e cada uma delas em uma espécie de ato testemunhal. Ao ser testemunha não me encontro na neutralidade ou imparcialidade das existências capturadas, mas sob o jugo da responsabilidade de fazer transcrito o ouvido, o presenciado de modo privilegiado (LAPOUJADE, 2017), a fim de dar (outra) existência a essas travestis, agora nestas linhas. Lapoujade (2017), ao traçar as existências mínimas, chama a atenção para as relações dos modos de existência como ocupações nas relações de espaços-tempos, nas quais cada modo elabora seu tempo-espço. As travestis rompem qualquer paradigma ontológico clássico, criando singularidades de si ao mesmo tempo em que parecem abjetar uma 'existência pura', sem nada informar, destituída de qualquer referência (hegemônica). As travestis existem e dialogam junto desse pressuposto demarcado por Lapoujade (2017) no tocante às existências mínimas e às percepções provocadas por elas, um hiato entre afirmar a existência e a percepção delas. Elas precisam falar, considerando não apenas a emissão de palavras como fala, mas

suas estéticas gráficas³, e fazer ecoar suas vozes de existências mínimas refutando a historiografia tradicional: a hierarquização de saberes elaborados de tal modo a provocar, também, uma hierarquia social (Djamila RIBEIRO, 2017, p. 64).

Essas existências travestis gritam pelo direito às existências dotadas de dignidade a fim de romper com o *status quo* pensado/criado para elas, o que dificulta a “possibilidade de transcendência” (Djamila RIBEIRO, 2017, p. 64). As existências travestis podem ser existências virtuais, possibilidades quase sibilantes de condicionamentos a uma realidade de não alojamento em lugar algum, muito menos de sua compreensão. Ainda assim, existem. Diferente dos demais modos de existência, dotados de uma espécie de arte singular para existir, segundo a “arte de aparecer, para os fenômenos, arte de se manter, para as coisas, arte de (se) sustentar, para os imaginários” (LAPOUJADE, 2017, p. 38), para as virtuais não há regras, impera a noção de ser inacabada para serem perfeitas, exigindo sempre o movimento de realização, um devir de realização. As travestis com quem dialoguei também estão sob este devir, sob esta relação inacabada e (im)perfeita que as movem de modos distintos entre si sem apagar suas percepções de travestilidades.

Penso em um método de capturar as memórias, resistências e educações travestis possível ao encontro de Lapoujade (2017, p. 90), quando menciona sobre as existências mínimas, configurando-me, dadas as devidas proporções, como “advogado dessas existências inacabadas, seu porta-voz, ou melhor, seu porta-existência”. Acabo compartilhando com elas das mesmas causas ao ouvir suas reivindicações desejosas de amplificação e reverberação, a ponto de deixá-las mais reais (LAPOUJADE, 2017, p. 90). Quando gravei cada uma delas, ouvi essas reivindicações, captei suas existências despreocupado com a noção de verdade de cada fala. Importa é a ficção da inventividade elaborada por/para si, convidando-me “a entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver onde ela(s) se vê(em), mas para fazê-la(s) existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la(s) existir(em) de outra maneira (LAPOUJADE, 2017, p. 90, grifos meus).

Essas existências foram observadas nas práticas cotidianas narradas, em seus modos táticos, a fim de estabelecer hackeamentos e serem discutidas em páginas mais distantes dessas. Vale dizer que utilizei primeiro as noções descritas

3 Entendo estética gráfica seus corpos, indumentárias, gestos, linguagens, enfim, tudo o que está amalgamado a seus corpos e produzidos por eles.

por Certeau (1998), por exemplo, de definição de táticas como representações de cálculos múltiplos para obtenção de um ganho, apesar de não poder guardá-lo, o que provoca a necessidade de um jogo constante junto aos acontecimentos a fim de realizar os modos de hackeamento. As realizações cotidianas, segundo o autor, estão na esfera do tático e da forma de perceber elementos heterogêneos, mesmo não fixos, e combiná-los para realizar alguma ação, aproveitando os possíveis existentes nas ocasiões. Ele distingue tática de estratégia, descrevendo esta como uma espécie de cálculo elaborado pelo sujeito, dotado de poder, encontrado isolado de um determinado ambiente, ressignificando-o em benefício próprio e gerenciando-o com suas relações exteriores. O que as separam, ainda, está nas relações de espaço. A tática não possui um lugar, menos ainda utiliza algum ponto fixo, pois ela está inscrita nos flertes da fragmentalidade, destituída de apreensão da inteireza exatamente por não deter recursos garantidores de expansão e possíveis de independência (CERTEAU, 1998; FERRAÇO, 2007).

As expansões ganharam contornos de afetos também, algo não programado nem para o sistema e talvez mesmo para as travestis ou os homens encarcerados juntos a elas. Difícil conceituar o afeto, tanto que, para Menezes (2007), diversos saberes tentaram descrevê-lo – psiquiatria, cinema, indústria farmacológica, romances –, contudo, ele é escorregadiço e de difícil dominação. A palavra poderia ser descrita como ‘passividade’, retomando tradições filosóficas, porém, passividade também carrega uma miríade de interpretações, do mesmo modo que paixão. A questão do afeto, sem fechar um conceito determinado, está imbricado na própria noção corporal, “nem que seja um corpo junto com suas extensões tecnológicas, sejam protéticas ou não” (MENEZES, 2007, p. 244). Os afetos estão/são no corpo e em suas extensões, indiferente das tecnologias utilizadas nesse aparato, manifestam práticas internas e externas, consigo e com as demais pessoas. Não importa tanto as teorizações semânticas ou dos saberes acerca do afeto, mas que ele é estético.

As táticas, por sua vez, são realizadas graças aos artefatos existentes nos espaços prisionais, que tornam possível a existência no cotidiano. Não pretendo dimensionar historicamente as noções teóricas ou teoréticas do cotidiano, contudo, traço algumas aquisições angariadas ao longo da escrita. Nilda Alves (2003) considera as mudanças dentro da história realizáveis no dia-a-dia, elaborando a

tessitura no tempo e espaço ao longo de sua própria realização. Sem possibilidades de previsão enquanto ocorre, elas vão acontecendo, no gerúndio mesmo, para mostrar a noção de movimento incessante e nada previsível, mas que pode ser revisitado pela memória, um modo de descrever o invisível vivenciado. Dito de outro modo, o invisível também é político, mesmo não categorizado pelos grupos hegemônicos, sobretudo porque estes grupos foram formatados para dimensionar, aprender, sentir, sofrer, apenas e tão somente sob um modo hegemônico (Nilda ALVES, 2010).

A hegemonia seria uma estrutura dispositiva, aqui permeada por Certeau (1998), Foucault (1979; 1987; 2012), Jota Mombaça (2017) e a própria Nilda Alves (2003; 2010), desenhada de modo totalizante na sociedade, sob saberes específicos organizados também conforme suas próprias lógicas colonizantes, incapazes de compreender/aceitar as existências escapadiças pelas fibras musculares da hegemonia. Impera dizer que estudar o não chancelado pela hegemonia é estudar o inimaginável. Para, além disso, as ferramentas existentes para pesquisar o cotidiano muitas das vezes estão ancoradas nas estruturas epistemológicas hegemônicas, requerendo noções de limites para a pesquisa, bem como provocar uma inventividade para as técnicas de investigação, aqui pensadas de modo rizomático. As travestis-protagonistas-de-si provocaram-me a tentar compreender um cotidiano não acompanhado por mim, uma espécie de tessitura de ações dentro das redes cotidianas para que as táticas sejam possíveis, valendo-se de arte como contraponto para as racionalidades colonizadoras dominantes, “combinando possibilidades e fazendo surgir inúmeras alternativas, em trajetórias que não podem ser previamente determinadas porque serão sempre diferentes e diversificadas” (Nilda ALVES, 2010, p. 51).

As táticas, ou hackeamentos, como já mencionado, permitem ao cotidiano a possibilidade para a vida ordinária, suscitando ecos não de identidades de musas ou deusas, mas as (r)existências de pessoas anônimas, como as travestis. A pessoa anônima, ‘todo o mundo e ninguém’, possui o papel de falar as relações universais conectadas à morte, às demais pessoas, estabelecendo um jogo consigo e com o mundo cercante (CERTEAU, 1998; Gleny Terezinha Duro GUIMARÃES, 2002). O cotidiano é a prefiguração da costura de cada travesti no (seu) presente, no dia a dia, uma história invisível dessas lutas diárias na trivialidade ditada por elas nos

processos de deslocamentos: as travestis que passaram pelo sistema prisional são as narradoras da vida ordinária, definindo-as segundos seus discursos e percepções de espaços. Os modos de falar dessas pessoas não heróicas ou não deusas, mas talvez ciborguianas, também estão inscritos na ordinariedade de suas narrativas envoltas em linguagens específicas, nem inferiores ou superiores, porém, dotadas de descrições de suas existências mínimas.

Essas existências mínimas das travestis, conforme Judith Butler (2015), estão ancoradas também em seus corpos expostos à modelagem e formas sociais impressos em atritos e exigentes de sociabilidade, “incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo” (Judith BUTLER, 2015, p. 16), tornando possíveis as existências efetivadas. Judith Butler (2015) discute aspectos da ontologia do corpo ou mesmo do sujeito sem uma tentativa de universalidade, talvez o contrário: tensões sobre conceitos ontológicos de negação de existências palpáveis. Existem estruturas dispositivas detentoras de normas calibradas de tal modo que detectam não o sujeito em si, mas espectros do sujeito, impossibilitando tanto seu reconhecimento como a categoria de vida proveniente dele.

Nas tentativas de dar voz a essas existências, suas memórias foram descritas considerando cada termo dito na tentativa de não adulterar ou adaptar nenhuma palavra, além de permitir os ecos de suas linguagens, permeadas também por um sistema rizomático, para que ganhem contornos em suas linguagens, trazendo potencialidades subversivas para uma norma padrão culta de língua. Neste sentido, uma linguagem travesti rompe o paradigma colonizador branco-cis-colonizador permitindo a fratura da língua (bell hooks, 2017) ao utilizar o pajubá ou a fratura da noção de um corpo que necessariamente precisaria ser hormonizado para ter peitos ou mesmo a própria noção de ter ou não peito.

As falas dessas travestis podem ser descritas, historicamente, segundo as definições de sujeitos ilegíveis (CAETANO, 2016), pessoas possuidoras de característica de mobilidade por entre e fora das categorias (enquadramentos) identitários, justificando, mais uma vez, essa noção de virtualidade da existência mínima, ou mesmo sob o conceito de monstruosidade, quando sob a ótica da hegemonia (COHEN, 2000). Quando elas recitaram seus rememoramentos, trouxeram no bojo suas vivências ancoradas nas paragens sociais (família, escola, sistema de encarceramento), mas isso não é, conforme Djamila Ribeiro (2017), de

modo algum, insuficiente para dimensionar as questões que lhes atravessam, suscitando a compreensão das condições sociais vivenciadas.

Esse, então, é o 'guanto' tecido na tentativa de dar substrato ao solicitado pelo universo acadêmico, ainda que não tenha trazido efetivamente todas as obras e autorias visíveis nas próximas páginas, pois parti de possibilidades rizomáticas exatamente para não fechar os sistemas. Se a ideia é a de construir-abalar os métodos sob possibilidades de contrabando (Jota MOMBAÇA, 2016), tento reforçar essa postura ao hackear escritas, como discuto mais adiante. Que o 'guanto' criado possa gerar mais prazer em relação aos impostos pela higienidade acadêmica, estes causadores de brochamento das escritas e vidas.

PREGA 3

Despregaram-me cada entranha as histórias narradas pelas travestis. A minha aproximação a elas está no cruzamento do mesmo território minado: as escolas. No plural, como as pregas, porque não me refiro apenas às instituições formais, mas famílias, ruas, igrejas, vivências.

Os acertos de contas parecem ainda não estabilizadas, carregam as cargas onerosas de como foram lidadas, escrutinadas, aceitas, expulsas, amadas ou não. A aceitabilidade, e falo de/sobre mim, parece um paradigma subjetivo sobre os moldes que me golpeiam ao longo da vida: família, amizades, escolas, academia.

Difícil tomar consciência de uma estrutura excludente provocadora de adoecimento. Difícil ter que voltar junto com cada história narrada às violências sofridas: os abusos, os apagamentos, os desejos podados.

As pregas do passado não podem ser desfeitas. Voltar a elas é uma tentativa de ressignificá-las, de tentar compreender onde errei por ser quem sou (hoje), de também acertar contas, ainda que não as tenha criado, apesar dos ônus pagos. Essas violências assim o são: provocam a amnésia confortável em seus praticantes, provocam a revivências em quem as sofreu.

Diversas vezes desejei que cada prega de minhas carnes fosse despregada para que toda e qualquer dor desaparecesse.

Uma condução à inexistência.

Uma possibilidade de não mais ser violado/violentado.

Na contramão resolvi arreganhar mais minhas pregas de modo a escancarar mais o que era pra ser oCulto: eu.

3 – DIÁLOGOS COM/SOBRE TRAVESTIS

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução [...]
Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
Navalha na boca
Calcinha fio dental
(LINN DA QUEBRADA, 2018b, s/p).

Como proposta, tento desenhar sobre/sob teorizações de travestis, a fim de dimensionar as categorias dispostas pelas escritas, muitas ditas por si. Linn da Quebrada (2018b), uma artista 'bicha travesty', em sua música, aqui epigrafada, descreve como o processo de travestilidade está no campo da construção e da não fixidez. São mulheres (amapôs) constituídas de elementos orgânicos (ossos, carnes) e inorgânicos (silicone industrial, calcinha fio dental), além de recursos outros para demarcar suas existências, constituindo linguagens diversas para constituírem suas singularidades.

A escrita ao demarcar o papel acaba por esvanecer aquilo que é (mal)dito. As malditas travestis e sua insistência na coexistência junto à norma heteroaterrorizante perfilam identidades emolduradas por picumãs⁴, silicones, saltos e poéticas sem pedir permissão para suas paragens e desfiles. Não parece-me haver uma ontologia aristotélica tangível que dite 'esta sim, é carne da minha carne', muito menos foram pensadas sob uma fórmula metafísica niilista para depois existirem. Existem. Ferem, por vezes (?), a (dia)lógica helênica ocidental com curvaturas corporais e afronte aos valores morais de cada prega do cu piscando pelo desejo de suas carnes. Carnes estas ignoradas pelo cogito cartesiano, haja vista pensarem, deixam de ser consideradas como seres pelos demais dispositivos. Não há chancela para a existência na moldura filosófica séria e adulta. Todavia, travestis não precisam

4 Gíria, proveniente do bajubá, utilizada por travestis para designar cabelo ou peruca; pode ainda designar uma função adjetiva, referindo-se ao cabelo quando bem cuidado.

dessa chancela para uma ontologia, para uma existência, pois elaboram suas próprias definições de si e estéticas.

As leituras ofereceram-me possibilidades vexatórias em descrever quem e o que são. Vexatórias porque falo de uma posição de não fenômeno (travesti) e, na medida de minha escrita, as palavras limitam a descrição da realidade, como já alertava os escritos nietzschiniÂNUS. As travestis não estão no limite. Estão limitadas. O sistema dispositivo as cerceia, limita, confina e, por vezes, mata. Em oposição, oferecem a concretude de uma poesia abjeta perambulante, com ou sem rima, cadenciada ou de (re)verso livre fraturando os limites. Diante disso, enquanto bicha preta, capciosamente tento dimensionar quem são, mesmo tendo consciência de meu tráfego pela superfície das dermes encrustadas de memórias sem jamais saber meios de defini-las; (ar)risco ainda sim.

(AR)Riscarei pontuações sobre travestis, não de modo finalizado e ontológico, mas plástico. As discussões trazidas foram costuradas com algumas/uns autoras/es pertinentes à travestilidade e/ou as travestis no cenário brasileiro junto a travestis que falam de si e/ou são autoras de suas existências.

Neuza Maria Oliveira (1994. p. 45), por exemplo, ao pesquisar travestis na Bahia, descreve-as (ainda) sob o artigo masculino, mas chamando a atenção para as transformações corporais realizadas, conservando uma ambivalência amalgamada à estranheza provocativa, sobretudo nos homens, “a visão de uma mulher bonita de corpo, com peitos, quadris femininos, usando blusas insinuantes e batons de cores chocantes exibindo um pênis entre as pernas”. Essas construções são possíveis graças aos processos simbólicos ancorados nas tecnologias médicas e estéticas, chamados de farmacopornografia (Paul Beatriz PRECIADO, 2018). Esse universo farmacopornográfico entremeia-se ao universo contemporâneo de poder e (auto)gênese das subjetividades das travestis. Não há desvendamentos da natureza do sexo e seus segredos ocultos. Há uma verdade sobre ele: o *sex design* (PRECIADO, 2018). Preciado (2018) trata das especificidades dos contextos europeus e estadunidenses, porém, essas reconfigurações também ganham expressões no Brasil, sobretudo após a Ditadura Militar, com as promessas das fissuras de “modelos tradicionais associados ao masculino e ao feminino, assim como os estereótipos de gênero e de raça” (VERAS, 2017, p. 102). A produção de si impera nos territórios dos corpos, não sendo diferente nos territórios-travestis.

A travesti autora Aline Ferraz da Silva (2014, p. 15), ao trabalhar com os corpos travestis, considera-os não demarcados pelo determinismo biológico e chama a atenção para as potencialidades de desestabilizações hierárquicas de saberes hermenêuticos e hegemônicos. Os corpos de travestis não estão subscritos por nenhuma dialética previsível ou confluências ditadas pelas regulamentações biológicas, podem ser definidos como uma espécie de “singularidade vagante: corpo vagamundo antropofágico que se constitui a partir da confluência com vários outros corpos”.

Os corpos travestis vagam pelos múltiplos territórios e acabam por capturar influências nos entrecruzamentos com outros corpos, um atrito (re)produtivo, conforme Aline (Aline Ferraz da SILVA, 2014), revelando as multiplicidades da travestilidade de distintas pessoas que se reconhecem travestis, em oposição à existência de uma noção travesti paradigmática. A inexistência de uma deusa ou demônia cosmológica e/ou cosmogônica permite o múltiplo de cada uma, constituindo, ao mesmo tempo, sua própria demônia/deusa. Ela é. Elas são, ao mesmo tempo que não o são. Uma existência divina envolta em auras metafísicas das distâncias não permite compreender suas (r)existências físicas, reais, palpáveis e palatáveis.

Benedetti (2005) chama também a atenção para a constituição da travestilidade demarcada no/pelo corpo. Este está na esfera da linguagem e de ser/estar, conforme suas subjetividades, para definir-se enquanto travesti, valendo-se da transmissão de si pelas indumentárias e gestos. Nem só de gestos e indumentárias são feitas as travestis, mas também de todo o processo de si que escorre pelas ruas. O autor desenha as travestis como pessoas de modificações corporais diversas objetivando parecer mais como mulheres (não travestis) para viver profanamente/sagradamente segundo o gênero feminino.

Aline (Aline Ferraz da SILVA, 2014) expõe a inexistência de uma ontologia (que chamo) travestiquilística, pois cada uma representa sua própria existência única, resistindo à antropofagia do paradigma da cis-buceta junto aos corpos de damas de paus (Neuza Maria OLIVEIRA, 1994). Talvez aí resida o medo das demais pessoas em relação às travestis: a confusão dos olhos aterrorizados/terrorizantes dessas demônias/deusas, urbanas ou não, que desfilam, desfiam e desafiam as categorias fixas.

Esse movimento de plasticidade e fluidez está na mesma dimensão dos silicones que sustentam alguns corpos travestis: entrelaçam-se nas fibras musculares, dão volumes, formas outras e oferecem possibilidades de ontologias não fixas e fixantes das identidades (Juliana Gonzaga JAYME 2010; HALL, 2004), mas vivências agregando ou desagregando as identificações de si. As travestis vivem suas travestilidades. Elas se revisitam num bailado entre ato-potência-ato que deixaria qualquer rio heraclitiano turvo com suas águas chucadas⁵. Essa mobilidade identitária fratura a afirmação de uma existência de mulher em si, como as pessoas nascidas fêmeas de modo cis-gênero, dando às travestis possibilidades desejanter em parecer-se ou não segundo suas (auto)construções. Se, e somente se, a equação de fatores múltiplos não se esteie somente em bases biológicas para a narrativa dos corpos, conforme suas identidades/identificações, parece-me também danoso inferir uma parodização ou arremedo de ser mulher aos moldes de Judith Butler (2003). Do mesmo modo, afirmar estritamente a existência por um desejo de pertencer ao gênero feminino, pois elas já encontram-se nele, seria fixar aquilo que não querem como fixidez.

As travestis acabam, então, por embaçar as fronteiras existentes nas categorias de macho e fêmea, homem e mulher, abalando a essencialidade binária, o que provoca, por vezes, as desconfianças nos dois extremos do sistema binário (Aline Ferraz da SILVA, 2014; Juliana Gonzaga JAYME, 2010). Essa desconfiança, segundo a autora travesti, gera o discurso pautado nos saberes construídos pelo senso comum, especialistas, instituições e epistemes acerca de uma identidade mapeada e nomeada de uma pessoa sobre as existências e usos do cu, pau e buceta. Esse escape do binarismo não as localiza nos pólos, mas no entre, não de modo dialético, talvez paradoxal: “Nem homem nem mulher. Homem e mulher no mesmo corpo. Ela é não-mulher e não-homem. Ou, quem sabe, seja tudo isso e mais. Ádua tarefa tentar classificá-la” (Aline Ferraz da SILVA, 2014, p. 25).

Peres (2005, p. 27) as descreve conforme um corpo apresentando o feminino dotado de uma genitália masculina (o pau do ‘macho biológico’), sem problemas em utilizá-lo para os prazeres, borrando as categorizações sexuais e de gênero tradicionais, “[...] deixando muita gente confusa e perdida frente a expressão dessas

5 Chucada vem de chuca, gíria para o ato de realizar uma lavagem intestinal a fim de uma trepada (relação sexual anal) sem passar o cheque (o pênis ser sujo por fezes) num ocô ou cafuçú (Cf. PRIBERAM DICIONÁRIO, 2018).

novas identidades sexuais e de gênero”. Não consigo inferir uma ideia de travestis em uma modalidade de novas identidades sexuais. Penso que lá/aqui já estavam. Dizer sobre os usos de suas genitálias não nos dá dimensão das vontades de foder dessas carnes, muitas vezes harmonizadas, nos modos de borrar as expressões identitárias, os lençóis em seus gozos ou mesmo os trânsitos citadinos, por isso suas vozes precisam dizer de si.

Adriana Sales (2012, p. 21), uma travesti professora da rede pública de ensino de Mato Grosso, traz também uma definição, partindo também de si, quando escreve sua dissertação de mestrado sobre as travestilidades ancoradas nas narrativas de alunas travestis no universo escolar. Adriana (SALES, 2012) descreve que as travestis podem representar construções identitárias tanto do feminino quanto do masculino na miríade de pluralidades de contextos dos corpos e das imagens. Isso as situa em diversas e diferentes localidades de categorizações de ser.

Assim, a definição de travesti que me parece mais particular, a qual assumo por nela crer, por possibilitar que me aproprie da construção desse gênero humano feminino, por eu ser uma mulher travesti, é a construção de um gênero que se subjetiva primeiramente consigo mesmo, com os outros e com as tensões que pode proporcionar; que se apropria de novas atitudes, comportamentos e expectativas para além do que a sociedade relaciona ao que é ser homem ou ser mulher. É um processo íntimo e subjetivado que deve contemplar suas necessidades enquanto indivíduo e satisfazer aos anseios de manifestação não somente de sua sexualidade, mas de uma identidade que materialize essa representação. [...] Logo, ser travesti é transcender em alguns elementos que nos constroem biologicamente, politicamente, socialmente e culturalmente, isto é, não apenas nas conceituações básicas de cada ciência, mas de uma transcendência que ultrapassa, única ao que nós, travestis, compreendemos de uma particularidade própria; de um mundo imagético, que nos move na mais profunda singularidade de ser. Tal essência concebe, nesses sujeitos, representações tão concretas que se tornam abstratas para a mera compreensão inicial dos outros que estão a sua volta, que não têm particularidade com as discussões apresentadas pelo movimento organizado de pessoas travestis e transexuais, e que seguem aos padrões homogeneizados de identidades de gêneros sociais (Adriana SALES, 2012, p. 21-22).

Essa noção de transcendência e de embaçamento das fronteiras apontadas por Adriana (SALES, 2012) e Aline (Ferraz da SILVA, 2014) reiteram esse *corpus* da travestilidade, não na imanência transcendental metafísica, porém, na

transcendência das (apenas) consideradas concretudes do sistema binário macho/fêmea, homem/mulher. As travestis não são, então, um sistema lógico aristotélico, de premissas encadeadas para coroar a conclusão ou modal – que considera a probabilidade, eventualidade, padronização – elas escapam das lógicas e probabilidades quando podem ou não utilizar: silicone, hormônios, cabelos longos ou curtos, vestidos e estarem tranquilas com seus paus. Transcendem os usos de si na materialidade. Na carne.

Amara Moira Rodovalho (2017), travesti e doutora, ao tratar da multiplicidade de respostas oferecidas pelas travestis sobre si, no tocante às suas identidades, aponta para o fato de que o edifício da auto identificação não estrutura-se de forma hegemônica e unilateral, pois demanda negociações diversas entre ser e parecer. Para ela não há uma educação travesti de berço, pois todas as pessoas são educadas segundo a alocação em um dos pólos extremos de macho-homem ou fêmea-mulher.

Se perguntarmos a travestis o que elas são, a resposta pode variar entre: 1) 'sou mulher, né?'; 2) 'ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer' e 3) 'nem mulher, nem homem, sou travesti'. Se fôssemos nos basear no que dizem, no que são capazes de dizer sobre si, seria impossível pensar maneira de localizá-las na sociedade, de definir-lhes um papel. Essa variação se dá, dentre outros motivos, porque não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti: o 'não se nasce, torna-se' da Beauvoir assume um sentido todo particular em se tratando dessa categoria, pois não existe a opção 'nascer' para nós, mas tão-somente a opção 'tornar-se'. Faz diferença a travesti dizer-se 'homem' ou dizer-se 'mulher' diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? Não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser. 'Homem' e 'mulher' são palavras polissêmicas, palavras que comportam sentidos bastante divergentes, até contraditórios, fazendo-se então necessário todo um cuidado ao interpretá-las (Amara Moira RODOVALHO, 2017, p. 370).

Amara (Moira RODOVALHO, 2017) captura as descrições beauvoirianas sobre o nascer e tornar-se mulher, pirateando-as para afirmar que as travestis não nasceram travestis. Não há essa opção. Não há qualquer essência de travestilidade amorfa materializada após um parto, como uma modelagem feita do barro e um

sopro. Travestis não são sopros. São tempestades. Fizeram-se tempestades. Mesmo existindo um jogo linguístico cindido na oposição binária, levando-as a pensarem-se homem ou mulher, elas rompem, muitas vezes, as estruturas que forçam a objetificação e as apartam dos acessos. Deste modo, subvertem as linguagens.

Essas pessoas, ainda que criadas para ser mulher, ao cabo do processo não se entenderam enquanto tal e começaram a oferecer resistência a essa criação, buscando apropriar-se de signos que denotassem masculinidade para fazer com que o outro os lesse tal qual eles próprios queriam se ler, ser lidos. Ninguém tem culpa, ninguém escolhe. É necessário entender mais de aquisição da linguagem, de psicanálise, se quisermos compreender o que significa esse ‘sentir-se mulher’ que mulheres trans alegam, esse ‘sentir-se homem’ que homens trans alegam. Isso é o que sabem dizer, as palavras que temos à disposição, que nos ensinaram. É necessário saber ler para além da superfície dessas palavras. A menininha trans, ao confrontar a criação que recebe, não diz ‘eu me sinto mulher’ mas sim ‘eu sou mulher’, e será violentada por isso. Ela aprenderá, no decurso da vida, que dizer ‘ME SINTO mulher’ pode ser muito mais eficaz para tocar, comover o outro, do que simplesmente um ‘EU SOU mulher’. Jogamos com as armas que temos, as armas que nos deram, que nos ensinaram (Amara Moira RODOVALHO, 2017, p. 371).

O sentido da palavra mulher é um campo de disputa entre o feminismo radical e o transfeminismo⁶, segundo a autora, causando tensões sem haver uma compreensão da polissemia do termo ou do âmbito das “mulheridades” (Amara Moira RODOVALHO, 2017) entre a cis e a trans.

Alinhavo como categorização (aberta) de travestis as auto-definições delas mesmas, segundo suas subjetividades passíveis de borrar as definições estruturadas e estruturantes das delimitações do feminino/mulher, por exemplo, trazendo ruídos aos gêneros e à sexualidade, à (mal)dita norma e padronização ocidental, se se deseja uma definição foucaultiana. Uma posição historicamente fechada do constructo corporal, sexual e de gênero desconsidera os processos de subjetivação, subjetividades e contextos, revelando as medidas do poder para que travestis não demarquem suas existências (Adriana SALES, 2012). Amanda Palha

6 “O transfeminismo surge como uma corrente feminista voltada às questões das pessoas trans*. Frustradxs com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do próprio movimento feminista, as pessoas trans* se organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia, frente uma estrutura que mantém essas pessoas à margem” (KAAS, 2015, p. 01).

(2018), uma travesti e educadora popular, descreve de modo debochado as diferenças entre travestis e mulher transexual fomentada pelas interpelações constantes recebidas por nós, pessoas cis.

No início, era a viadagem (me ouça com voz de Cid Moreira). Era só viado e sapatão. Aí, desses viado, tinha os viado que era só viado, os viado que se montava pra fazer show e os viado que se montava 24 horas (majoritariamente na prostituição), que botava peito (silicone industrial), mudava o corpo e tals. Esses últimos frequentemente também se tratavam no feminino e usavam nomes sociais femininos. Esses últimos eram as travesti, que eram viado, mas que eram travesti antes. E aí era só isso: os viado, as sapatão e as travesti.

Aí láááá atrás, conforme começa a nascer uma militância “de homossexuais” e o movimento “gay”, os viados que eram só viado sentiram a necessidade de brigar pra se diferenciar das travesti, pra que não fossem mais confundidos com aquele bando de puta, de vagabunda, de gente suja que manchava a imagem dos viado e impedia que a sociedade visse os viado como iguais (na cabeça deles, pelo menos). Essa briga de fato existiu e se intensificou tanto durante a ditadura quanto conforme o movimento foi ganhando força, de forma que a cisão entre os viado que é só viado e as travesti, que “não eram viado porque viado é limpinho”, foi tomando força e levando pro discurso e pras práticas de luta algo que já era verdade objetivamente há muito tempo (porque é assim mesmo que a história acontece): a travestilidade como um gênero [feminino] em si.

E aí o primeiro ponto é isso: travestis, ainda que estejamos no campo da feminilidade e que nossas relações de trabalho e de gênero se dêem pautadas nos elementos mais violentos do “ser mulher”, somos um gênero específico. Olha só: temos lugar específico na organização do trabalho, conjunto específico de signos e estéticas distintivos e mesmo um referencial corpóreo específico (a “mulher de peito e pau”). O próprio senso comum, ainda que nos trate no masculino e ainda nos chame de frango, entende isso: se nos olham na rua, não apontam um homem ou uma mulher, mas “o traveco”; se querem nos ofender, ao contrário dos xingamentos no feminino direcionados aos gays, nos chamam de viado, de traveco, no masculino. Ou faz algum sentido a imagem de uma cara passando no carro e chamando a travesti de “mulherzinha”? Porque compreendem, ainda que não racionalizem, que nós somos “outra coisa”—uma coisa que pra ele não é humana, que não cabe na alteridade, mas ainda assim outra coisa, e uma “outra coisa” feminina.

Primeiro ponto tá aí, então: travestilidade é um gênero. Um gênero feminino, “do campo” do “ser mulher”, mas um gênero específico.

Aííí, em determinado ponto dessa história, as ciências psi resolvem perscrutar o mundo dessa gente muito loca e descobrem que uma parte das travesti “achava que era mulher”, e que essa galera tinha uma relação muito violenta de negação do próprio corpo dito masculino. Tinha umas que tava de boa, mas tinha essas que tavam na bad mostra com o próprio corpo. Descobriram que entre as sapatão isso também rolava, aliás: que tinha as sapa que tava de

boas, mas que tinha as sapa que achava TANTO que era ome que viviam o mesmo sofrimento violento de negação do próprio corpo, que assumiam nomes masculinos e tudo o mais. A partir dessa “descoberta”, a ciência começa a estudar mais essa galera da bad monstra, que vai acabar sendo batizada de transexuais por entender que o distintivo dessa gente é a negação do genital e a vontade de ter outro para ser “do outro sexo”. As outras continuamos sendo as travesti. Não contente a ciência burguesa, sempre genial, resolve separar também as travesti entre as que se vestem só pra gozar e as que são tão loca do cu que botam peito e vivem como travesti 24h: as primeiras viram portadoras de “travestismo fetichista” e as segundas, de “travestismo bivalente”. Parece bizarro (e é), mas vale dizer que essa é a catalogação atual e vigente do nosso CID (Código Internacional de Doenças). Eu tenho CID10 F-64.1: Travestismo Bivalente. Loco, né?

Bom, o ponto é: enquanto as travesti continuaram sendo só as travesti mesmo, as travesti que viraram transexuais pra ciência deixaram de ser substantivo pra virar adjetivo: são mulheres transexuais. Na real, oficialmente eram chamadas de transexuais masculinos (nasceu com pipi), em oposição aos transexuais femininos (nasceu com ppk) — mas o reconhecimento do trânsito “de um sexo para o outro” contido nesse termo legitimou que essas mulheres transexuais passassem a se reconhecer, declarar e reivindicar mulheres. Esse é um primeiro elemento distintivo importante: mulheres transexuais se reconhecem mulheres e os esforços de luta são também no sentido de se legitimarem mulheres, tanto através das alterações que julgam necessárias em seus corpos quanto através do reconhecimento da sociedade e do Estado. As travestis continuam as travestis.

E aí é importante não deixar de colocar que enquanto a transexualidade, como categoria de análise, parte da auto-percepção da pessoa e trata da materialização dessa auto-percepção, a travestilidade é o oposto: é o nome dado não a uma auto-percepção, mas a uma existência específica de gênero, um lugar específico das relações de gênero e da organização social de forma mais ampla. A consequência disso é que enquanto há alguma homogeneidade entre as mulheres transexuais, no sentido de que todas se reconhecem mulheres, entre as travestis as “auto-identificações” são MUITO variadas: há travestis que se reconhecem travestis e se compreendem mulheres, há travestis que se compreendem homens gays (ainda que usem nome feminino e muitas vezes pronome feminino também), há travestis que se compreendem “nem homem nem mulher”, ou os dois ao mesmo tempo, etc — o que há de comum entre nós, no entanto, é que independente de como rola a auto-compreensão no detalhe, todas nos compreendemos travestis em primeiro lugar. Antes de qualquer outra coisa, nos entendemos travestis. E aí, considerando que o ponto de partida das duas categorias são distintos, também há mulheres transexuais que também se compreendem travestis, muitas até por perceber que é assim que a sociedade enxerga e trata todas nós (Amanda PALHA, 2018, s/n).

E pra arrematar: pra efeito de militância e luta por políticas públicas, o Estado ainda considera como distinção que mulheres transexuais desejam a transgenitalização (“mudar de sexo”) e que travestis não. É

uma distinção limitada, mas historicamente importante e que não devia ser desconsiderada (inclusive porque encontra algum acordo na história dessas categorias). Mas na prática, a coisa tá longe de ser bem assim.

Simples assim? Não, tem mais. Muito mais. Mas pra começar tá de bom tamanho (Amanda PALHA, 2018, s/p.).

A travestilidade está na categoria do gênero, segundo Amanda (PALHA, 2018), pertencendo ao universo de ser mulher envolta em especificidades de si, “mulher de pau” (Amanda PALHA, 2018; LINN DA QUEBRADA, 2018b). Essas mulheres foram ‘peneiradas’ pelos saberes burgueses bio-psis-médicos para instaurar diagnósticos a fim de mensurar (colonizantemente) quem a travesti é, e não quem diz ser. Os diagnósticos adjetivantes da ciência descrevem como travestis tornaram-se mulheres transexuais. Do substantivo ‘travestis’ para o adjetivo ‘mulheres transexuais’, conforme Amanda Palha (2018) pontua. As auto-identificações não se encerram em definições fechadas e determinantes sob uma fórmula específica, mas múltiplas, confluindo em algo comum a elas: identificam-se, antes de qualquer coisa, primeiro como travestis.

Veras (2017) considera a passagem das performances femininas para uma mudança pontual acerca do universo da hormonização. Antes, década de 1980, por exemplo, as travestis estavam associadas aos espaços privados frequentados por homossexuais, contudo, a farmacopornografia (Paul Beatriz PRECIADO, 2018) dá possibilidades morfológicas, históricas e existenciais às travestis. Elas revelam suas experiências múltiplas e atravessadas por outras, sem um encerramento definitivo, mas constantemente reconfigurada e intersubjetiva (Juliana Gonzaga JAYME, 2010).

A nomeação do corpo junto ao determinismo do sexo enquanto demarcação *a priori* e não histórica, cultural e política, induz a uma única expressão de desejo (Guacira Lopes LOURO, 2008). Subverter essas lógicas associa-se a cada travesti. Mesmo a norma requer reiterações, mudanças constantes dispostas à recondução de desviantes, assim, as travestis são, a todo momento, escrutinadas, aferidas e cobradas para a volta à norma. Elas são escapadiças. Reinventam posições, pulam as cercas, modificam o ponteiro da bússola e estão fora das fronteiras. Nas próximas linhas tentei descrever um pouco sobre cada uma delas, seus acessos ao sistema prisional, esses atravessamentos intersubjetivos capazes de dar incorporações plurais a elas, seus tráfegos e possíveis (r)existências.

3.1 DECANTANDO INFORMAÇÕES PARA SINTETIZAR (R)EXISTÊNCIAS

Como modo de alocar as informações sobre as travestis dispostas à pesquisa, elaboro uma síntese sobre elas para depois enredar suas falas entre si e nas teorizações utilizadas para forjar esta tese. As travestis entrevistadas não aparecerão na ordem cronológica, mas sob uma ordem de adentramento no sistema prisional, indo da reclusão por horas em uma delegacia até anos no regime fechado, na tentativa de ouvir suas vozes que receberam sufocamentos gradativos. Não significa, com isso, um desejo meu em desenhar uma escala de dores entre elas, ou tentar dar uma dimensão hiperbólica, porém, dispor os modos utilizados para que o cotidiano fosse possível de viver. Chamo-as de travestis porque nas entrevistas elas assim se identificaram, indo ao encontro dos conceitos discutidos anteriormente.

3.1.1 Mariê, a hackeadora de espaços

Pude entrevistar Mariê, a segunda travesti contatada, no dia 21 de fevereiro de 2018, uma quarta-feira, na cidade de Maringá-PR, no período da tarde. Diferente das demais, pediu a demarcação de seu nome, não o ocultamento do mesmo, talvez por seu delito não ter um ‘peso’ jurídico como os das demais que as levaram para o regime fechado ou talvez por querer demarcar sua identidade, nome e ser reconhecida, “[...] não pra aparecer... preciso ser citada” (Mariê). O contato de Mariê consegui com Naomi Neri, uma travesti (maravilhosa) que conheci no Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos em Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), a quem contei a pesquisa e pedi algum contato, em pouco tempo ela me passou o de Mariê. Utilizei o Facebook, uma ferramenta virtual de relacionamentos, para entrar em contato com Mariê a fim de explicar a pesquisa e sua disposição para tanto. Estava reticente, afinal, quem seria eu e quais minhas intenções com uma travesti? Ou como diria Naomi: “Quem quer chutar cachorro morto? Uma pessoa com estimativa de vida de 35 anos?” Marcamos para eu passar em sua casa com meu carro, em Sarandi (Paraná) e escolhermos um lugar para o diálogo e possível gravação.

Cheguei às 14 horas e fui recebida por uma travesti magra, estatura mediana, cabelo descolorido e raspado na garagem de sua casa. Vestia um top preto bem estreito e justo, não marcava muito seus peitos porque eles são pequenos exatamente por não estar sob o processo de hormonização. Usava uma calça preta bem justa, como dessas de elanca, um par de tênis escuro e uma camisa meio parecida com jaqueta jeans. Seus brincos, um em cada orelha, eram duas imensas argolas vermelho vivo, que balançavam a cada movimento de cabeça. Junto de si uma pochete preta e sua garrafa de plástico com água. Sobrancelhas grossas e a barriga magra de fora compõem o fechamento dessa monstra toda. Não sabia onde a levar, e enquanto dirigi, conversamos sobre o casal de amigos que estava junto dela em sua casa. Falamos de baladas e o carnaval. Decido por levá-la em um café vegetariano em Maringá, pergunto se existe algum problema, ela responde não, mas ainda está resabiada. Também estaria. Entrar no carro de um estranho é aventurar-se com o desconhecido. Depois de explicar o projeto, a negativa do Estado ao acesso nas penitenciárias, Mariê decide por conceder a entrevista. A negativa refere-se à primeira tentativa em pesquisar de dentro do sistema carcerário paranaense, mas, para o próprio Estado, elas inexistem, deixando-me rendido aos próprios sabores dos instrumentos estatais para elaborar uma escrita que não as contemplou.

Voltando à Mariê. Ela tem 20 anos, reconhece-se como branca e travesti desde a infância e estudou até o segundo ano do Ensino Médio em um colégio público em Sarandi mesmo, uma cidade periférica e conurbada a Maringá. Seu corpo, antes hormonizado sinteticamente, agora livre deles, não é lido como feminino, não tem “passabilidade nenhuma”, como ela mesmo diz, o que a deixa feliz por não ser confundida com uma mulher cis. No entanto, mesmo entre mulheres trans há a crítica pelo não consumo de hormônios, uma tentativa de categorizar quem seria mais ou menos conforme alguns recursos utilizados.

[...] Já ouvi muitas mulheres trans, chega pra mim e fala: "aí, não tenho a leitura de você como mulher trans porque você não se hormoniza" qual a obrigação do meu corpo ser hormonizado? Se tem uma leitura minha assim, imagina da Linn da Quebrada, entendeu?... e a gente não precisa se hormonizar, entendeu? A gente não precisa disso [...] (Mariê).

Seu contato com corpos e identidades como a de Linn da Quebrada acabam por corroborar as noções identitárias de si sem a necessidade da hormonização, mesmo com a cobrança ou o não reconhecimento de outras travestis. Sua presença, conforme ela, não deveria ocupar determinados espaços, como a escola, a solução encontrada é hackear esses mesmos espaços. Esse termo é trazido por Mariê em referência a Cecília Da Silva Dellacroix (MC DELLACROIX), travesti preta não hormonizada, rapper, compositora, modelo, atriz e performer paulista, para pensar-se mais feminina. As influências captadas por Mariê são múltiplas para definir sua própria travestilidade, sua poética, estética e resistência. Em sua casa, onde vive com sua família (mãe, pai e irmã de oito anos), declara a dificuldade de usar o termo travesti, no início, utilizando o recurso de categorizar-se como mulher trans por causa da carga pejorativa sócio-histórica da palavra travesti dita por sua mãe e pai:

[...] mas pros meus pais acho que assim foi muito mais fácil que eu falei que eu era uma mulher trans né, porque foi muito mais fácil explicar do que travesti porque daí minha mãe já ia achar “Travesti. Marginal” que é outra coisa que eu tenho que desconstruir dentro de casa, não posso chegar na minha casa falar sou travesti (Mariê).

O embate com sua mãe foi intenso: proibição de maquiagem fora de casa, do uso de roupas, além da tentativa de “modelar” o comportamento de Mariê para ser menos feminino, menos ‘subversivo’, sob o pretexto do medo em relação às violências possíveis nos espaços públicos. A trajetória nos espaços escolares formais seguiu um rumo semelhante de interdições familiares, mas de proporções mais violentas quanto à mobilidade no banheiro feminino ou o uso do nome na lista de chamada. No entanto, a espetacularização de uma existência mínima ganha contornos quando a mesma escola que rejeita a travesti a utiliza como elemento ilustrativo de uma instituição aberta, plural e a primeira a ter uma travesti assumida. A expulsão – utilizo no lugar de evasão escolar por acreditar em uma dinâmica de exclusão demarcada nas diferenças – parece ser uma premissa constante e legitimada por dispositivos heteronormativos de proibições: uso de banheiro, nome social, acesso a saberes e epistemes questionadores de normas do corpo e identidades, para descrever alguns.

As relações de hackeamento no espaço escolar podem ser observadas no período das ocupações de colégios estaduais paranaenses, no ano de 2016, quando

Mariê esteve envolvida na organização. Foi neste período que conheceu, brevemente, a estrutura do sistema carcerário. Como os mantimentos estavam acabando no colégio, decidiram juntar o dinheiro entre as pessoas ocupantes para comprá-los, no entanto, o valor arrecadado era baixo e o grupo responsável pela ida ao mercado decidiu por furtar alguns produtos. Espalharam-se pelo estabelecimento para realizar a atividade, mas jovens da periferia, ainda mais junto de uma travesti, chamaram a atenção da equipe de segurança. O grupo resolveu por devolver os produtos para evitar problemas, avisando as demais pessoas do grupo o procedimento: “No que a gente sacô, a gente devolveu as coisas e foi avisá o restante desbaratinadamente. Fala ‘ó: gente tem um cara perseguido, toma cuidado’. Todo mundo “não, beleza” (Mariê), mas um rapaz não foi avisado a tempo, saindo com um pacote de bolachas na bolsa e recebendo o aviso para ser revistado pelo segurança do mercado, já com algemas a postos. O segurança era um ex-policia. Este levou o rapaz até uma sala no aguardo da chegada da guarda municipal de Sarandi a fim de buscá-lo e conduzi-lo até a delegacia.

Aí ele abriu a bolsa, catou a bolacha, que ele tinha pegado e ele só tinha roubado a bolacha. Aí aconteceu todo o vexame: algemou ele, levou ele dentro da salinha. E eu a Maria gritando com esse cara: “que que cê tá tirando? E bababa, a gente tá roubando pra come, rouba pra come não é crime. Qual que é o problema? A gente não tem dinheiro. Olha pra gente, a gente quer come, a gente precisa come” e o cara: “vai toma no cu”. Pegou e deu um tapão na minha amiga. Aí a gente acabou descobrindo que ele era ex-policia e tava trabalhando no (nome do estabelecimento) como segurança. Aí ele bateu na Maria, no que ele bateu na Maria ele queria me algemá e algemá a Maria, que é minha amiga... aí no que ele tentô algema, eu coloquei o zíper na blusa e dei uma zipada na cara dele, falei: cê não vai algemá a gente, cê não vai bate na gente, olha o que cê tá fazendo. Ele arranhou tudo minha amiga assim, ficou toda ensanguentada. E a gente gritando, e a gente gritando, a gente gritando, a gente.... e meteno o louco né.... gritando e metendo o louco. Nananão, e o cara xingando, o cara: “vai toma no rabo, ceis defende ladrão, por isso que o Brasil anda assim, ceis fica aí defendendo ladrão, que num sei que, que num sei que, que num sei que” e falando, e falando. Daí a gente voltou pra casa desse menino, para pensar melhor. A gente chegou na casa desse menino, vamo lá e chamamo mais gente, pá nós faze todo aquele espírito de ocupação ainda né? Pra gente chegar lá e já fazer um barraco, porque ele bateu numa mulher e ele prendeu uma pessoa por nada, porque não foi por nada por uma bolacha. Aí o nosso amigo foi levado né, pra delegacia, pela guarda municipal, a GM, lá de Sarandi, foi levado dentro do camburão... Aí a gente queria ir na delegacia, denunciar o cara porque ele bateu na nossa amiga, e que

a gente queria saber o motivo porque tudo isso aconteceu. Aí a gente chegou lá no mercado de novo, fizemo todo um barraco, gritamo, falamo de repente, a gente saiu, no que a gente saiu... eu fui na frente né...a gente saiu, aí eu fui na frente porque eu queria chegar logo na delegacia. Falei: não, vô chegar nessa delegacia, vô fazer um vexame, que esses cara tá.... essa polícia tá me tirando né. A loca, querendo brigar cá polícia. Porque que eu fiz aquilo? Hoje eu... porra... que anta que eu fui né.... Aí no que eu tava subindo, só escutei os barulhos da sirene, umas quatro sirene (barulho de sirene) pensa, a sirene parou. No que ela parou eu tava já na frente, eu voltei pra vê o que tinha acontecido. Eu falei: porra, pegaram a galera e enquadrou a galera. A gente tava em doze. No que enquadrou a galera, eu voltei. Aí tinha um policial feminina. No que eu voltei, eu tentei voltar desbaratinadinha e sair correndo. No que eu pensei em fazê isso, a policial mulher pegou engatilhou a arma e falou: “se correr é tiro no pé”. Aí eu voltei né, falei: não, não quero morre, não quero levar tiro no pé (Risos). Aí eu voltei e aí começou o quadro né. Eu não apanhei (Mariê).

Apesar de não ter ficado presa na delegacia por mais de 24 horas, Mariê pôde perceber a mensuração de seu corpo e identidade travesti, as aferições, deboches e coações. Não apanhou como as demais pessoas junto dela, no entanto, a policial, a todo o momento, revelava o nojo pela sua presença quando afirmava que não a tocaria, e o deboche pelo uso do short bem curtinho, segundo relata Mariê: “você veio de shortinho curto pra dá o cu mais rápido? Tá de shortinho curto pra dá o cu mais rápido né. Adora dá um cuzinho né?”. Uma outra travesti também foi enquadrada, mas apanhou por tentar corrigir o uso do masculino quando falaram de Mariê, além do fato de ser preta: “Apanhou pra carai, porque ela é preta, entendeu?”.

Na delegacia foram separadas das outras meninas (cis), indo para o corró junto de homens, gerando mais medo tanto em Mariê como em sua amiga travesti. As presenças delas geraram confusão no corró, um espaço como uma sala que antecede as celas da cadeia, e mais espetacularização por parte de policiais, pois tiraram fotos, debocharam e xingaram. Mariê permaneceu horas na delegacia, um primeiro ‘estágio’ do contato em relação às demais travestis entrevistadas.

3.1.2 Nanda Soares

Nanda Soares (nome escolhido por ela como pseudônimo, em que a ligação está no fato de ser como sua mãe, já falecida, era chamada), apesar de ser a última

entrevistada, poderia ser alocada como um segundo 'estágio', uma permanência maior em relação à Mariê, contabilizando entre um mês e meio e dois. Eu a conheci de modo virtual, especificamente pela rede de contatos oferecida pelas minhas amizades e possíveis conexões. Falei com Megg, uma amiga travesti e professora universitária, por sinal também atraqueana, babadeira e disposta a ajudar nas conexões desta pesquisa, tanto que me passou o contato de uma pessoa e, posteriormente, ao contato de Nanda. Expliquei, via rede social (Facebook), a pesquisa, quais os caminhos por onde passaríamos e minha disposição em ir até seu encontro, uma vez que moramos no mesmo Estado, mas ela dizia não ser preciso. Decido, então, marcar uma conversa com acesso à webcam para explicar de modo mais pontual a pesquisa, para ser visto e vê-la e estabelecer uma possível data para a entrevista. Ela pareceu reticente a esta possibilidade ao dizer sobre chegar cansada do trabalho. Depois de alguns dias trocando mensagens, resolvo por combinar em enviar as questões pelo WhatsApp, escritas e/ou áudios, dando abertura a ela em responder conforme suas disponibilidades:

[15:02, 4/4/2018] Eu: Boa tarde Nanda, tudo bem?

[15:03, 4/4/2018] Eu: Será que posso ir mandando áudio por aqui e você vai respondendo? Acho que seria mais fácil pra gente... Beijos e no aguardo

[15:38, 4/4/2018] Nanda: Sim

[15:38, 4/4/2018] Nanda: Pode ser

Sua fala é calma, quase reticente, talvez pela ausência de contato mais próximo ou mesmo pela personalidade mais comedida. A extração de parte de suas memórias pareceu-me um garimpo delicado, ainda que cada gema encontrada já estivesse carregada de substâncias densas de si. Nanda tem 34 anos e é branca, passou boa parte da infância na capital do Estado e em uma cidade da região metropolitana da capital paranaense, descrevendo-a como tranquila, sobretudo pelas atitudes de sua mãe e pai sem manifestações de pesares frente a uma existência travesti desenhando-se de modos diversos para as estruturas do que, talvez, esperavam.

na verdade, eu me descobri assim desde criança assim eu já era meia levada pra esse lado, tudo de menina, no caso, é.. brincado, brincadeiras, tudo de menina, é... fui crescendo no caso, e fui

gostando, no caso, da coisa e acabei que fiquei assim do jeito que nasci né, porque eu já vim com a mentalidade totalmente feminina, desde criança eu me sentia uma menina e foi isso no caso e a questão familiar assim tipo, com os pais, assim, super tranquilo (Nanda).

Contudo, e parece uma prática das existências travestis às contraposições, seus irmãos não aceitaram uma irmã travesti por causa do machismo, associado posteriormente ao trabalho como policiais: “[...] tudo machão e pra mim, sempre no caso, eu fui a vergonha pra família, no caso na parte deles, assim, porque no caso dos meus pais super tranquilo, de boa [...]” (Nanda). Na escola essas contraposições também estiveram presentes: enquanto o corpo docente transmitia essa tranquilidade frente a seus anúncios de feminilidade travesti, parte de colegas de sala já a categorizaram como um ser diverso, passível de violências múltiplas: cuspes, bolinhas de papel, ‘zuações’ e a possibilidade constante de apanhar na saída do colégio, durando até seus dezoito anos. Via-se indefesa e sem chances de responder aos ataques, considerando-se presa em um sistema arquitetado pela homofobia:

Meu deus, assim, isso até uns 18 anos, que eu era meia bobinha assim, no caso, não tinha boca pra nada, nem pra xingar, nem pra brigar, entendeu, sempre era mais na minha, tinha meio... eu era presa assim, tipo pra sociedade assim, eu tinha medo assim de dar a cara pro mundo assim, sabe. Então, nessa questão, assim, de ambiente escolar, com colegas assim, foi bem variado assim, tipo, tanto como eu tinha bastante amigos, quanto teve bastante homofóbicos, assim, que rolava muita encrenca, assim, briga comigo (Nanda).

Diferente de uma boa parte de travestis, inexistindo uma regra ou regularidade para as gêneses de si, Nanda conclui o segundo ano do ensino médio, então com dezoito anos, e já tinha a prática de ‘sair montada’ para curtir, sem qualquer oposição de sua mãe, com quem passou a morar na região metropolitana após a separação de seu pai. Contudo, após o falecimento de sua mãe, jogou-se no universo que já cria ser o seu, sem ajuda de alguma outra travesti para conduzi-la ou aconselhá-la. Decidida, vai para a pista: “me joguei diretamente” (Nanda).

Então, fiquei mais ou menos, eu acho que uns oito, nove meses, eu me joguei primeiramente em (nome da cidade), no litoral, no começo foi um pouco estranho, um pouco diferente, porque eu não conhecia

muito, assim, esse lado assim, conhecia, tinha amizade com travesti, sair assim e tal, mas me jogar, assim, conhecia o povo da rua realmente como é, foi meio difícil, me envolvi com muita gente, desde pessoas boas quanto ruins, traficantes, enfim, de tudo. Foi mais ou menos oito meses, foi uma experiência bem... sei lá... [...] não vou dizer que foi bom, foi necessário porque não tinha aonde me socorrer, tentei em busca de família, não tive ninguém pra me ajudar, e assim foi, e assim aconteceu várias situações, assim, diferentes assim como desagradáveis, várias coisas assim bem complicadas (Nanda).

Ela não aprofunda os detalhes sobre as coisas agradáveis e desagradáveis vivenciadas, a decisão em falar cabe a ela. Após passar um tempo no litoral retorna à capital, sem que ela seja sua parada definitiva e sim um dos nós possíveis de sua trama migratória, percorrendo Joinville e Balneário Camboriú, por exemplo, em Santa Catarina, indo de carro nos finais de semana até essas cidades, nunca ficando “num lugar só” (Nanda). Mas é na capital paranaense o evento que a levou para o sistema prisional, começando em uma danceteria destinada ao público LGBT, onde o atrito entre ela e outra travesti gerou não apenas desentendimentos. Nanda estava de peruca, toda montada, e dançando quando teve sua peruca puxada, expondo-a a todas as pessoas, deixando-a irritada a ponto de tirar satisfações com a outra travesti. A discussão na casa noturna foi interrompida com a expulsão de ambas, não significando o fim do atrito entre elas.

Então, aconteceu assim: é... a gente estava numa danceteria, na (nome da danceteria), em Curitiba, e aconteceu de eu tá dançando, e usar uma peruquinha na época, veio uma travesti, passou por mim, ela puxou minha peruca assim, na frente de todo mundo, eu fiquei loca, me senti... nossa! Fiquei virada aí aconteceu o seguinte, de eu pegar, eu encrencar com ela ali, aí tiraro a gente pro lado de fora, lá fora tinha mais uma renca de amiga minha, a gente avançou tudo em cima da travesti, demos uma surra na bicha, mas uma surra, uma surra, aí teve bichas amiga minha que pegaro a cabeça da bicha assim batia no meio fio, assim, sei que quase mataro... aí abaxou a polícia, levou todas nós pra delegacia, e aí foi dado como tentativa de homicídio, aí foi no que eu fiquei, acho que mais ou menos, um mês... e meio, dois meses mais ou menos, lá (Nanda).

O afronte do picumã, um elemento de importância mais do que físico para diversas travestis, transformou a discussão em violências físicas entre Nanda, suas amigas e a outra travesti, quase a ponto de matá-la. A briga, de proporções homicidas, como a polícia delimitou, só foi encerrada quando o policiamento chegou

e levou Nanda para a cadeia. Foi encaminhada para a cela como estava: “com saia, blusinha, cabelão” (Nanda), provocando outros medos sobre sua existência naquele espaço confinado com aproximadamente dez rapazes. A noção temporal parece ter esvanecido durante sua permanência na delegacia, pois não soube precisar se ficou um mês e meio ou dois. Os modos de (r)existências dependem também das redes de solidariedades, como não recebia visitas, nem mesmo da família, esses mesmos rapazes, antes provocadores de seus medos, revelaram-se parceiros, fornecendo comida, além de “escova de dente, pasta, prestobarba, roupa, enfim, me ajudava assim, nossa, show de bola, assim, tratamento que me deram” (Nanda). Outro fator emblemático está no modo de seu gênero ser compreendido pelos demais encarcerados: mulher. O respeito, conforme ela, existia a ponto de ser protegida pelos demais detentos, evidenciando-se em um dos trechos narrados:

Até aconteceu um episódio lá assim, tipo, na cela que a gente tava, tinha um rapaz que tava sendo... tava esperando sair na verdade um exame lá pra comprovar que ele tinha estrupado uma moça. No caso eles tavam só de vigia, vigiando ele, ele dormia no chão no outro canto lá, e eu dormia do lado dele. Aí teve uma noite que ele tentou mexer comigo, eu levan... porque daí os meninos já tinham falado pra mim: “ô, qualquer coisa que aconteça, se alguém tentar mexer com você, principalmente aquele ali, que aquele ali ta no aguardo só, você avisa a gente, não faz nada, só avisa a gente”. Aí teve uma noite lá que... eu tava deitada e ele tentou mexer comigo, ele veio, ele tentou me... assim... tentou, cê sabe né? Aí no caso eu só chamei assim, dei um grito assim pros menino, assim de repente levantou todo mundo assim, acho que uns sete, aí ele falou: “que que aconteceu?”, falei não, ele tentou, tá tentando fazer coisa comigo aqui, e como cêis tinham mandado avisá porque, tipo, eles deram uma ordem né, lá dentro cê sabe como é, então eu falei, não, ceis pediram pra mim avisá eu tô avisando, ele tentou mexer comigo. Menina... mas olha, o cara apanhou tanto, dero tanto, tanto, tanto, tanto, que pensei que ia matar o cara. Só não mataro, diz eles lá dentro que por conta de... que não tinha saído o exame, ainda, no caso, pra comprová né, aí foi assim (Nanda).

A respeitabilidade narrada choca-se às estruturas militarescas de policiais frente à mesma pessoa. Se, por um lado, os detentos a reconheceram no feminino, por outro, policiais valeram-se do deboche e humilhação, chamando-a no masculino, a fim de demarcar ainda mais suas estruturas de poder e violências. Existe, parece, uma educação regulada segundo as identidades e os calibres das lentes de quem representa o poder militar, mas pensar desse modo é afirmar, em certa medida, que os sistemas educacionais também estão calibrados sob uma ótica militaresca,

violenta e normatizante, esfacelando as quimeras romanescas de uma educação emancipadora (né nom?).

3.1.3 Pandora é a caixa de si

A primeira partilhante⁷ foi Pandora, com 29 anos, nascida na região noroeste de seu Estado⁸, graduanda em geografia em uma universidade pública do mesmo Estado. Seu tempo no sistema prisional, junto ao de Tereza, descrita a seguir, passa de anos, tendo contato mais profundo com essa estrutura. Apesar de não ser seu nome, por motivos de respeito a sua identidade e privacidade, a escolha do nome partiu dela frente à minha pergunta sobre qual nome utilizar, se havia algum que ela gostaria. Sua resposta, enviada por mensagem semanas depois da ‘gravação’ oficial, via Instagram, pois o WhatsApp ela não respondia: “Pandora. É meu primeiro nome de pixta”. Pandora reconhece-se como negra, mas depois de muito empoderamento por conta de ser filha de uma mãe de pele clara e de um pai com pele mais escura, gerando confusão em sua identidade etnicorracial. Sua infância foi tranquila na Zona Norte da cidade, principalmente por viver quase toda a vida no mesmo território, sendo conhecida por boa parte de pessoas do bairro. Na escola, durante o fundamental, na época da primeira série até a oitava, hoje nono ano, as hostilizações existiam por conta das demarcações femininas que Pandora afirma existirem em sua identidade. No entanto, era maleável no espaço escolar por causa da relação de proximidade com a equipe pedagógica e corpo docente, que praticamente não mudava, por tratar-se de uma escola de pequeno porte.

No Ensino Médio, não apenas a feminilidade de seus gestos transitou pelos espaços educacionais formais, mas um corpo hormonizado revelando mais curvas, mais travestilidade, agora em um território maior e menos conhecido. A maleabilidade da hostilidade transita para a hostilidade em si, de modo que o recurso da violência era lançado por ela como defesa:

7 Não consigo pensar em um termo pertinente para utilizar, informante soa-me como muito militar, então deliberei por partilhante por pensar em cada uma delas como uma pessoa disposta a partilhar um pouco de suas memórias, angústias, vivências e alegrias.

8 O sigilo irá além do pseudônimo, uma vez que ao ditar o nome da cidade, penitenciária e universidade seria possível identificá-la, o que poderia gerar problemas para Pandora, pois a mesma encontra-se em regime aberto.

[...] só que como eu já era envolvida tanto na pista já, então, e já era envolvida no crime, em algumas coisas relacionadas a tráfico já na própria quebrada que eu morava, então, era aquela coisa, imposição mais de poder de violência mesmo assim, aquela que tipo “Se não vem pra mim não que eu também não vou deixar baixo” e também por alguns familiares meus ser também envolvido né, então, daí tinha aquela coisa, assim, “Ah é família de tal pessoa tal”. Mas foi o primeiro ano, assim, foi um monte de pega no portão, de batê nos piá escroto no próprio pátio, assim, levar suspensões, mas eu sempre fui um pouco aplicada assim mesmo, aquela coisa, você é bicha, cê tem sempre que mostrar pra elas que você é melhor a mais ainda pra conseguir firmemente aquela coisa de não, tipo, tenho que ser, pelo menos isso eu tenho que ser melhor, já que não consigo manifestar a minha masculinidade (quando fala masculinidade faz um balançar com os ombros com tom de deboche, inclinando um pouco para frente) que a sociedade coloca dessa forma, parece que você acaba indo pra esse lado mas era uma boa aluna sim (Pandora).

O primeiro ano do Ensino Médio decorreu junto ao processo de estar na ‘pista’, ou seja, aliava os processos de uma educação formal, dentro da instituição escolar, junto a uma educação travesti com profissionais do sexo, onde aprendeu o uso de hormônios, adquiridos em farmácias por intermédio de outras amigas. Para Pandora, muitas travestis e trans começam o processo de montagem depois de contato com travestis, trocando experiências. Somam-se a isso as relações de “identificação do seu grupo que você se reconhece como tal [...] é aquela coisa de se tornar mulher” (Pandora).

Hormonização, brigas e o gosto de estudar, não imposto pela mãe e pai, foram vivências de Pandora, porém, o segundo ano trouxe a crise de sua identidade travesti no espaço escolar, decidindo parar de consumir hormônios como modo de parar as opressões que aumentavam frente ao seu corpo e identidade. Neste momento estava entre o masculino e o feminino, adequando-se ao sistema heteronormativo. A cobrança também pode ser percebida por ela no espaço familiar, sexualidade era aceita, mas não seu gênero, revelando uma aceitabilidade maior na medida em que sua identidade esteja aliada à heteronormatividade (masculina). A equação ‘mais bicha, menos aceitação’ trava o sistema quando a travesti surge

[...] mas você não precisa ser assim, assado, daí quando entra na questão da travesti parece que é ápice da “Onde foi que eu errei na minha vida?” (fala enquanto bate com a mão direita na mesa de cimento com ênfase e sorrindo) (Pandora).

A família é percebida por Pandora com positividade em comparação às de outras travestis expulsas de casa, considerando-se privilegiada. No entanto, o processo de desormonização não era apenas para sua adequação escolar e familiar. Conecta-se à lógica de corpo saudável se estiver ‘bombado’, tal qual o das chamadas ‘barbies’ – gays musculosos – para não parecer magra e, portanto, ser considerada soropositiva, encontrando no atletismo a possibilidade para um corpo heteronormativo.

Esse processo de heteronormatividade de si revelou, ao longo do tempo, as rejeições de seus desejos por uma feminilidade, um desconforto, uma falta de reconhecimento, se sentido provocada a mudar de cidade, indo para Curitiba, capital do Paraná. Lá foi morar com um amigo, vendo neste convite de moradia a possibilidade de iniciar o processo de auto-aceitação e de novamente promover uma feminilização, utilizando o recurso de hormônios. Mesmo que tenha pensado sobre o processo de desconstrução, de como não precisaria de alguns elementos para dizer de si, percebeu as capturas sob a ótica da identidade:

mas têm umas coisas de você não se reconhecer mais, de ficar louca, de tomar banho de sutiã, fala assim, meu deus do céu, será que eu preciso parece que tá tirando uma parte do que é sua identidade, do que é seu ser” (Pandora).

Após decantar essas angústias dentro de si, encontra a certeza da hormonização para o desenvolvimento de suas mamas. O corpo heteronormatizado foi refeito como o corpo que desejava, valendo-se de hormônios sem acompanhamento médico, um indício, talvez, de hackeamento desses saberes biomédicos, discutidos mais adiante. Iniciado o processo de feminilização, decide por retornar à sua cidade natal, voltando a fazer seus programas. Na pista, com a experiência adquirida com suas amigas, “metia o louco” utilizando suas vivências do universo da criminalidade. Ficou anos praticando delitos em alguns clientes, além de assaltos e associação ao tráfico, contudo, sua condenação foi uma correlação de fatos: ser travesti, profissional do sexo, ajudar suas amigas travestis e a vítima ter parentesco com um delegado de polícia.

Pandora – Tava com vinte e... foi em 2009 que eu voltei... 2010 (tentando lembrar a idade, falando bem mais devagar)... sete anos atrás... eu tava com 23, 24, eu tava velha já. Nossa gente, eu tava

com 10 anos, 12 anos de pista eu já tava assim quase uma idosa (risos). Voltei, mas daí quase não ia pra pista mesmo, era mais programas marcados e a gente acaba tendo... construindo uma rede de clientes que às vezes fica. Tem cliente que eu saio desde os meus 12 anos de idade, até hoje aparece e tal “Que que cê tá fazendo?” e pega assim, porque tem alguns clientes que você pega confiança mesmo assim de sair, então você mantém assim, aqueles ‘sugar daddy’ (risos), que cê vai mantendo assim, daí eu não fazia tanta pista mais porque eu já tinha visto tanta gente morrer que eu falei assim, não sei se eu consigo mais me submeter a essa vida, violência, daí foi quando eu comecei a me envolver de novo e tal, meter uns assaltos, passar umas drogas... foi quando eu comecei a voltar pra questão do crime, isso já era 2011, 2012. Daí em 2013 eu parei, foi bem no ano que eu parei foi quando eu acabei caindo presa, na verdade eu caí presa com uma participação num assalto, só que daí já tinha passado o flagrante e tal, nam, nam, nam, foram e jogaram o tráfico também em cima de mim, então, na verdade, eu acabei sendo condenada por tráfico e participação em um assalto que era uma parente de um delegado daqui [...] e tal, foi todo um processo...

Eu – Mas as pessoas envolvidas receberam a mesma penalidade?

Pandora – Não, porque na verdade é assim, era duas travestis, uma irmã minha de pista, lá de Curitiba, e uma fia dela, um dia ela me ligou, tava trabalhando no aqui em (na cidade) e tal, tava trabalhando num shopping, tava de instrutora lá, ela me ligou um dia desesperada, e não sei o quê, “Nossa irmã, preciso de um abrigo e tal, preciso ficar foragida e não sei o quê” e ela tinha me salvado, minha vida, eu dependo dela. Uma vez lá em Curitiba eu quase fui morta por skinhead, por sete skinhead e foi ela mais uma seis travestis que me salvaram mesmo, lá na Vicente Machado, que foi um baguiu muito louco... depois disso a gente teve muita proximidade. Falei miga, vem pra cá e nam, nam, nam, e depois cê me conta aqui, não fala nada por telefone. Daí elas vieram né e tal. Ela me contou, não sei o quê, que ela tinha participado de um latrocínio lá e não sei o quê, falei, amiga fica um tempo aí e tal, e eu tenho umas amiga em São Paulo, no Rio, em Prudente, se cêis quiser se jogar prá lá e tal, demorou. Daí elas fumava pedra e tal, daí falei cêis pode pá, cêis não traz cliente em casa porque às vezes minha mãe passa aqui daí e não fuma pedra dentro de casa, se quiser fuma na arinha no fundo, que é mô de boinha lá, que eu fica lá, pra num... por causa da... ainda mais se minha mãe chegar mesmo, mas fuma lá fora “Ah demorou”. Elas ficaram e eu fui, apresentei, desci elas pra pista, pra leste, e tal. Elas ficaram fazendo programa na época eu tava com relacionamento, então eu ficava a maior parte do tempo, trabalhar em shopping né, vira uma escravidão, não tem pó pra mais nada. Chegava nove horas no shopping e saía onze horas da noite, meia noite, que era praça de alimentação. Daí eu ia pra casa do Maninho e pá, fica três, quatro dias fora de casa passava lá só pra pegar roupa. Aí foi uns quatro meses assim, tranquila, daí eu sabia que elas também ‘batia porta’, ta ligado, e tal, ‘puxava chave’, metia o louco também, daí foi indo, eu sempre falava não traz nada de vítima pra casa e tal, não liga nada

aqui, só dispensa, nada aqui, cêis ta ligada, também sou do corre, já tenho passagem, não posso ficar marcando não, já desenvolvi por causa disso mesmo agora quero ficar mais tranquilo e não sei o quê, posso trabalhar, fazer uns pegezinho aqui, outro ali. Daí teve um dia que eu cheguei em casa, tinha passado uns dez dias fora de casa, tinha ido viajar, tal, cheguei em casa assim, elas com notebook aberto, que tipo daí, tinha uns clientes que eu falava “Esse aqui dá procêis metê o louco”, “Esse aqui não dá” e tal, nam, nam, nam, daí tinha um cara lá que eu tinha passado a fita pra ela e não sei o quê... daí elas meteram o louco no cara, na época ainda pegou ele com a mulher dele ainda, roubaram quase uns vinte mil deles e pegaram o computador dele. Hora que eu chego em casa o notebook lá. Hora que eu olhei falei assim, a primeira coisa que eu disse foi “Esse notebook não é de vítima não né?”, hora que elas não respondeu, travou assim, naquilo quebrei o notebook no meio, pá, assim, o notebook. “Cêis ficou louca?” E não sei o quê, nossa, daí foi uma treta... o que que mais tem aqui... daí tiramo tudo, tudo, tudo, cheguei em casa tal, meu, cêis tão ficando louca... daí eu tinha visto o sobrenome que tava no computador, falei, “Mano, é parente de polícia”, cêis tão tirando... e não sei quê, não sei quê... liguei pra uma irmã minha de Foz (do Iguaçu) que faz programa lá, falei, mano, preciso de um abrigo pra uma irmã minha, pra uma sobrinha minha e tal, elas precisam ir embora hoje de (nome da cidade), não sei o quê, passa e joga, tal, comprei a passagem pra elas, mandei elas pra Foz, e falei, deixa que eu me viro por aqui tal, to trabalhando, se nada acontecer já fico de boa, falei ‘quantos dias já foi?’ fazia quatro dias, ah, pelo menos saiu do flagrante, aí deu três dias depois, eu saindo linda e bela pra ir trabalhar e acordo com a própria GAECO, falei, gente eu to me sentindo a própria Fernandinha Beira Mar... falei, como assim? Daí, foi e tal, vai, vai, vai, cadê, perguntando das coisas, perguntando das coisas. Falei, ‘Moço, não sei de nada’, e apanha, e apanha, e apanha, e apanha, e apanha, falei, mano, não tem nada aqui. “A gente sabe que foi vocês” e mostrava a localização quando ligaro o notebook assim, printado assim, a localização aqui assim... eu falei, não, não sei o quê e vai, vai, vai, vai e foro e acharo uma peruca duma delas que tava lá... que eu sempre tive cabelo natural, nunca fui de usar muita peruca na pista, só quando era pra meter um louco mesmo, meter uns assalto pra ficar diferente. Daí acharam a peruca dela, não sei o quê, mas nem era a que elas tinham assaltado, daí vai, apanhei mais um monte, quebraram duas costelas minha, daí vai, vai, vai, já tinha umas cinco horas disso, eu falei ‘Moço, não tem nada, não tem nada’. Daí era uma casa de madeira na Vila (nome da vila), que era uma vila bem antiga, de repente, não sei o que, eles tavam até desistindo assim já, naquele dia tinham jogado tráfico, ‘Não, pelo menos tráfico nós vai jogar nocê’, já tinham jogado um monte de paranga, um monte de cápsula de cocaína, não tinha nada em casa, deixava só o beck que eu ia usar, deixava cincão, deizão em casa e o resto deixava com amigas minhas pra nunca ficar com flagrante em casa... não sei o que eles estavam revistando em cima do telhado e acharam um... ai, era um ipad, uma coisinha assim que era das vítima que as meninas tinha escondido no dia que jogaro tudo fora esqueceram o negócio, nosso, daí apanhei um monte e tal, nam, nam, nam, daí descemos... daí ‘Era vocês que tava em três’, que tava duas e mais uma outra

travesti da Leste, que eu conhecia, tava as três que assaltaram assim, esse casal. Daí fui pro Quarto Distrito, que era perto de casa lá, nossa, daí foi, foi, foi umas par de surra... a vítima chegou, ela falou 'Ah, essas travesti é tudo igual, não dá nem pra saber, usa peruca e não sei o quê, nam, nam, nam', tanto é que eles não reconheceu, mas... tanto é que não fui a condenada pelo assalto em si, foi pelo tráfico que eles jogaro em mim. Daí caí presa pelo tráfico, daí fiquei cinco meses no Quarto Distrito e mais sete na Casa de Custódia, que é no sistema. Daí, foi coisa assim... primeiro dia que cheguei no Quarto Distrito falei 'Putá merda', só pensava em rapar minha cabeça, ai gente, vai ter que rapar minha cabeça... (Pandora).

Pandora foi indiciada a quatro anos e sessenta e sete dias, mas permaneceu onze meses, quase doze, segundo ela. Antes mesmo de receber a condenação 'legal', recebeu punições físicas e humilhações, pois não foi reconhecida pela vítima, que afirmou serem todas as travestis iguais, sem qualquer distinção, sem qualquer subjetividade ou características particulares. A estrutura ficcional da lei a enquadrrou. O delito: ser travesti.

3.1.4 Santa Tereza Santa

Mais uma vez a ajuda de Naomi foi pontual para o acesso às travestis, pois as conexões existentes entre elas permitiram, de modo rizomático, minha chegada até Tereza, residente em uma pequena cidade do Estado do Paraná. Assim como Pandora, a escolha para o pseudônimo partiu dela, elegendo este nome por estar vinculado ao processo prisional, o qual passou oito anos no regime fechado e encontra-se no semiaberto, portanto a de maior tempo de reclusão. Tereza é alta e magra, calculo que tenha cerca de 1,80 metros, sua pele clara é clara, mas não branca demais, fruto da negritude do pai e a alvura da mãe.

Usava um short jeans bem curto, uma blusinha preta de alcinha, botas marrons de cano médio, cabelos abaixo da linha dos ombros e bem escuros, óculos de armação azul, um anel grande e dourado no dedo médio da mão direita, na mão esquerda três anéis bem finos e dourados também no dedo médio. Atrás do ombro esquerdo uma tatuagem de uns quatro ou cinco dedos de tamanho de um personagem de desenho animado conhecido como Taz, um diabo da Tasmânia, completava aquele corpo com pelos crescendo no rosto e outros já maiores pelas pernas, logo depois de raspadas para sua visita ao esposo, detido na cadeia em uma cidade próxima.

Depois de alguns dias de conversa no mês de março deste ano, conseguimos agendar um encontro para dia 30 de março, uma sexta-feira. Sexta-feira santa, um feriado católico. Meu receio foi o de uma negativa exatamente por causa dessa data, mas ela confirmou nosso encontro, a princípio. Como moramos longe, decidi dormir em uma cidade próxima a dela, na casa de um amigo, e conversar com Tereza no dia seguinte. Contudo, na manhã de sexta, ao enviar uma mensagem via WhatsApp, recebo a notícia que após o almoço, às 14 horas, ela teria o horário de visita ao esposo em uma cidade há 30 quilômetros. Arrumei às pressas as coisas para conseguir falar com ela. O local combinado foi atrás do cemitério municipal, em uma esquina oposta, onde sentamos na calçada de um comércio, vendo o cemitério e as pessoas passando e olhando aquelas duas pessoas sentadas. Por vezes rimos, outras em seriedade. Em diversos momentos, ela recebia um aceno, retribuindo todos, mas os olhares ressabiados eram inevitáveis à nossa presença. Nossa conversa, um pouco acelerada por causa de sua visita ao esposo, conseguida graças a um documento para o direito à visita, inclusive íntima de duas horas, como fez questão de frisar, foi tensa e agradável. Tensa por cada memória que provoço e a faço reviver, e agradável porque Tereza o é: “Sou pra cima”, como disse várias vezes.

Na infância, já havia o reconhecimento de sua ‘diferença’ frente às demais pessoas, por volta dos doze ou treze anos olhava de modo diferente para os meninos, mas por morar com a família, usava basicamente roupas de menino. Aos dezessete anos, somado ao contato com uma cidade maior, viu possibilidades menos violentas do que sua cidade oferecia, percebendo potencialidades para dar vazão à travesti existente hoje.

Quando eu fiz dezessete anos, que eu terminei segundo grau, que ia prestar vestibular tudo aí, eu morava em Umuarama. Então Umuarama é mais aberto do que aqui, porque aqui era um canibalismo pro lado dos homossexual, entendeu? Se.. se... aí que que acontece, eu peguei, conheci tinha umas duas travesti que moravam na minha rua, tudo, faziam ponto tudo... eu... eu era aquele tipo assim, como se diz, aquele viadinho ali do dia. A noite não me pertencia. “Aí você é bonitinho, que você lisinho, que você tem o cabelo bom, não sei o que, deixa cresce.”. Tá... aquilo ali né, tipo, me atraiu né? Porque antes eu passava numa rua, com uma roupa normal, de menino, vamo ponhá assim. “Oh viado, filha da puta, vira homem, desgraça do capeta!” Eu me travesti (assovio) “Gostosa”. Eu falei: opa! É por aqui memo, bem melhor. Aí que foi que eu decidi

mesmo. Ai minha mãe não aceitou muito no começo, sabe? A minha vó aceitou mais, por ser de idade tudo, minha avó aceitou bem mais... Óia aqui que minha gata fez. Eu tenho um monte de gato. Eu tenho sete gato e três cachorro. Minha vó aceitou mais eu, sabe? Comprá calcinha, tudo. Roupinha de menino. Ai, agora minha mãe, tipo, depois de um tempo, aceitou tudo. Que era filho único... (Tereza).

A aceitabilidade familiar não foi de um todo, como na maioria dos casos. Há sempre uma ressalva, ou uma justificativa, apoiada no medo das violências que travestis possam sofrer, porém, não apareceram preocupações sobre as afetividades de Tereza, por parte da família. As cobranças de si foram desencadeadas também pelos discursos religiosos com o peso do pecado e do desvio de normas e normatizações contrastando com sua identidade, desejos e afetos.

Não me sinto bem até hoje. Não me sinto bem. Já tentei ir pra igreja sabe? Me convertê. Conheço a palavra muito bem, que eu já fui da palavra, meu deus do céu, to desviado (risos)... ai...é... não consigo, por causa dessa...desse... porque eu me vejo como uma menina, uma mulher entendeu? Assim, lógico, tem os parâmetros, porque eu sei que eu não sou, mas tipo, minha mente é o que? Eu sou uma mulher, eu sou diferente, entendeu? (Tereza).

No período escolar o sentimento de rejeição também esteve presente por causa de ser afeminado. O sistema tóxico da heterossexualidade materializou-se em um nariz quebrado na escola, desejando ir para o inferno a estar naquele ambiente. O nariz quebrado arreventou uma artéria, resultando em processo e indenização contra o menino. Os processos vivenciados foram compreendidos envoltos em “muita rejeição” (Tereza). Uma forma de contraposição foi conquistar as amigas das meninas, principalmente, ou de outros meninos por causa de suas notas altas, motivo de interesse e barganha. Na rua de sua casa, representava a proliferação de tudo o que qualquer mãe envolta de toxidade heteronormativa abominaria. Colegas da rua a impediam de entrar na brincadeira, caso ela brincasse, eles teriam que sair, pois as mães já haviam instruído esse ato. Passado tudo isso, hoje se considera diva. Lida bem com os dizeres e buchichos, afinal, possui um marido, trabalha e faz o curso técnico em enfermagem, sendo reconhecida como Tereza, inclusive.

O esposo conheceu no sistema prisional. Ele era do convívio, enquanto ela era do ‘fundo’, mas isso não o impediu de ouvir falar de Tereza e ligar para ela,

apaixonando-se por sua voz, levando-o a tomar a iniciativa: “Se eu for aí, cê fica comigo?”Aí eu falei assim: fico né? Eu já tava despeitada com o outro bofe que eu tinha aqui na rua, ia me visita sabe?”(Tereza). A entrada no sistema prisional, por sua vez, está associada a um homicídio. Foi atacada por um homem armado, um cafetão, atrás de um posto de combustível, por causa de um desentendimento financeiro. Na briga Tereza desarma o rapaz e atira contra ele em legítima defesa, contudo, como não existiam câmeras naquele ponto e tratava-se da palavra de uma travesti, a sentença nada amenizou, pelo contrário. Ela poderia ter ocultado a morte do rapaz, como ela mesma disse, mas preferiu contar para a polícia o ocorrido naquele dia.

A acusação não pediu a mínima, de doze anos, mesmo tendo residência fixa, ré confessa e primária e emprego registrado, mas dezoito anos após um júri popular, uma espetacularização da vida travesti, um modo de delinear assimetricamente a vida, além de considerá-la precária, implicando em estar nas mãos do outro (Judith, 2015).

Tereza – É... foi o que eu pude fazê. Num... num fui lá pá mata.

Eu – Sim!

Tereza – Tipo a psicopata... a Carminha (risos). Não, não fui. Eu fui pra receber os acuer que eu fazia o pg. Arrumava uns pegezinho pra ele tudo... Ah passado. Cabô. Paguei pra sociedade, agora tenho que se converter e pagar pra deus. [...] É, era pra ter dado uma legítima defesa, sabe. O delegado fez uma pronúncia legal, mas só que o promotor quebrou a pronúncia, colocou motivo fútil, motivo agravante, motivo não sei o que lá, motivo não sei o que lá. E a gente recorre, recorre, recorre em tudo enquanto lugar, não conseguimos ganhar. Aí fui a júri popular.

Eu: Nossa.

Tereza – Fui. A cidade parou, parada gay inteira, né, praticamente. Porque imagina, conhecida pro bem e pro mal. Então loto o fórum, aí fui condenada. Peguei dezenove anos, aí eu recorri. Caiu pra treze anos, aí eu comecei a cumprir a pena três quintos, aí então eu fiquei esses oito anos.

Ficou, ao todo, oito anos presa até conseguir a condicional e poder concluir o restante da pena em regime semiaberto. Durante a prisão, pôde concluir os estudos fazendo exames nacionais do Ensino Médio e, ao mesmo tempo, agiu como uma espécie de professora auxiliar nas salas de aula. Enquanto a professora ficava atrás

de uma grade de proteção para lecionar, Tereza acompanhava as atividades de detentos, possivelmente por ter estudado um tempo o magistério.

3.2 ESSAS SÃO ELAS

Mariê, Pandora, Tereza e Nanda, travestis com idades (entre 18 e 33 anos) e vivências diferentes, cruzam, dadas as proporções, um ponto em comum, para além das identidades, o contato com o sistema prisional. Horas. Dias. Semanas. Meses. Anos. Estar nesses espaços em frações cronológicas de suas existências, quiméricamente séculos, transfigurou-se possível graças ao sistema de criminalidades desenhado não por elas, as travestis, porém, por um sistema estreado no *work in progress*, em que o balizamento do maquinário legal do Estado é forjado durante o processo conforme a quem se destina. Deste modo, conforme a identidade apresentada para o maquinário de policiamento, serão pensados quais os modos de ações sobre elas, implicando em posturas calibradas enquanto o alvo está em movimento, um trabalho em progresso, uma espécie de *savoir a faire* (saber fazer) subjetivo e nada neutro.

A ideia de neutralidade, vindoura de ventos positivistas, conduz/conduziu cada uma das travestis aos espaços de aprisionamento sob a perspectiva da modernidade, segura e, quiçá, transcendental (Jota Mombaça, 2017) na visão do próprio Estado. Percebe-se, no entanto, tratamentos distintos, leiam-se violentos, pelo fato de serem travestis. O termo 'travesti', associado ao contato com elas, disparou em cada molécula estatal (policiais, por exemplo) noções categorizantes do que seria uma de vida e respeitabilidades, no caso delas, nenhuma.

Isso porque o Estado opera por intermédio de moléculas ancoradas mais no desejo do que na artificialidade das leis, justificando o *work in progress* de violências. Os desejos gritam aos ouvidos dessas moléculas definições de não-vidas possíveis de existências ou passíveis de luto (Judith BUTLER, 2015). Quando as travestis, com quem dialoguei, narram sobre o contato junto a policiais que as conduziram às cadeias, penso em Jota Mombaça (2017) e sua descrição sobre a toxidade da masculinidade enquanto um projeto de poder de disseminação de violências, bem como em Suely Rolnik (2018) ao discutir os modos de edições midiáticas nas performatividades de narrativas veiculando os dramas, as desgraças

e as crises. É o desejo despontado pela fraqueza dessas masculinidades-capitalistas operando cirurgicamente na tentativa de remover os nódulos para normalizar os gêneros e estabelecer o controle social sob o produto grafocentrado⁹.

Essas moléculas-desejantes-violentas estão imersas nessas ficções de virilidades de si, projetivas também nas demais pessoas, a tal ponto que se vêem na necessidade, quase *sine qua non*, em cumprir as distribuições de violências pautadas no terror esteiado no medo pulverizado numa escala micropolítica. O *modus operandi*, regulado pelos desejos, pode ser comparado a um processo também rizomático de ampliação e alastramento, operando tal qual redes de capturas mutante. Mutante por mover-se exatamente orientado pelo desejo modificável durante o próprio processo, o *work in progress* ou reperformar (Jota MOMBANÇA, 2017), representando um 'jogo' do monopólio do poder, em que as regras são (re)feitas ao longo do próprio jogo, imperando por processos ficcionais, como discuto nas próximas páginas ao falar de dispositivos.

Esses modos já podem ser observados nas estruturas escolares vivenciadas por elas, que não representariam um processo de 'evasão escolar', mas de violências múltiplas ancoradas na 'lógica' ficcional de terror entremeado na (mal)dita norma, materializando-se no processo de exclusão. Existem, no entanto, as possibilidades de criações ficcionais de si, dando materialidades às suas identidades, provocando hackeamentos, como descreve Mariê. Cada uma delas, a seu modo, subverteu as normas, dando vazões às potências para suas existências mínimas nos espaços, sobretudo os prisionais, especificamente Nanda, Tereza e Pandora.

As travestis revelaram suas identidades percebidas na infância, ainda que as estruturas familiares e sociais tentassem eclipsar tais existências. Os espaços escolares acabaram por materializar as dinâmicas ficcionais para as moléculas-desejantes que ali trafegam: travestis e demais pessoas. Mas, os atritos entre moléculas-desejantes emergiram dos vapores da toxidade oriundos das masculinidades e suas insistências em tentar neutralizar essas existências. Algumas pararam de estudar exatamente por sucumbir a essas posturas. Contudo, não é a

9 Penso a estrutura grafocentrada como toda discursividade elaborada para a veiculação de uma narrativa qualquer, seja representada por fotografias, caracteres, signos em geral, corpos, enfim, todo recurso transmissível de conteúdos subjetivos e/ou objetivos. Com o advento e emergências das tecnologias de informação, parece que se instaurou uma política grafocêntrica, modos enquadrados de 'ler' os signos previamente lapidados (Judith BUTLER, 2015; Suely ROLNIK, 2018).

educação considerada formal discutida efetivamente aqui e sim as estruturas educacionais, ou pedagógicas elaboradas por si. Quais estratégias ensinam, são ensinadas ou elaboraram para suas (r)existências.

PREGA 4

Existir no cotidiânus representa dobrar-me e redobrar-me pelos espaços hetero-branco-colonizantes, exigindo pensar constantemente as aproximações e afastamentos para elaborar poéticas pretas de (r)existências. As pregas das memórias dilatam, nem sempre úmidas, ao sabor das histórias ouvidas, provocando atraques incodificáveis pela hegemonia epistemológica.

Arreganho esta quarta prega lembrando das vivências nos sistemas educacionais, na família, na escola, na rua. Foi o da rua que ensinou o que/quem deveria ser.

O desenho de mim. O desenho que o tempo prega nas minhas pregas a enrugar, o desenho sustentado nos espaços; os espaços desenhados nas pregas dobradas, retorcidas e alinhavadas com meu pretume e viadagem.

Por incrível que possa parecer, ainda não apanhei, fisicamente, na rua.

Ainda.

Ainda não morri.

Ainda.

Mas insisto nos cotidiânus, nas tentativas de atraques outros, coiós anavalhados, mandalas acadêmicas fechadas em que as questões de/sobre identidades seriam resolvidas pelas mãos dadivosas - hegemônicas também - da classe.

Meu bem, que classe tenho eu? Ainda dependo de demarcações brancas para qualquer posicionamento pela via do paradigma totalizante academicista para receber esta ou aquela titulação, revelando uma prega histórica de difícil laceamento, mas que tento com os dedos trêmulos (herança de minha mãe e avó materna), muitas das vezes sem saliva arreganhar.

4 – MONSTRAS ENQUADRADAS E SUAS (R)EXISTÊNCIAS HACKEANTES FRENTE ÀS PENITÊNCIAS DISPOSITIVAS

Abordar as prisões recusando focalizar seu interior, seu espaço fechado onde se encontrariam as justificativas para sua existência, é o desafio.

(Fernanda Spanier AMADOR, 2009, p. 76).

Fernanda Spanier Amador (2009) dá ‘materialidade artística’ aos corpos que transitam pelo sistema prisional, utilizando a fotografia, não objetivando demarcar os territórios ou alojamentos e sim as potencialidades das micropolíticas enquanto resistências aos poderes macropolíticos. Na esteira dela, penso no mesmo desafio ao tentar dialogar junto às vozes das passagens e paragens realizadas pelas travestis em seus modos de (r)existências. Prisões, cárceres, delegacias ou penitenciárias estão aqui considerados como sinônimos, pois representam, em certa medida, estruturas que cerceiam as liberdades dos corpos, mas a ideia não foi a de investigar e descrever paulatinamente o dito sobre o corpo ou propor uma cartografia de corpos travestis, mas descrever, mesmo rapidamente, o sistema de controle dispositivo do Estado frente a esses seres monstrificados. Essa instituição (prisional) parece ter, em sua gênese, o projeto de transformar as pessoas ou deixá-las mais aperfeiçoadas, similar às escolas ou hospitais, como se fossem espaços reciclatórios de dejetos (humanos), pensados sob a ótica da propriedade privada e sistemas demarcadamente liberais (FOUCAULT, 2012).

Para Wacquant (2016) a estrutura de penalidade está marcada sobre uma estrutura neoliberal, apresentando uma aporia ou um paradoxo: se, por um lado, o Estado tenta resolver os problemas dando mais ênfase aos sistemas de policiamento e o penitenciário, por outro lado, a causa da insegurança e das desigualdades econômico-sociais tem origem, também, dentro do próprio Estado. A toxidade do Estado responde a esse paradoxo (Jota MOMBAÇA, 2017), pois o Brasil, segundo uma miríade de razões históricas, por estar subjogado às economias internacionais e ao enriquecimento de uma fatia específica em razão da industrialização, promoveu uma assimetria social e uma “[...] pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades” (WACQUANT, 2016, p. 4-5).

A pulverização das relações entre propriedade privada, Estado, criminalidade e toxidade está associada à aquisição gradativa de armas de fogo e ao desdobramento de uma economia estruturada no sistema de tráfico de drogas conectado ao tráfico internacional, o que implica na presença de um crime organizado amalgamado com a polícia (WACQUANT, 2016). Essa equação incide decisivamente em uma parcela específica da população: àquela jovem dos bairros mais populares, no desemprego ou por estar na categoria de subemprego, ou seja, uma vida precária, segundo a qual estipula o ponto de partida para repensar uma ontologia corporal (Judith BUTLER, 2015). Dentro, ainda, da prega da prega do tecido social, podem existir as travestis associadas ao universo criminal por situações diversas, discutidas aqui pela escrita afora. Fechando ainda mais as rugas dessas pregas é possível afirmar uma ontologia (de) travestis delineadas enquanto uma vida precária, mais ainda se presa.

A precariedade da vida aprisionada reside no fracasso da própria noção normativa do Estado, uma vez que ele é quem gesta e demarca os sujeitos que não são reconhecíveis sob uma definição de viva e, portanto, passíveis de luto (Judith BUTLER, 2015). Nessa estrutura ontológica de inexistência, o que soa de modo anacrônico, estão às pessoas negras, ciganas, indígenas, gordas, jovens, velhas, cadeirantes, cegas, surdas, mudas, presas, mulheres, lésbicas, bichas, trans, travestis, enfim, toda pessoa fora da demarcação do *status* de padronagem, ou hegemonia ocidental, ou seja, pessoas configuradas enquanto monstros (COHEN, 2000). Seguindo as demarcações de Cohen (2000), os monstros aqui são entendidos sob significados ancorados nos medos das pessoas que os projetam a ponto de ganhar corporeidades metafóricas induzindo às sensações de ataraxia helênica (a tal tranquilidade ou imperturbabilidade da alma) ou à repulsa gestadas em desgraças (limpezas étnicas, por exemplo). Dito de outro modo, pessoas-monstros são projeções das estruturas hegemônicas-normativas orientadas pelo medo e repulsa, constantemente reverberadas, cotidianamente sob timbres diversos para legitimar a cena representada, sustentando a fabulação do medo (Suely ROLNIK, 2018). São demarcações das diferenças a fim de justificar as fronteiras necessárias entre a pessoa narrada como normal e a anormal.

Esses monstros, mercedores da estrutura belicosa estatal do aprisionamento simplesmente por existirem, ganham existência não por si, mas pelos outros seres

encobertos pelos medos performados pelos discursos: “o medo ultrapassa os limites do metabolizável e torna-se traumático” (Suely ROLNIK, 2018). Assim, os bodes-expiatórios-monstros estão prontos para serem agarrados pelos seres embebidos de medo e de norma. Aptos aos desejos e dejetos do mal-estar.

Os monstros são pura cultura, aparecem e reaparecem intermitentemente para servir de justificativa para os alardes do sistema burguês frente às suas propriedades (COHEN, 2000). Travestis, jovens, pessoas não brancas, pessoas não heterossexuais, não magras ou qualquer uma que esteja fora de uma lógica ditada pela expressão colonialista pode ser monstrificada. São as ficções de poder criadas para monopolizar o sistema de violência (Judith BUTLER, 2015; Jota MOMBAÇA, 2017; Suely ROLNIK, 2018). Essas moléculas agiram de modos distintos em relação a cada uma delas, perpassando discursos de ódio, deboche e nojo até a materialidade das violências físicas.

Eu não apanhei. O meu corpo assim, não foi tocado em nenhum momento e tipo assim, eles tinham nojo assim. O jeito que eles olhavam pro meu corpo, a maneira como eles me tratavam no enquadro. Então foi totalmente diferente dos outros enquadros. Mas galera super apanhou [...] Meu apelido foi mulher maravilha. Tava de shortinho... aí a policial mulher, sabe assim, rindo da minha cara, debochando, falava assim: “Você veio de shortinho curto pra dá o cu mais rápido? Tá de shortinho curto pra dá o cu mais rápido né. Adora dá um cuzinho né? Que não sei o quê” me xingando, me xingando: “aí que nojo, aí que nojo. Quem que vai enquadrá isso aí? Eu não vou não, nem relá a mão. Nem vô relá a mão” e não sei o quê. A hora que eu fui entrá pra dentro do camburão, ela me deu uma coronhada assim, que eu perdi o destino da minha vida. Eu até fiz: ui, caraio. (Risos). Eu dei um berro: ui, caraio! Daí ela: “caraio o que? Tá reclamando do que?” Empurrou assim dentro do camburão, falou: “cala a boca hein. E não é pra mijar aí dentro, que se mijá vai lambê, vai lambê” (Mariê).

Falei, ‘Moço, não sei de nada’, e apanha, e apanha, e apanha, e apanha, e apanha, falei, mano, não tem nada aqui. “A gente sabe que foi vocês” e mostrava a localização quando ligaro o notebook assim, printado assim, a localização aqui assim... eu falei, não, não sei o quê e vai, vai, vai, vai e foro e acharo uma peruca duma delas que tava lá... que eu sempre tive cabelo natural, nunca fui de usar muita peruca na pista, só quando era pra meter um louco mesmo, meter uns assalto pra ficar diferente. Daí acharam a peruca dela, não sei o quê, mas nem era a que elas tinham assaltado, daí vai, apanhei mais um monte, quebraram duas costelas minha, daí vai, vai, vai, já tinha umas cinco horas disso, eu falei ‘Moço, não tem nada, não tem nada’(Pandora).

A juventude, por exemplo, destituída de uma rede específica de proteção social, busca por capitalizar, sob a chancela da pilhagem de rua, meios para “[...] sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano” (WACQUANT, 2016, p. 5), percebível, por exemplo, nas narrativas de Mariê. Ela, jovem e travesti, vendo-se na necessidade de angariar produtos para uma ocupação, opta por pilhar sem levantar a toxidade da honra masculina descrita por Wacquant (2016). Talvez este autor não tenha percebido que a juventude não se encerra na dinâmica de criminalidade ligada, exclusivamente, ao universo das masculinidades, muito menos a de travestis necessariamente ligadas a essa mesma equação. A questão não focada pelo autor é a existência de um aparato repressivo e curtido na masculinidade tóxica, servindo de estopim molecular que atende ao Estado, respondendo e ferindo em nome de suas honras.

Para conter esse alargamento de monstruosidades, a repressão policial cresce a fim de garantir à burguesia a preservação de suas propriedades e sua segurança, transferindo para a sociedade, em forma de dispositivos, a função de rejeitar a pessoa criminosa (FOUCAULT, 2015). A função, ainda, é a de provocar a neutralização dos conflitos sociais, como descreve Jota Mombaça (2017), justificando sua administração para a resolução dos conflitos sob o modo jurídico-moderno-colonial. Para o Estado ganhar materialidade, ao mesmo tempo em que uma nova cabeça de hidra surja sem a anterior ter sido cortada, as moléculas componentes de seu tecido precisam estar em consonância para a efetivação desse controle. No entanto, os ruídos aparecem, tencionam e questionam os controles.

A polícia, enquanto molécula oficializada pelo Estado, e seu aparato de mobilidade débil projeta seus passos firmados e cadenciados em coturnos lustrosos, imprimindo força sobre os motores de impulso à criminalidade, levando à intervenção das forças de ordem. Esse aparato todo, ou o uso rotineiro da violência por parte do Estado (WACQUANT, 2016), funciona como uma espécie de líquido de contraste para revelar uma fotografia, um modo/método de reagentes nada neutros que maximiza um recorte molecular e recebe uma moldura contaminada capaz de nos fazer ver o detalhe-discurso que querem que vejamos: monstros fazendo monstruosidades (Judith BUTLER, 2015).

Essa moldura-discursiva está carregada de interpretações colonizantes que conduzem as pessoas à conclusão de que o sujeito emoldurado é criminoso, logo,

está sob o estatuto de culpado (Judith BUTLER, 2015). Esse ser criminoso é a figura de monstro corporificada nas encruzilhadas metafóricas de um produto resultante em determinado momento cultural, quando desejos, medos, fantasias e ansiedades fundem-se, concedendo-lhe “uma vida e uma estranha independência” (COHEN, 2000, p. 27). Esses monstros existem como descolamentos, habitando não os pólos, mas os intervalos entre a histórica das estruturas hegemônicas da norma, gerada pelas molecularidades, e o momento em que são recebidos, refazendo sua gênese.

Esses corpos-monstros-criminosos ganham, assim, o enquadramento que funcionaria como o contraste já mencionado, contendo, transmitindo e determinando o que é visto, obtendo êxito graças à reproduzibilidade dessas ‘fotografias’ ou emoldurações (Judith BUTLER, 2015), adentrando nos discursos midiáticos (Suely ROLNIK, 2018), cotidianos, de púlpitos ou dos pontos de lotação. A dinâmica do enquadramento é o da manipulação tática de um objeto, uma maximização do espetáculo na mesma medida em que há uma minimização da vida, resultando no questionamento de impossibilidade de fuga desse sistema, além da prática acusatória realizada por antecipação, como no caso das travestis:

[...] Ela é feita pra sangrar
Pra entrar é só cuspir
E se pagar ela dá para qualquer um
Mas só se pagar, hein! Que ela dá, viu, para qualquer um

Então eu, eu
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar
Viver brilhar e arrasar [...] (LINN DA QUEBRADA, 2018, s/p).

Linn da Quebrada (2018) traz a identidade travesti em sua letra, de modo a ser capaz de alocamento nesta discussão com a finalidade de pensarmos o sistema de enquadramento do que seria balizado como menos vida, ou uma vida não passível de luto, ou ainda, uma existência mínima, quando afirma: “ela é feita pra sangrar”. A disposição dos corpos e identidades de travestis ao enquadramento foi definida pela norma cis-heterossexual como abjeta, subversiva, anormal e/ou criminosa, portanto, ficaria no limiar de uma quase não-humanidade, assim, parece

difícil “diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um continuum de vida)” (Judith BUTLER, 2015, p. 17) se olharmos sob a ótica dispositiva da norma/enquadramento.

A pessoa chamada de criminosa é marcada com o carimbo de indivíduo que rompeu com a sociedade (FOUCAULT, 2015) ao subverter as leis, apta a ser consumida por saberes psicopatológicos ou psiquiátricos, fomentando o nascimento de discursos e instituições em nome de uma patologia do desvio. Não interessa-me a patologia do desvio, mas tentar compreender como travestis adentram os sistemas prisionais, são reconhecidas e as resistências possíveis enquanto uma educação menor ou estética de resistência travesti. Essas resistências ou modos de romper com o enquadramento revelam as realidades de si, não a fotografia manipulada pela educação maior, mas os modos de batalhar “e conquistar o seu direito de Viver brilhar e arrasar” (LINN DA QUEBRADA, 2018, s/p), seus modos de resistências mínimas.

As travestis escapam dos mapas planejados pelas estruturas molares e moleculares que as carimbam de monstras, no sentido menos humano ou menos vida, porém, as possibilidades corriqueiras as permitem derivar, mover-se e alojar-se aqui e acolá, fora dos muros e dentro dos mesmos, conforme Guacira Lopes Louro (2008). A autora provoca-me a pensar nessa relação de possibilidades de si como Nanda, Pandora e Tereza articularam para manterem-se travestis e viver o cotidiano nas estruturas de demarcações fronteiriças entre o categorizado de ilícito (travestis) e a molaridade estatal (sistema prisional). Assim, não parece absurdo pensar em cada uma delas, a seu modo, absorvendo a ordem que as cercavam e degustarem o “inesperado, as sensações e as imagens, os encontros e os conflitos” (Guacira Lopes LOURO, 2008, p. 23). Não se trata de um vislumbre romantizado do fato de terem sido encarceradas, mas de dimensionar reconfigurações para possibilitarem existências cotidianas de si.

O sistema prisional, enquanto maquinaria de confronto a essas (r)existências, foi criado para adestrar/adequar moléculas-monstros, constituindo-se como um modelo institucional específico, diferente das demais instituições delimitadas conforme uma estrutura na qual as pessoas encontram-se imersas, cotidianamente, ou com certa regularidade, representando na tendência de ‘fechamento’, umas mais

que outras como, por exemplo: as escolas, os hospitais, as prisões e os conventos (Fernanda Spanier AMADOR, 2009; FOUCAULT, 2015; GOFFMAN, 1974).

O grau de fechamento varia de acordo com a barreira social em que a pessoa se encontra, chegando ao extremo de apartamento social (e físico), recebendo o conceito de instituições totais, classificadas por Goffman (1974) em cinco graus: a primeira refere-se àquelas casas para cuidar de pessoas que não oferecem perigo: pessoas cegas, mendigas, órfãs, cegas; em segundo lugar estão os espaços de atendimento às pessoas incapacitadas de cuidar de si e 'oferecem' perigo não-intencional à comunidade: sanatórios e hospitais para doentes mentais; em terceiro, foco dessa pesquisa, estão as penitenciárias, estruturadas de forma a proteger a sociedade contra perigos considerados intencionais, ou seja, "[...] o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração" (GOFFMAN, 1974, p. 17); a quarta diz respeito aos espaços com propostas de melhoria de tarefas e trabalhos de forma mais instrumentalizada: quartéis, escolas internas, navios ou colônias; e, por fim, a quinta resume-se às instituições que têm por função o refúgio do mundo e também de instruções religiosas: conventos, abadias e similares.

Os modelos teóricos desenhados a partir de Foucault (2015), Goffman (1974) ou Wacquant (2016), mesmo partindo de modelos empíricos, não focaram especificamente nas tensões da população carcerária enquanto reprodutora de alguns sistemas hierárquicos. Essa população pode reconhecer e/ou categorizar os sujeitos como dotados de vida, conforme vimos nas falas das travestis, ou em que medida os enquadramentos dos enquadramentos deslocam as travestis para a margem da margem.

As estruturas normativas do Estado separam os sujeitos de modo maniqueísta, fruto de seu próprio fracasso, concedendo a gênese do ser fracassado conforme uma figura (Judith BUTLER, 2015), uma espécie de ícone tangenciável, um monstro, porém, não dotado de existência ontológica. Se não tem detém ontologia, logo, é impossível afirmar a existências de 'vidas'. Essas normativas parecem ter sido absorvidas pela própria população carcerária masculina quando criaram regras pautadas na heterossexualidade frente a corpos e/ou identidades travestis. Regras já aprendidas e apreendidas na sociedade fora dos muros que provocam, muitas vezes, a exclusão de 'monstros' pelos demais 'monstros'

habitando os mesmos labirintos e sob os mesmos dispositivos do Estado (?), como discuto a seguir. A absorção e reprodução revelam uma existência mínima fora da dupla norma: primeiro ser travesti e depois ser presa.

4.1 PODER E DISPOSITIVOS

O sistema carcerário não está sozinho, mas junto de elementos outros que estão firmados como dispositivos compreendidos, aqui, sob as óticas de Agamben (2005), Deleuze (2005) e Foucault (1979), bem como o que Chignola (2014), que sintetiza esses três autores, no tocante às conceituações acerca do que sejam os dispositivos. A ideia não é reiterar as escritas desses homens ocidentais, mas, de início, trazer suas elucubrações para tentar discutir, posteriormente, as resistências aos dispositivos pelas travestis.

O dispositivo se fundamenta como conectivo entre elementos distintos (FOUCAULT, 1979), forjados nos discursos, construções, teorias, teorizações e/ou administrações, por exemplo (CHIGNOLA, 2014). de acordo com Chignola (2014), Foucault ainda expressa mais duas características marcantes do conceito de dispositivo, a saber: o dispositivo possui uma função estrategista concreta, imbricada nas relações de poder e se configura como um produto das intersecções entre as relações de poder e saber. Portanto, o dispositivo é tanto discursivo, por se tratar de uma episteme, quanto não-discursivo, por ser considerado heterogêneo, entremeado em jogos de poder, nascendo ao mesmo tempo em que há a sustentação deles.

O poder está vinculado aos dispositivos e não pode ser compreendido como uma coisa, segundo as definições foucaultianas, muito menos configurar-se-ia nos delineamentos metafísicos com as ontologias e as realidades transcendentais, o que permitiria a afirmação, em princípio, de sua inexistência em diversas situações. Quando muito, sua existência se dá como “sistema – mais ou menos organizado, mais ou menos hierárquico, mais ou menos coordenado e, de qualquer maneira, sempre reversível – das relações que tece e que mantém sob tensão [...]” (CHIGNOLA, 2014, p. 8). O poder, então, não está alocado aqui ou ali, mas fica nessa plasticidade e antagonismo dentro do tecido social, pertencendo ao sujeito

que o exerce, embaçando sua ontologia e ofuscando “o poder com poder” (Judith BUTLER, 2017, p. 23).

Apesar de não ser dotado de materialidade, muito menos de possuir uma gênese concedida, o poder representa uma espécie de elemento basilar para dar possibilidades de ações, uma espécie de catalisador que, sozinho, não representa qualquer possibilidade efetiva, mas é potencialmente efetivo quando somado a outros elementos de desencadeamentos. Um dispositivo, então, representa um processo de “superdeterminação funcional em relação aos elementos heterogêneos que este coloca em rede e que o valoriza” (CHIGNOLA, 2014, p. 7). Contudo, destituído de condições de estar no controle até o fim, de tal modo que fosse possível uma previsão dos níveis mais altos alocados no sistema de consequências, mas não é possível, pois seria fraturado quando tomado de modo mais consciente pelas pessoas. A solução está na conexão dos dispositivos para que ajam em rede, expandindo mais o controle desejado. O sistema de relações existente os interliga. A prisão, enquanto estrutura dessa ordem dispositiva, tem como meta demarcar uma vigilância sobre o sujeito coletivo banhado pelos saberes jurídicos, chamado por Chignola (2014) de povo, enquanto oposto às pessoas que fogem desses saberes, a quem o mesmo autor nomeia de multidão.

Na perspectiva de Chignola (2014, p. 8) há a demarcação de modo mais amplo da noção de dispositivos, compreendidos como os espaços físicos: prisões, hospitais e escolas, todavia, as definições são mais abrangentes do que a concretude empírica de um prédio. O dispositivo está configurado ainda como “derivações, vetores, mudanças de direção”, impulsos, relações, imbricações e mesmo como um sujeito dentro de sua subjetivação. Então, o sujeito é resultado “[...] de uma série e aciona outras séries possíveis. Ele mesmo é um dispositivo, porque se conecta e aciona outras multiplicidades e forças” (CHIGNOLA, 2014 p. 9).

Nesse sentido, o sujeito representa uma linha de fuga, um ser dotado de inventividade e de liberdade para construir seu próprio processo de subjetivação. Os sujeitos todos estão presos a dispositivos, contudo, é partindo de dentro deles que dimensionam quem são ou não e, ainda, dimensões futuras de si, revelando cada sujeito também como dispositivo.

Agamben (2005, p.13), ao ler os escritos de Foucault, dimensiona o conceito de dispositivo como qualquer coisa que possua a capacidade de capturar, guiar, modelar, controlar e “[...] assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. A prisão, então, enquanto dispositivo representa um modo estratégico de sobredeterminação funcional, pois estabelece uma relação de eco ou antítese dos demais dispositivos e também como um processo eterno de preenchimento estratégico (FOUCAULT, 1979). O efeito gerado nessa engrenagem não estava previsto, tanto que a prisão emerge como uma égide de “[...] filtro, concentração, de profissionalização, isolamento de um meio delinquente” (FOUCAULT, 1979, p. 244), diferente dos meios delinquentes conhecidos antes de 1830. Porém, esse efeito inesperado é capturado e reutilizado, mudando sua categoria negativa em positiva, estrategicamente cooptado sob metas políticas e econômicas, às quais Foucault (1979, p. 245) nomeia como “preenchimento estratégico do dispositivo”.

Todos os dispositivos operam também sob uma forma pedagógica ou educacional, permitindo tencionar o termo educação não sob uma chancela formal, mas também inscrita como atravessamentos sofridos e empregados sob/sobre os corpos que estão aprisionados. O dispositivo carcerário revela uma mistura do tangenciável e do visível, representado em imagens, discursos e arquiteturas (Fernanda Spanier AMADOR, 2009), aos (in)tangíveis vapores das toxidades da hegemonia normativa. Existe, assim, uma educação penitenciária que dita, interdita, enuncia, anuncia, apaga ou promove a existência das pessoas que nela habitam. Em contrapartida, existe uma educação que alimenta os monstros a ponto de permitir uma espécie de elixir da resistência dentro desses espaços, um tônico que as travestis repassam umas às outras a fim de demarcar suas expressões de travestilidades nesses espaços dispositivos-sufocantes. Impera pensar em suas (r)existências tornadas dispositivos de si, tal qual uma estrutura que fracture, crie táticas, ou melhor, possa hackear os espaços e corpos, como discuto a seguir.

4.2 HACKEANDO OS ESPAÇOS, SUBVERTENDO AS NORMAS

[...] então, são coisas assim que você fica meu Deus do céu, aí se vai indo tentando fazer o mínimo possível, o mínimo possível, o mínimo

pra ir passando por ali assim, falei, minha meta de vida é sair daqui [...] (Pandora, 2018).

Pandora estabeleceu a meta de sair do sistema, objetivando fazer o mínimo para chamar a atenção e receber mais punições, o que demandou uma educação de si para estabelecer diálogos entre a estrutura prisional e possibilidades de hackeamentos. A educação, pensada nessas linhas, e discutida mais adiante na próxima subseção, não está alicerçada sobre estruturas formais ou de requerimentos canônicos tradicionais para pensar processos educativos e/ou pedagógicos. Se as travestis são o foco do/no diálogo, não vejo possibilidades de lançá-las nesse terreno colonizador e árido de exclusão educacional, cabe tentar compreender as (r)existências pedagógicas, (re)elaboradas por si, nessas passagens pelo sistema prisional.

Fácil e pedagógico é compreender a falha educacional em suas diversas ramificações dispositivas – o não uso de seus nomes no livro de chamada, proibição dos usos de banheiros, respeito a suas identidades pela escola como um todo, para mencionar algumas dessas falhas – quando travestis são noticiadas como Dandara¹⁰, no Ceará, mortas e dispostas midiaticamente sem comoções nacionais, afinal, não é uma vida merecedora de luto ou que fomos educadas a estabelecer um. Difícil para o sistema aceitar que algumas delas resistam a ele, constituindo-se como Amaras Moiras Rodovalho, Amandas Palhas, Lumas de Oliveira ou Meggs Rayaras, fraturando, a partir de dentro da educação considerada formal, com seus corpos e identidades, absorvendo os espaços e elementos todos para recriá-los e subvertê-los, talvez primeiro para a manutenção de suas vidas e depois para contaminar o próprio espaço.

Essas travestis que resistem acabam por hackear os espaços onde transitam, provocando os olhares para suas existências, além dos ecos gerados, simbólicos ou não, para que outras travestis beneficiem-se e reconheçam-se como parte do grupo, caso assim o desejem também. O termo hacker, aqui utilizado, possui sua etimologia original no ato de cortar grosseiramente alguma coisa, com um facão ou machado, sendo reintroduzido em 1950 na linguagem que tratava dos processos de

10 Confira a reportagem sobre o caso de Dandara em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

controle de trens. Em 1970, passou a designar os diferentes modos de burlar os sistemas computacionais, intensificando a carga virtual ligada a seu nome (PAULINO, 2018), mais tarde utilizada pelo sistema computacional. A noção de hackeamento do espaço, mencionada por Mariê, não está relacionada apenas ao universo virtual e computacional, mas ao de resistências e ruídos empíricos provocados nos *lócus* que transitam, em sair dos trilhos dos trens das normatividades e sufocamentos ordinários. Esse *lócus* geralmente ancora-se em dispositivos excludentes de suas identidades, o que demanda abalar o sistema não firmado necessariamente como resultado final, “mas num processo, ou mais, em uma potência transformadora” (PAULINO, 2018, p. 10), um modo de (re)combinar possibilidades de posições ampliativas sem que haja, necessariamente, pré-determinações, pois encontram-se na tessitura do dia a dia (Nilda ALVES, 2010).

A noção de movimento, então, é mais importante do que uma causa final, pois produz ruídos tanto para pessoas encontradas na (mal)dita norma, como para aquelas opostas a ela, implicando em possíveis aproximações de mais travestis, por exemplo, que podem reverberar seus ruídos a outras durante o processo da produção dos ruídos, para hackear cada vez mais, conforme suas narrativas de realidades vividas (bell hooks, 2017).

O hackeamento é uma intervenção do espaço, uma tática de transfiguração de um sistema qualquer que promova uma inserção não prevista na estrutura ‘original’, redefinindo o próprio conceito de originalidade, de (r)existências de si e de grupos, como as travestis (CERTEAU, 1998; PAULINO, 2018). Hackear pode ser pensado, em certa medida, nas definições ciborguianas de Haraway (2009) dos corpos (humanos) amalgamados a elementos artificiais para as constituições de si, como hormônios sintéticos e demais elementos da indústria da farmacopornografia (Paula Beatriz PRECIADO, 2018). Esses corpos travestis constroem suas identidades e corporeidades valendo-se do que a própria estrutura oferece, hackeiam, assim, as dinâmicas normativas para dar poéticas a si, potencializando vivências cotidianas.

Hackeiam a norma, a cisgeneridade, a corporeidade, a sexualidade e a política manipulando os códigos sob o universo da poética, de uma estética livre que transfigura e subverte as linguagens: “ela tem corpo de mulher/Ela tem jeito de mulher/Tem bunda/Tem peito/E o pau de mulher!” (LINN DA QUEBRADA, 2018). O ‘pau de mulher’, poetizado por Linn da Quebrada (2018), materializa esses modos

de hackeamento de existências mínimas que acabam por gerar produções de si capazes de ecoar os ruídos, também de si, tentando fraturar as noções colonizadoras do que seria uma ‘mulher’ ou mesmo uma travesti, muitas vezes associada ao universo do mercado do sexo e da criminalidade, ou desconsideradas das categorias femininas exatamente por terem ‘pau de homem’ e não ‘buceta de mulher’. Essa estrutura de poética de resistência/hackeamento do espaço ganha materialidade quando Pandora e Nanda narram seus modos políticos de criar artes de si dentro da prisão:

[...] ali descia com um shorts sempre mais curto que os shorts dos cara tal, usava umas roupas mais justa, mas era mais nesse sentido e cabelo sem chance, daí fazia, a gente quebrava gilete, presto barba, fazia uma navalha e conseguia fazer a sobancelha na gilete, então ia fazendo essas coisas nesse sentido assim... (Pandora).

Então, foi tudo de boa assim, tipo, fiquei lá, aí fiquei numa cela lá, junto com uns rapazes lá que tinham feito um homicídio, acho que... tinha eu e uns 10 rapaz, mais ou menos. Aí, de primeiro impacto pra mim foi assustador né, vi que fui parar num lugar daquele assim, com aqueles tipo de gente, e eu montada, com saia, blusinha, cabelão, toda montada, me colocaram na cela masculina, menino do céu, achei que era o meu fim lá, mas me respeitaram super bem, fizeram amizade comigo, eu, como não tinha visita assim, que ninguém quis saber de mim, nesse momento que aconteceu, eles me davam tudo, me davam comida deles, tudo assim que eu precisava lá eles arrumava, escova de dente, pasta, prestobarba, roupa, enfim, me ajudava assim, nossa, show de bola, assim, tratamento que me deram (Nanda).

Como os cabelos estavam raspados e maquiagem não entrava, no caso de Pandora, as (r)existências articularam-se de outros modos. A questão do cabelo é uma questão outra, pois representa um signo de feminilidade importante para diversas travestis. Pandora, por exemplo, conta sobre como procuram com o olhar outras travestis no espaço para que uma possa raspar o cabelo da outra. Esse processo representa uma dimensão aparentemente invisível ao sistema: o afeto como resistência, ou uma rede de solidariedade costurada no tecido do cotidiano objetivando fornecer vida às pessoas demarcadas como não passíveis de vida ou de luto.

A afetividade, indiferente de qualquer conceito tomado sobre ela, carrega uma dimensão pontual: a estética. Todo afeto é estético na medida em que opera sob sensações, reveladas ou não, conduzindo o corpo ao movimento, deste modo, afetar

institui uma posição aberta, inconclusa, uma espécie de deriva não programática provocadoras e entremeadas a sentidos, imanências e sensações (MENEZES, 2007). Afetar também é hackear. Afetar representa prazeres e dores, respostas a estímulos internos ou externos, podendo ser recheada por fantasias, representações e relações dialógicas com quem se afeta (Ana Lúcia FRANCISCO, 2005).

Afetar depende, ainda, do que Milene Lopes Duenha e Sandra Meyer Nunes (2017) descrevem sobre a noção de presença. Parece óbvio trazê-la aqui a fim de demarcar as malditas travestis em um lócus de presença, contudo, essa noção insere-se no corpo em devir, dentro da estrutura cotidiana, no aqui-agora, em uma espécie de presença-convite, conforme as autoras, mas que chamo também de presença-deboche, presença-afeto, presença-possíveis.

Nas celas, ou xis, conforme as relações dos demais homens que compartilham o espaço, existia a possibilidade de ficar mais à vontade de shortinho ou mesmo usando alguma blusinha feita por elas, mas não no pátio. Esses mesmos homens aceitaram a presença-convite das travestis envoltas nos afetos, sendo contaminados e também as contaminando nesses devires das porosidades corpóreas (Milene Lopes DUENHA; Sandra Meyer NUNES, 2017).

No pátio, o short era curto, mas nem tanto, o suficiente para demarcar sua feminilidade aliada às sobancelhas feitas à base de gilete, uma espécie de jogo manipulado com os materiais disponíveis que incidem na subversão. As travestis, então, tornam-se artistas-hackers dentro dos sistemas de vigilâncias e programações do cotidiano, na tentativa de hackear as realidades com táticas de poéticas transgressoras, talvez a única forma de criatividade e independência possíveis para suas existências mínimas no cotidiano, um modo articulado de atividades que tornam possíveis as reproduções de cada uma delas, dentro de suas particularidades (Gleny Terezinha Duro GUIMARÃES, 2002; Nilda ALVES, 2003; PAULINO, 2018). Os corpos também são encontros. Travestis e demais homens sob o sistema carcerário (se) percebem as urgências na busca por fissurar as hierarquias e disciplinas das prisões.

Esses contra-dispositivos também podem ser fornecidos de quem menos se espera, no caso de Nanda, pelos demais homens presos juntos a ela, solidarizando produtos básicos que sua família não levava. A masculinidade tóxica existe e pode

ser reproduzida pelos homens encarcerados, mas os modos de barganha encontrados não são equações de simples resolução.

Então daí era aquela coisa, cê ficava assim, meditante e falava 'Não vou entrar nesse debate. Não vou entrar nesse debate', mas era, era umas coisas assim, muito louca de você ficar silenciada todo tempo, né, cê fica assim, nossa, você conseguir ter espaço pra fazer qualquer coisa é super difícil, tanto é que bicha, travesti... tanto é que a gente teve que sair do xis da faxina porque é a faxina que entregava a comida e bicha e, tipo, quem é bicha ou travesti não pode mexer com a comida de outros presos que sejam hetero, tá ligado, eles não... não gostam, entendeu. Não podia entregar comida pra ninguém, não podia mexer... em alguns lugares não podia nem mexer... quando fazia uns rangão dentro do próprio xis assim não deixava as bicha cozinhar, dependendo do lugar que tava, tá ligado, então era algo, algo bem complicado assim que eles sempre colocam algumas coisas nesse sentido, ainda bem que no xis que a gente tava era, sempre foi de boa, só que a gente quis sair do xis porque daí os cara tava tipo, já questionando esse, tanto esse pastor e esse Fulano, que era o mestre da capoeira, tipo ai pá, nam, nam, nam, 'cêis tão com duas bicha', só que os dois era pá memo, falava não, foram até o último coisa assim, daí a gente memo falou, 'A gente memo vai sair', mas eles 'Não, pode vir', que os dois era conceito mesmo assim na cadeia, então tem tudo disso. E o Fulano era apaixonado no J. também, comia ele toda noite... é viado. E esse pastor também, se apaixonou por mim, mas daí eu falei 'Ai gato', que ele era um amor de pessoa daí tal, só que daí tal eu falei uma vez 'Não vou te arrastar', tem todo um... quase quarenta anos já, trinta anos no PCC, um dos primeiro do PCC aqui no Estado, depois todo mundo ficar sabendo sobre isso, depois cê vai acabar se arrepender, como isso já aconteceu várias vezes e tal, nam, nam, nam daí mas ele trocava altas ideias, foi uma das pessoa que mais troquei ideia assim daí me abriu o olho pra muita coisa dentro da cadeia assim, porque também fazia... ao todo fazia já tinha passado vinte e poucos anos preso, ta ligado, uns vinte e seis anos, passou dezoito na direta em outro Estado, passou por várias rebeliões, por várias coisas loucas assim tá ligado... e ele era patrãozinho memo do norte aqui do Estado, ele me ensinou muita coisa aqui assim... daí eu me apaixonei por esse A. desgraçado, ai, que eu tenho ódio dele até hoje. Esses dias ele mandou mensagem pra mim ainda, antes ele tava solteiro, depois ele casou e começou a mandar mensagem pra mim 'Agora eu tô na (nome da penitenciária), dá pra você fazer visitar especial pra mim', pior que pode mesmo, eu falei, olha seu pilantra cê tá é querendo me arrastar é? (Pandora).

Ai amigo, então, meu dia era sentada, sentada e sentada, os meninos não deixavam eu fazer nada, tinha um lá que tava pagando pena lá de tentativa de estupro, ele fazia tudo, limpava, fazia comida, fazia tudo, até água se eu quisesse eu tinha que pedir e ele trazia na minha mão, era um tédio (Nanda).

Esses hackeamentos foram substratos para tornar possíveis os dias comuns, para o dia a dia dentro do sistema se configurar em uma rotina vivível, próxima, talvez, ao cotidiano das pessoas de fora dos muros. Mas mesmo os homens (cis) hackeavam o sistema pensando em seus afetos e tesões, pensando em proteções, namoros e cuidados articulando o não esperado seja pelo dispositivo carcerário ou pelos demais homens com suas performatividades de masculinidades. Pessoas presas são monstrificadas, mas podem criar fissuras entre si a fim de não reproduzir as toxidades fornecidas por uma educação hegemônica. Mesmo que seja de difícil definir o afeto, talvez, como sugere Menezes (2007), seria possível pensar essas experiências como experiências afetivas.

Essa rotina configura-se no cotidiano, algo de difícil categorização para fechar conceitos pontuais. Não é minha ideia fechar, mas deixar as pregas soltas, abertas, flexíveis ou passíveis de dobras, como os desenhos do cotidiano: caóticos, profanos, desordenados, contingentes. Ferraço (2007, p. 77) considera a possibilidade de tentar o cotidiano “como redes de *saberesfazeres* tecidas pelos sujeitos cotidianos”. Esses *saberesfazeres* também carregam a multiplicidade dos contatos, o que significa pensar nas possibilidades enredadas entre as pessoas conectadas direta ou indiretamente às travestis, considerando, ainda, conforme Ferraço (2007), conexões tecidas em malhas das redes não no cotidiano, pois elas são o próprio cotidiano.

Ao tecerem o cotidiano nos espaços prisionais, torna-se pertinente afirmar que ele só poderia ser legitimado sob as perspectivas de cada uma delas, pois elas são as protagonistas, as autoras dessas linhas de si, do mesmo modo que o são desta escrita. Os *saberesfazeres* produzidos pelas travestis foram tecidos por uma miríade de articulações rizomáticas em que estão articulados contextos diversos vivenciados por elas, como cor, classe, cultura, religiosidade, família etc que se conectam ao sistema prisional, escorrem pelas frestas dos saberes lineares e ‘para frente’ hegemônicos e atuam de modo rizomático (Nilda ALVES, 2003).

Suas vidas poderiam ser delimitadas de virtuais, como descreve Lapoujade (2017) acerca das existências mínimas. Os seres virtuais possuem a capacidade de desaparecer e aparecer segundo as mudanças da realidade, abrindo-se para a fluidez, sem lugar determinado ou fixidez, sem constância, sendo ao mesmo tempo o universo mais propício e o mais evanescente, próximo ao nada. Talvez não seja

possível aplicar esse conceito às travestis como um todo, uma vez que elas não desaparecem e aparecem similares a estruturas intermitentes. No entanto, suas existências participam da dinâmica mutável/mutante de um universo mais aberto e rico graça às possibilidades de hackeamento. As aberturas para os dinamismos concedem as existências das narrativas do comum, do que seja corriqueiro e recheado de pedagogias de resistências, (r)existências e desejos.

Tereza – Aí lá né, tudo, tudo cê é aproveitado, se for pro bem é aproveitado, se for pro mal, cê paga. Aí eu fiz resenha. Ensinei os analfabeto a lê e escreve, aí depois eu fui pra cozinha, pra biblioteca. Então, eu tipo, aproveitei lá. Aqui, eu fiz faxina e cozinhou pa oito polícia, que eu sou cozinheira. Apesar da doidêra, eu sou cozinheira. Cozinho o que você quiser. Eu não sei se fica bom (risos), mas eles não morreram, ta bom. Ai, minha vida é basicamente nisso, sabe? [...]

Tereza – A carona dele (mostra uma foto do boy no celular)

Eu – Ah, um boyzão né?

Tereza – É, ele é grandão...

Eu – Cara de bravo.

Tereza – É, ele é bravo.

Eu – (risos) ele é, é...

Tereza – Ó, essa é minha moto, na minha casa.

Eu – E ele é ciumento?

Tereza – É... principalmente quando eu danço, ele não gosta de funk. E eu amo funk, eu danço horrores, eu não sou palhaça.

Eu – E você o conheceu onde?

Tereza – Eu conheci ele aqui, na cadeia. Ele era do convívio, e eu lá do fundo. E ele era até piloto, comandava assim, só que num se tornou irmão do PCC, sabe? Aí a gente... quando tinha algum problema no convívio, com alguns caras, mandava pro fundo, pro seguro, aí tinha.... ele me ligô. Já tinha ouvido fala, Tereza, Terezão tal. Ele me ligô, ai ele se apaixonou pela voz. Ele tinha uma namorada, que ia lá vê ele tudo. Se apaixonou pela voz. Aí a gente conversava tudo. Começô a conversa, começô a conversa, aí ele falou: “Se eu for aí, cê fica comigo?” Aí eu falei assim: fico né? Eu já tava despeitada com o outro bofe que eu tinha aqui na rua, ia me visita sabe? Mas aí, minha melhor amiga e ele ficaram (Tereza).

Daí também, eles vinha também porque daí era travesti e também tinha meus corre e pá, nam, nam, nam, ixi, os corpinho vinha que

vinha pena que eu não posso mamar aqui dentro porque se não vai nós duas ficar com a perna quebrada (rindo), daí vai ser difícil, ainda mais nesse lugar assim, mas fica, os cara fica, nossa senhora viado, é que coisa assim que... é porque, só porque realmente porque tem sanções físicas memo porque se fosse só uma Errezinha, ixi, ia ser uma putaria, uma putaria porque os cara... [...] Na verdade a única coisa mesmo, assim, de se usar, porque daí também a parte boa, boa não né, mas é que é a menos pior, na verdade, é que no 'Xis', assim, cê fica mais tranquilo, cê fica mais à vontade, então era coisa assim lá ficava mais de shortinho, tá ligado, mas era shortinho lá dentro da cela podia ficar, daí eu tava com outra bicha, depois chegou... bem quando eu tava pra sair chegou uma outra travesti, que eu tava no castigo, na verdade, quando ela chegou... então, daí também, no Distrito não podia ficar se rapando, se depilando, tá ligado, até também pra passar na geral dos polícia, porque daí já vê que é bicha tal, daí já fala 'Tá escondendo coisa, vai, agacha sete mil vezes aí', daí cê tem que ficar agachando, quando não quer levar pro hospital pra fazer raio-x, então era uma forma de desbaratinar também, então compensa cê ficar com pelo mais comprido pra ficar mais de boa, mas a gente consegue, a gente passa assim, mesmo, mas era mais disso assim mesmo, às vezes a gente fazia umas blusinha, mas era pra ficar mais no xis mesmo, entro nós, mas pro pátio mesmo... ali descia com um shorts sempre mais curto que os shorts dos cara tal, usava umas roupas mais justa, mas era mais nesse sentido e cabelo sem chance, daí fazia, a gente quebrava gilete, prestobarba, fazia uma navalha e conseguia fazer a sobancelha na gilete, então ia fazendo essas coisas nesse sentido assim... (Pandora).

As travestis presas estiveram imersas nas estruturas vigilantes e (re)programáveis do Estado que dita e interdita suas ficções sob a inscrição da monopolização da violência, valendo-se de um sistema jurídico-policial mitológico ocidental-moderno esteado na neutralidade dos saberes (Jota MOMBAÇA, 2017). Uma contra-conduta desta ficção seria também produzir uma ficção de si utilizando o impulso hacker enquanto elemento necessário, e presente em cada pessoa, para tentativas de reprogramações do cotidiano, fraturando as comunicações indexadas comercializáveis com poéticas (PAULINO 2018), como Pandora e Tereza narram, ao trazerem partes das memórias de seus desejos afetivos e de como o cotidiano era possível de ser vivido.

Os afetos e tesões também as moveram, do mesmo modo que provocaram em outros homens pelo sistema. As contra-condutas dentro das contra-condutas. Quando as travestis rearticulam essas contra-condutas ao utilizarem roupas mais curtas ou fazerem sobancelhas com lâminas de aparelhos descartáveis de barbear, tentam marcar suas feminilidades ou poéticas à base de resistências, ou ainda

burlarem o sistema para trocar pipos ou mesmo ligações por telefones, mostram-nos narrativas cotidianas, nada monstruosas ou hipervalorizadas, vivenciadas, em certa medida, como a maioria de nós ao desfrutarmos o gozo dos dias comuns ou elaborar táticas para que os dias sejam possíveis.

Os pipos são exemplos dessa estrutura hackeante e de contato cotidiano entre as pessoas presas no sistema prisional: são mensagens escritas em pequenos pedaços de papel que eram conduzidas de um xis a outros, por baixo da porta com o uso de linhas, colheres para arremessar, até chegar a quem se destina, articuladas pelos sistemas de camaradagens entre as pessoas que reconduziam o pipo até o destino final. Mensagens sobre família, questões da prisão, organizações sobre táticas e estratégias, ou mesmo os mais sexuais, os ‘sex-pipos’, conforme explica Pandora, ou os trabalhos desenvolvidos por Tereza ajudando na alfabetização de detentos na prisão, cozinhando para policiais na delegacia, o que inscreve nos dias possibilidades de deslocamentos sob novas técnicas para reorganizar o lugar que está configurado pelos discursos e dispositivos de controle (CERTEAU, 1998; FOUCAULT, 1979; FOUCAULT, 2015; Jota MOMBAÇA, 2017).

[...] é que esses dias eu tive uma crise, eu até rasguei um monte de carta, umas coisa que eu tinha da época da cadeia assim e tal que tipo, aí falei assim quero me libertar dessas energias, tal, eu tava relendo coisas assim, trocava ideia, até uns pipo assim, um monte de cartinha dos boy também, falei nossa isso aqui eu tenho que jogar fora, se isso aqui cair em mão erra, dá treta, ainda uns Maninho conhecido, vixi... mas eu ficava, vixi, a gente fazia os sex-pipo, que a gente ficava mandado pipo só de putaria, pra um, daí mandava pra outro, daí eles mandava e ficava assim viado, oia cada coisa... daí eu saí de lá e deixei meu coração entregue pra um outro Maninho que tinha acabado de chegar, R., ai menino do céu, eu falava assim gato do céu vou te encontrar na rua ainda, vou te encontrar na rua ainda que ele era um gostosinho (Pandora).

Ai lá né, tudo, tudo ce é aproveitado, se for pro bem é aproveitado, se for pro mal, cê paga. Aí eu fiz resenha. Ensinei os analfabeto a lê e escreve, ai depois eu fui pra cozinha, pra biblioteca. Então, eu tipo, aproveitei lá. Aqui, eu fiz faxina e cozinhava pá oito polícia, que eu sou cozinheira. Apesar da doidêra, eu sou cozinheira. Cozinho o que você quiser. Eu não sei se fica bom (risos), mas eles não morreram, tá bom. Ai, minha vida é basicamente nisso, sabe? (Tereza).

Cozinhar ou ensinar a ler e escrever, como fez Tereza, mostra possíveis praticados pelas experiências afetivas construídas pelo “basicamente nisso”, o que reflete uma relação social dela, e as demais travestis, sob e sobre aos valores

culturais pragmaticamente apreendidos (MENEZES, 2007). Ao alfabetizar e cozinhar Tereza afetava e era afetada.

O cotidiano nos sistemas de aprisionamento também possui regras forjadas pelas pessoas que lá convivem, algumas vezes amalgamado às toxidades heterossexualizantes, gerando dispositivos que dependem do aceite, no caso de 'disputar' alguma coisa, ou independe do aceite, no caso de outro julgamento recebido internamente, conforme o crime cometido. Assim, dentro da estrutura cotidiana do sistema prisional, jogos existem, elaborados conforme necessidades para tentar subverter as vigilâncias, como a tática de 'disputar' alguma coisa, uma prática que 'transforma' a pessoa em um cofre humano.

Disputar é enfiar celular no cu, ou tem gente que trava na garganta uns baleto assim, baleto de maconha, fica travado ou engole e daí caga depois, que a gente fala 'garimpar', daí cê pega a marmitinha depois e só fura e daí cê caga na marmitinha lava, pega os baleto e tem que embalar, isso que é o disputar, disputar droga. Daí tem gente que trava no celular, tem gente que anda com o celular travado no... não enfia, só ficava travado no celular, tem umas bundona grandona assim, trava que a galera fica, faz até agachamento com o celular travado. Tem vários jeitos. Tem também, isso é disputar, disputar no corpo, você disputar, mas os 'mocô' que fala, os lugar que tem dentro da própria, do próprio 'xis', ou dentro da própria cadeia, que são os 'camufla' assim, que é onde cê enfia o celular tal, tampa tal, debaixo do vaso, então disputar, em si, é isso, mas disputar com o corpo é, ou enfiar no cu, ou engolir, travar na garganta, tem gente que travava 50 gramas de maconha, falava, e conseguia falar, assim, daí é coisa que cê vai indo, vai aprendendo, mas pode disputar de qualquer jeito... já disputei cocaína, na mão assim (mostra entre o indicador e o polegar, mostrando que dá para esconder quando junta os dedos), no cabelo, xixi, na hora do baguiu louco, a CHOQUE entrando, aqueles cachorro latindo e aquelas coronhada vindo, fia, o baguiu é não cair com aquilo, o lance é não cair com aquilo, pra não ferrar o rolê, então... (Pandora).

A disputa é uma tática utilizada no cotidiano para ocultar objetos no corpo, uma espécie de cofre humano para burlar as vigilâncias do sistema. Geralmente, as travestis são convidadas a participar delas, mas escolhem participar ou não. As táticas criadas e recriadas, como o exemplo da 'disputa', dentro dessas estruturas de fechamento, revelam resistências, conforme já mencionei, o que implica na possibilidade em afirmar sobre a existência de uma espécie de cuidado de si enquanto uma pedagogia ou educação de si. As práticas dispositivas do poder disciplinar agem pelas sutilezas do controle, operando pela instrumentalização das

políticas coercitivas nanomizadas a tal ponto que os gestos mais microscópicos sejam formatados pelo sistema macro (Fernanda Spanier AMADOR, 2009). Um hackeamento-arte-resistência se constrói segundo elementos encontrados dentro do espaço, reconfigurados para atender demandas poéticas e políticas específicas, pontuais, cotidianas e possíveis ao pensar sob uma educação menor, algo produzido para escapar dessas nano-formalidades dispositivas, gestando revoltas e resistências. Desalojar o ambiente-disciplinar na tentativa de corrigir a postura corrigida, deseducar o corpo educado pelo sistema, criar resistências ao poder contrário às suas subjetividades foram possibilidades experienciadas segundo tecnologias de si, táticas ou um modo de educação menor.

4.3 MODOS DE UMA EDUCAÇÃO MENOR OU COMO DESALOJAR OS ESPAÇOS

Mariê, Nanda, Pandora, e Tereza são travestis carregadas de estruturas educacionais muitas das vezes repassadas por outras travestis. Não tenho por objetivo recontar essas práticas pedagógicas, geralmente passadas por alguma travesti mais velha, mas (re)pensar estruturas que vazam também da dita educação formal, recheada de vazios de existências graças aos moldes colonizadores das instituições escolares. Nanda, Pandora e Tereza, diferente de Mariê, permaneceram mais em contato com o sistema prisional, pensando sob uma lógica do contato de dentro, pois estamos diante de um sistema de enredamentos militarescos e vigilantes constantes. Ao focar mais em Pandora e Tereza, especificamente, as táticas exercidas transparecem um pouco mais; suas noções educacionais nos sistemas prisionais, ou mesmo as reconfigurações, exigiram de si as inventividades para que suas vidas fossem possíveis, uma vez que o tempo de permanência foi maior. Essas reconfigurações táticas de si estão associadas aos desalojamentos vivenciados, sem significar uma sentença definitiva de apartamentos de possibilidades. Hackear é (im)preciso enquanto modo de (r)existências, as vias não seguem padrões, receitas ou um passo a passo, dependem e demandam das buscas às potencialidades existem em cada pessoa. Sua gênese está no movimento pulsional das ações dos desejos de destinos diversos (Suely ROLNIK, 2018).

As experimentações de si, seus exercícios, táticas ou hackeamentos, constituem-se possíveis quando pensandos sob o viés dos

deslocamentos/desalojamentos, efetivando-se quando a prática é o produto do pensar e do insurgir, segundo Suely Rolnik (2018). As travestis pensam/insurgem transfigurando as políticas dos espaços, definidas aqui pelos dispositivos todos (normas cis, de sexo, sexualidade, masculinidades tóxicas), desalojando-os das configurações de poder esperadas, aqui atomizadas ou molecularizadas por Tereza, Pandora, Nanda ou Mariê, mas também representando uma possibilidade de insurgência coletiva se nosso olhar voltar-se para a molaridade-travesti.

Estar em um espaço de aprisionamento não é, de antemão, acordar que ali se está pela quebra de contratos sociais. Seria tacanho pensar de modo contratualista, uma vez que ele fora modelado para salvaguardar as propriedades das categorias hegemônicas e colonizantes (FOUCAULT, 2015; Jota MOMBANÇA, 2017). Existe um projeto frente às noções de propriedade, entre eles a de identidade, urgindo a necessidade de um anti-projeto ou um projeto de descolonização epistemológica capaz de pensar a importância da identidade, uma vez que reflete “o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento” (Djamila RIBEIRO, 2017, p. 29).

O ambiente prisional foi a localização das travestis narrantes envoltas nas estruturas punitivas por terem subvertido as propriedades, aqui inscrito também como o corpo, identidade, sexualidade e gênero. Elas principiaram o processo de desalojamento do espaço sob táticas/práticas educacionais configuradas pelas resistências, desalojando, assim, as verdades de si mesmas (Waldênia Leão de CARVALHO, 2014). O desalojamento pode ser definido enquanto uma pedagogia, uma educação menor discutida mais adiante junto às teorizações de Sílvia Gallo (2002; 2016). Adiante, no entanto, as (r)existências elaboradas sob as noções de cuidados de si, transmitidas por outras pessoas, travestis ou não, ou mesmo produto de hackeamentos da lógica dos espaços, estabelecem trânsitos que evocam para além das demarcações cercantes: dispositivos legais, as moléculas – policiais e mesmo de detentos – dotadas de cis toxicidades heterossexualizantes, o não acesso a hormonização ou o uso de seus nomes, por exemplo.

O desalojamento é produto do desejo guiado por uma espécie de agulha moral que aponta para direções diversas de modos de existir e de representar fugas rápidas das angústias geradas pelo alojamento circunscrito pelos dispositivos de poder hegemônico (Suely ROLNIK, 2018). As táticas exercidas cooptaram os

elementos dispostos nos territórios experienciados; o desejo, munido das subjetivações das travestis, conduziu cada uma a irromper processos inventivos de si, uma pedagogização descolada daquela formal contida nos sistemas prisionais colonialistas-hegemônicos, escapando da lógica também capitalista, “uma vida genérica, vida mínima, vida estéril, mísera vida” (Suely ROLNIK, 2018, p. 76). O sistema de alojamento a todo instante tenta sufocar as possibilidades inventivas e de vida, conforme Pandora narra suas perspectivas acerca das toxidades militarescas.

Pandora – Aí ele, tipo, daí chamava, mas eram coisas assim aleatórias, era um ou outro assim, dependendo do bom humor dele naquele dia, tá ligado, e tal, porque realmente tem pessoas assim que você vai aprendendo, lógico que eu tenho um ódio muito grande assim dos militares por inúmeras coisas, assim, mas pela militarização da polícia tenho uma coisa assim, ranço, ai, pode ser carcereiro, pode ser o que... porque a primeira coisa que vem pra mim é opressão, polícia, tá ligado, só que você acaba entendendo, tem muitas coisas assim dentro, não só do sistema prisional, das polícias em si, quem toda a questão do corporativismo tal, de também se sentir superior ao Estado, tá ali uma pessoa presidiária com várias sanções de direitos civis, da própria liberdade, que é uma das principal delas, que tão fazendo só seu trabalho ali, ta ligado, então eles não fazem da sua vida um inferno, que é igual que a gente fala, pagá veneno, não pagam veneno pros presos, então tá ali tal, não pode fazer a coisa assim, uma que cê nem pode ficar com muito contatinho com polícia os criminoso também vai achar que cê ta passando as coisas da cadeia também, fazendo X9, tá ligado, que acontece muito também, tipo, tinha muita gente que saía na ripa, lá no pátio na hora por causa disso, de ficar acaguetando as coisas do xis, então é uma coisa também que você não pode ter muita proximidade também com o, com a equipe carcerária, também assim, de ficar descendo muito pra atendimento tal, mas isso no sistema, porque no Quarto Distrito não tem atendimento, não tem nada assim não, cê só vai memo se tiver passando mal, tem que chamar ambulância, nam, nam, nam, tanto é que teve surto de sarna lá dentro, de várias coisas e tal, então... daí, muito difícil ter esses atendimentos assim, não é igual quando vai pro sistema, que daí você tem o que era pra ser, assim, de lei mesmo, acompanhamento psicológico, jurídico, pedagógico, médico, odontológico tal, tem todo um... várias coisas lá, assistente social, então, só que ainda consegue, minimamente ali consegue, mas ainda vai indo, mas é, tipo, às vezes demora, nossa, quando cheguei lá, daí quando eu subi do Quarto Distrito, que a gente foi de bonde, que a gente fala, subiu de bonde pro sistema daí tal, foi quando cortou meu cabelo (fala com pesar) aí sim, ai meu Deus do céu, misericórdia, ainda bem que eu ainda tinha subi com uma bicha ainda, porque daí porque ai, eles zoam, tá ligado, nossa, eles chega a tirar ferida assim cá maquininha, daí...

Eu – Uma corta da outra...

Pandora – É, daí uma corta da outra quando, tipo, dependendo assim, tipo algum... às vezes é o... os próprio agente que corta assim, né, mas nesse dia ainda foi a gente que cortou... falei 'Não, pode deixar que eu corto dela', tal, daí ela cortou, nossa menina, parecia a Carolina Dieckmann assim (sorrindo), não, mentira, não posso zoar que era um rolê de câncer, mas aí, parecia, falava, meu deus do céu, socorro, parece que tão me matando senhor, nossa, daí a hora que rapei assim daí eu falei, 'Pelo menos tô igual a Britney agora meu amor!' (falando com ênfase, num misto de resistência e resiliência enquanto batia com a mão espaldada na mesa de concreto).

Eu – Ótimo (gargalhando junto com Pandora).

Pandora – 'Pelo menos eu tô igual a Britney', lembrei daquela cara louca da Britney, careca, mas nossa foi uma dor, uma dor assim que eu falava, gente, não acredito, não acredito, falei 'Tem ideia de quanto eu gastei com esse cabelo?', 'Cês tem ideia de quanto eu já gastei com hidratação com esse cabelo?'...

[...]

Eu – Ahan. Quando você foi... quando você foi detida, você já estava já com hormônio no corpo, peito maior, cabelo cumprido...

Tereza – Tava já, meu cabelo era assim ó (aponta com a mão direita nas costas, na altura da cintura o tamanho do cabelo). Tá crescendo de novo porque eu raspei na penitenciária. Tem dois anos que eu não corto, entendeu? Era aqui ó, aí eu fiz uma trança, minha mãe levou embora e eu... e eu... cheguei lá com o cabelinho assim, mais ou menos curtinho.

Eu – Rasparam quando você foi pra penitenciária?

Tereza – Rasparam. Hoje em dia não, hoje em dia pode, a trans que cai lá, tiver cabelo, eles deixam. Mas é... quando eu cheguei lá que tava bem no início sabe? Tinha que rapa, carequíssima assim, lisinha.

Eu – E como foi seu contato lá, com esse universo só masculino. Você encontrou outras trans por lá, outras travestis?

Tereza – Encontrei, mas... assim homossexuais normal, encontrei algumas trans, até com silicone tudo. Ah... a auto-estima lá embaixo né, porque não tem vaidade de nada. É duas peça de roupa, maquiagem não existe, nada existe, não tem nem cabelo. Tinha umas que ficava depressiva, ficava com depressão, ficava dentro do barraco. Eu não, eu já sou autoestima. Eu já falava... eu jogava bola, eu brincava com os menino. Eu curti, entendeu? Eu falei assim: não, é aqui, eu vô vivê, então é aqui que eu vô ficá, eu vô fazê daqui meu dia-a-dia, porque não adiante né? Eu sou uma pessoa auto-estima, sabe? Eu num deixo fica abatida por muito...

No caso de Pandora e Tereza, o cabelo raspado, uma demarcação significativa a elas, não resumiu o apagamento de suas identidades, pois elaboraram o que Waldênia Leão de Carvalho (2014, p. 15) fala sobre aprendizagens que focalizam trabalhos de conversões sobre si mesmas, ações de transformações similares a um 'habitat do pedagógico'. Não enveredo pelas definições foucaultianas de verdade sobre ou para cada uma delas, colho, quando muito, as verdades narradas por elas acopladas ao sistema vivenciado. Ter o cabelo raspado e sentir-se uma diva pop como Britney revela uma fala repleta de inventividades de si, em insistências de olhar para as produções do sistema e capturar potencialidades hackeadoras. Ser uma Britney é ser o não esperado pelo sistema, um desalojando primeiro da escolha em uma travesti raspar a outra, e segundo por não deixar a toxidade provocar sufocamentos impeditivos para os afetos.

Ana Lúcia Francisco (2005) descreve que quando não existe uma saída ou elaboração produtiva possível dos afetos não suportados, só há como resposta para a pessoa neutralizar as cargas de violências ou tentar se livrar rapidamente do insuportável, procurando prazeres efêmeros de forma a compensar. Tereza percebe que precisa assumir o sistema prisional como moradia na tentativa de ressignificá-lo, de escapar das depressões decorrentes do cabelo raspado, ou seja, da feminilidade cerceada, a possibilidade é a de tentar escapar conforme elaborações produtivas a fim de não cair em sistemas compensatórios.

Penso em suas produções não definidas demarcadamente como oposições universais ao ambiente, ou uma forma de estabelecer o contrário dos paradigmas ditados pela estrutura envolta: talvez os sufocamentos fossem ampliados pela maquinaria de controle que se reorganizaria para barrar as fissuras. Contudo, produziram e também aprenderam estruturas educacionais de deslocamentos possíveis sob três movimentos: sobre si mesmas, o delas para as demais pessoas e o delas em relação ao mundo (Waldênia Leão de CARVALHO, 2014, p. 15).

A gente tá hackeando esses espaços. É o básico? É o básico. A L. falou pra mim: "é, a gente tem o básico e a gente acha que é muito". É o básico, mas é isso... é tendo o básico primeiro... (Mariê).

A mesma noção parece ser observada nas palavras de Tereza: "é aqui, eu vô vivê, então é aqui que eu vô ficá, eu vô fazê daqui meu dia-a-dia", demonstrando as potencialidades de inúmeras práticas de reapropriações do espaço, desalojando e

exumando forças 'desleais' a serviço da criatividade e inventividade (CERTEAU, 1998) que conduzem as táticas das travestis enredadas no sistema de vigilância. Afetando, sendo afetadas, conforme pontua Ana Lúcia Francisco (2005). Não impera saber sobre o poder disciplinar e suas tecnologias, mas as existências profanas cotidianas, as mutabilidades elaboradas para que suas subjetividades ganhassem demarcações. Dito de outro modo é o que Gallo (2016) chama de educação menor.

Essa educação menor, um modo de hackeamento, está desenhada como revolta e resistência, gerando ecos contrários à educação maior, formatada pelas mãos das macropolíticas governamentais e expressas por dispositivos regulatórios legais. A educação maior está a serviço da colonização respaldada nos princípios hegemônicos que, por sua vez, tem por premissa o controle, valendo-se, quando (acha?) necessário, das moléculas estatais e belicosas para tentar aparar qualquer aresta que rasgue o cotidiano. Contudo, a educação menor não age de fora para dentro, pois opera de dentro da barriga do próprio Estado, sibilando por entre contextos macro, escorrendo, desalojando-os e criando outros não previstos (GALLO, 2002; 2016). A aridez do território não impede táticas de desalojamentos, de possíveis resistências planejadas e arquitetadas para as produções de (r)existências poéticas-hackeantes, pois, a vida cotidiana requer jeitos diferentes de falar conforme a plateia à volta, tomar as estruturas hegemônicas e opressoras para fazê-las voltar contra si (bell hooks, 2017).

Isso representa uma luta realizada no dia a dia, exigindo elaborações de possibilidades rizomáticas para que ângulos variados sejam abarcados. Uma educação menor, pensada junto às travestis, não implica em um modo de linguagem menor, mas como uma parcela considerada pequena faz com que essa educação seja maior (GALLO, 2016). Essa educação não apenas é opositora, mas subversora, desalojando territórios, elaborando fugas, encontros e reencontros capazes de provocar uma (r)existência passível de possíveis no cotidiano. Por ser rizomática, não hegemônica e despreocupada em instituir um paradigma totalizante neutro-moderno-ocidental para os fenômenos, a educação menor das travestis revela as viabilidades de criação e repasses umas às outras ou mesmo possibilidades de estabelecerem novas, dentro do sistema, o que promove uma educação de si, molecular, mas belicosa e não peça do aparelho do Estado.

Se fossem peças do aparelho do Estado, haveria apenas a educação maior, a hegemônica, controladora e configurada enquanto pressuposto da lógica moderna de ensino correspondente à aprendizagem (GALLO, 2016). A resistência é possível exatamente porque há a possibilidade de aprendizagem escapadiça, daquela desterritorializada do sistema macro-hegemônico sibilando entre as frestas do próprio sistema, mas ganhando potencialidades conjecturadas em gritos fugidios dos controles e de algumas suspeitas, vide as sobrelhas feitas por algumas travestis sem o uso de uma pinça, por exemplo.

Parece lugar comum o exemplo da pinça. E o é. Trata-se de um modo de arte comungada ao cotidiano envolto em uma dimensão estética entremeada ao mais “fugidio da existência, em suas possibilidades de exercícios na vida” (Fernanda Spanier AMADOR, 2009, p. 20). Casos como o da pinça são disruptões ou resistências políticas molecularizadas e agenciadas agregadas à educação militante e enunciação coletiva, cavando túneis sob a hegemonia macro a partir das quais “se promove uma política do cotidiano, das relações diretas entre os indivíduos, que por sua vez exercem efeitos sobre as macro-relações sociais” (GALLO, 2002, p. 175). As travestis são suas próprias mestras, no sentido de uma educação escapista do sistema de educação maior, articulando minas pelos territórios das prisões, resistindo aos ditames regulatórios sem criar novos paradigmas fechados no lugar. A fluidez é rizomática. Impera não imperar. Deixar frestas abertas, conexões arreganhadas para outras conexões e fazer delas um meio belicoso, não “aparelho de Estado” (GALLO, 2002, p. 176) revela-se uma premissa necessária. Suas realidades poderiam ser questionadas, afinal, quais critérios tais travestis têm sob uma escrita envidada e preta? Nilda Alves (2010), e partilho de sua posição, defende a ideia de múltiplas realidades possíveis para explicar a realidade, desta forma, toda e qualquer pessoa interessadas nela pode se pronunciar. Interessou-me as táticas possíveis de travestis pelo sistema prisional, mesmo inexistindo travestis no sistema, pelo menos o paranaense.

As realidades vividas e capturadas pelas travestis narrantes desenquadram o cenário forjado pelos sistemas tóxicos criando outros quadros de si e para si, (re)elaborando artefatos culturais (Nilda ALVES, 2010) nos usos do cotidiano: shorts curtos, lascas de lâminas de barbear para fazer sobrelhas, articulações para mudar de xis a fim de dar vazões aos desejos por sexo, são modos táticos dos usos

hackeantes no/do espaço na sustentação de uma existência repleta de ocupações da “amapô de carne e osso” (LINN DA QUEBRADA, 2018b). Hackeiam a norma com seus desvios (Guacira Lopes LOURO, 2008), transcendem a biologia, a política e a cultura ao efetivarem apropriações de novas atitudes destoadas da hegemonia de uma educação macropolítica ou maior.

A educação menor, então, também está entremeada à subalternidade na medida da resistência aos saberes hegemônicos da educação maior, além das prerrogativas iniciadas pela própria periferia (GROSFOGUEL, 2009). As resistências periféricas e bélicas das travestis entrevistadas provocam a produção de hackeamentos. Hackeamentos de si capazes de balouçar o dia a dia o edifício de demarcações dos saberes de poder euro-branco-cis-normativo quando resistem aos dispositivos prisionais quanto à masculinização e relações junto aos detentos ou quando discursam pelos enunciados territorializados de seus corpos e identidades desalojando as lógicas modernas, absorvendo a linguagem e subvertendo-a (CASTRO-GÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007; FANON, 2008; GROSFOGUEL, 2009).

A própria escolha de um lugar formatado pelo Estado para as acolherem gera assincronidades. Elas são travestis, aproximando-as a uma unicidade por estarem em um gênero específico, dentro do “campo” do ‘ser mulher’ (Amanda PALHA, 2018). Porém, cada uma dotada de singularidades frente ao que pensam sobre o universo prisional, revelando posicionamentos distintos quanto à existência de alas específicas para elas ou estarem alocadas dentro de um presídio feminino (aqui pensando na categorização estatal buceta-mulher). A princípio, caí na armadilha unilateral de pensar seus desejos por estarem em um presídio feminino, mas não sou travesti para querer isso ou aquilo por elas ou conjecturar possibilidades regulatórias. O campo do desejo também deve e está nesta equação, implicando em decidir entre estar próximo ou não a corpos masculinos, além das sexualidades fugitivas do sistema heteronormativo, pois podem ser bissexuais ou pansexuais, por exemplo, para dizer o mínimo das possibilidades.

O desejo entremeia-se ao cotidiano, às provocações de sex-pipos e vontades por relacionamentos sexuais, a estar junto dos boys. A existência de uma ala específica para travestis não tem um consenso, se dentro do sistema prisional masculino ou feminino. Tudo depende de quem responde conforme suas subjetividades. Para Tereza e Pandora, o território recheado por boys possibilita dar

vazão aos desejos do corpo, às relações sexuais e às carícias, enquanto Nanda não tinha possibilidades por causa da vigilância constante dos companheiros de cela. Como Tereza e Pandora tiveram vivências cotidianas diferentes, algumas vezes próximas, outras um tanto afastadas, suas falas carregam essas nuances sobre o que pensam de alas específicas.

Tereza – Então, é o seguro, entendeu? O seguro em si, porque já um lugar mais tranquilo pra tira sabe? Só porque que nem eu falei, o convívio é muita regra, muita, muita coisinha, muita picuinha, entendeu? Então é perigoso, então a gente afeminadinha lá, então tem cara lá né, tem visita e é sem vergonha, as mulher já vai reclama, já não vai aceita, e os que não tem visita e não pode; no convívio não pode ter relação sexual, jamais. A carne é fraca, aqueles homens lindos, maravilhosos, meninos todos lisinhos... ah não, não dá bom não.

Eu – Não, mas quando eu falo de ala específica, seria assim, uma ala que reconhecesse as meninas com os nomes delas, de cabelo longo, por que vocês não podem, né?

Tereza – É, porque agora tem.

Eu – Agora tem né? (falo pensando em outros estados e outras realidades)

Tereza – É o seguro, eles chega na porta chama “Tereza” o outro “Leona, procedimento” ou o atendimento médico, entendeu?

Eu – Sim. Mas aqui ainda é dentro da ala masculina.

Tereza – É, dentro da ala masculina.

Eu – Têm estados que têm uma ala de travestis só...

Tereza – E outra, as trans nem vai querer também, elas vai querer ficar com os meninos. Magina um monte de trans, tudo junta [...]

Eu – Cê acha que elas não vão querer pra, sei lá, uma penitenciária feminina?

Tereza – Não, de jeito nenhum. Eu mesma não queria.

Eu – Não, você prefere... (risos)

Tereza – Claro que não, acha. Que que eu quero? Quero ficar com os boys! (risos)

Há uma relação de proximidade entre Tereza e Pandora quanto à posição de uma ala dentro da estrutura feminina-cis. Estar em um espaço exclusivamente

feminino-cis é apartar-se das possibilidades de romances junto a homens detidos e de trânsitos comuns. Pandora, no entanto, descreve a existência de alas para trans e travestis dentro do espaço prisional masculino e alguns estados brasileiros, havendo possibilidades para vazões de estéticas às suas identidades. Há, segundo ela, uma medida paliativa, uma espécie de ‘remendo’ ou anexo dentro do sistema masculino, não um rompimento efetivo. As discussões acadêmicas não alocam o cotidiano e seus entrecruzamentos paradoxais de um universo do crime ou mesmo dos labirintos prisionais. As teorias academicistas tornam-se dispositivos formadores de discursos de verdade, não de existências.

Pandora – Olha, sim, porque tem... que é muito complicado porque elas acaba sendo igual, igual eu no final, acabam indo pro seguro, que é um termo muito pejorativo... é um lugar muito pejorativo lá dentro da cadeia, que é onde acaba se colocando alguns estupradores, algumas pessoas que realmente têm várias guerras na rua, que são pilantras, só que em alguns lugares não têm isso assim tanto é que ainda no seguro que tinha lá mesmo era mais a galera que era guerra, tal, e quase não tinha estrupador, mas que fica um rolê muito pejorativo, coloca as bicha, as travestis, como se fosse pejorativo né, que eles pega naquela questão ainda que vai... têm uns lugar que ainda é usado o termo pederastia, tá ligado, então é algo que é muito complicado então, tê isso assim, se fosse algo, uma galeria ou... alguns lugares que realmente tivesse, que proporcionasse isso então que não fosse uma coisa embutida nessa questão do seguro, se fosse algo realmente pra comunidade gays, travestis lá dentro, eu acho que é fundamental pelo convívio de sobrevivência e não se ter umas obrigações assim que você acaba sendo sempre pressionada a fazer, que uma delas é disputar drogas, então, muitas travestis e bichas lá dentro acaba tendo suas penas ampliadas por ficar caindo no castigo por que... por ficar caindo com patuás, tá ligado, então sei que, já vi reportagem que em presídios no... de Pernambuco... Pernambuco e Ceará, são dois Estados do nordeste que eu sei que têm alas específicas pras travestis mesmo, travestis e trans, não é nem só pra... se não me engano não tem nem gays, se eu não me engano, não sei agora, deve... já deve ter ampliado o debate que eu acho que deve tá, já deve tê ampliado pra isso assim, mas quando vi essa reportagem era mais pra travestis e trans mesmo, que era uma ala totalmente a parte, não era no seguro, não era nada, era uma ala que era só pra travestis e trans, se não me engano tinha dezoito travestis, que só poderiam ir pra essa ala se eles realmente assumissem as travestis como mulher assim, como se eles tivesse que casar assim, não formalmente, assim, pra essas pessoas tê acesso a essa... a essa ala travesti e também é onde elas podem... as celas, ao contrário da outra parte da cadeia, elas conseguem transitar entre elas. As celas ficam abertas e elas podem... elas não precisam raspar a cabeça, elas... entram alguns produtos de... alguns cosméticos, algumas coisas que pras outras pessoas não entram, então, elas conseguem viver a sua identidade trans, travestis e ali dentro com maior facilidade, então, é algo que

você não... tipo, mesmo ainda tendo essa ligação, ainda não tem esse rompimento com uma cadeia masculina, ainda sim consegue, tipo ainda, coisa que a gente sempre coloca né, é aquele apêndice, aquela coisa ainda que mantém, é uma coisa imediatista? É. Que ainda querendo ou não ainda que, ainda faz um cis que ainda se tem a conexão com a masculinidade, com o que é ser homem, mas já é uma... pelo menos, tanto de seguridade física e também principalmente psicológica e mental de você conseguir exercer a sua identidade ali, já é algo que consegue aliviar já essa, além dessa assimilação com a cadeia masculina também a questão de você já tá ali privada da sua liberdade, né, você tá privada da sua liberdade, que é algo que é... a gente sabe o que que é isso, só quem realmente tem ela privada, mesmo, consegue ter essa noção de ir pra qualquer lugar, ver prédio... O dia que eu vi prédio, meu a primeira vez (fala cada vez com mais ênfase e alto). O dia que eu vi a lua! A primeira vez menino depois de cinco meses, assim oh, que a gente tinha tomado um enquadro a noite na... no Quarto Distrito, que eu cheguei assim, tava aquela lua gigante, no meio daquele monte de arame farpado assim, falei... comecei a chorar assim... uma coisa assim, aí minha mãe lemanjá... meu Deus do céu, como queria tá nas ondas.

As táticas, os truques, os acudamentos, elaborados e narrados por elas mostram o quanto não são vidas heróicas no sentido meta-humano ou fantástico. Não há heroísmo nesses protagonismos, mas inventividades. Os aspectos sexuais das travestis dentro dessa estrutura, e mesmo fora, por exemplo, evocam a evolução cultural que serviu de terreno para a apropriação dos “meios da sexualidade, da reprodução e da socialização, e de tomar decisões conscientes para libertar a vida sexual humana das relações arcaicas” (Gayle RUBIN, 2017, p. 51). Romper de dentro dos muros prisionais ao estabelecer relações sexuais revela táticas subversivas para com paradigmas sociais de ‘determinação’ do sistema sexo/gênero, geralmente entremeada no sistema econômico da reprodução humana, somando-se à hegemonia-branca-heterossexual-reprodutora, sem esquecer-se do toque ácido do convencimento religioso (Gayle RUBIN, 2017; MOMBANÇA, 2017), além das noções de si quanto a suas localizações de territórios e seus corpos-políticos de sujeitos de fala (GROSFOGUEL, 2009).

Daí cê tem que ter tudo isso e tal de como cê se porta na hora da visita, tá ligado, e tal, então é algo que... mesmo assim tendo esse convívio que é... com a galera hetenormativa e tal e não estando no figura se causa isso, você não consegue manifestar... não digo manifestar sua sexualidade porque é algo que dá e dá treta memo, então, vixi Maria, menino do céu, ainda mesmo sendo ainda mais isolado que acontece, aconteceu, tive alguns namoradinhos lá,

porque como era nas celinhas separadas assim, ficava os bofe 'Ah, vou passar uns dias aí e nam, nam, nam', daí ia pra cela, da gente se **acuendar**, tinha que ser tudo no completo sigilo absoluto.

Eu – Tudo no truque...

Pandora – **Tudo no truque**. Quando ia pro pátio menino do céu, daí nossa senhora, nossa, meu Deus no céu, a galera não tem noção (risos). Não, é sério. Teve um cara lá que se apaixonou por mim, se apaixonou de tal forma, tal forma, que ficou infernizando pra ir pro meu Xis, pro meu xis, eu falei, não, então tá, vem pra cá. Daí falei pro agente, falei não tal, ele vai vim pra cá e não sei o quê, mas falei, se você vier você vai sair daqui e pá. Daí tal, ele veio e nam, nam, nam daí a gente ficou, ficou uns três, quatro dias tal, e ele começou a pirar, tirá que eu era mulher dele, que eu tinha... viada do céu, naquilo eu grudei ele na... daí grudei ele na parede, pá, nam, nam, nam, daí ele começou a querer dar show viado, mano do céu, daí a gente tava com mais dois outros, um que ele já tinha desenvolvido, mas tipo, foi um chefão assim do comando aqui do norte do Paraná e pá, nam, nam, nam, o pastor, daí tava ele e o nego (fala o nome do negro), que era o mestre da capoeira mano, preto maravilhoso, que ele era o mestre da capoeira gosto assim, já faço coisa ali pra, fico com alguém que é de frente... um mestre da capoeira, que o dia que precisar... ai, não sei o que esse cara foi falar pra esse (fala o nome do negro), que era mestre da capoeira, ah, ele já grudou o coiso na parede lá, assim, os guardinha já veio, já tirou ele de lá e nam, nam, nam daí tá, ele ficou um tempão me perseguindo, me perseguindo, depois eu arrumei um outro amorzinho que eu só subia droga dele... de vez em quando os outros ficava 'Oh, te dou tanto. Te dou tanto. Te dou tanto', não gato, tô bem, conseguindo me manter, nem falava que subia dele, não subo de ninguém, só subo a minha, só subo a minha droga, tal, daí, nossa, me apaixonei por ele, (nome do boy), pilantra, ai que ódio que tenho dele, ai tenho um ódio tão grande, que ele era um pilantra mano, um canalha, canalha, só que eu também sou vagabunda, falava pra ele 'Cê não mete o loco em mim não que eu sei metê o loco da mesma forma! Então cê não vem não!', que eu sou daquelas assim que eu sou de pegar o melhor amigo assim e fazer me ver, que não sou obrigada, que ele é desses assim, de pegar geral e ficava lá, achava que eu ia ser fiel. Querido, infiel, Marília Mendonça fez a música pra mim (risos). Daí ele ficava metendo o loco e nam, nam, nam daí um dia ele ficou louco, esse primeiro que tinha, o (fala o nome do rapaz), ficou louco no meio do pátio, no meio de todo mundo menino e pá nam, nam, nam que 'Ah sua bicha desgraçada!' que eu também era terrível né, daí ela jogar capoeira e tal, daí tinha um outro mestre lá, ai, tão maravilhoso assim, de sê jogada ele tentava me derrubar eu grudava nele assim... ele ficava brincando... ele era um pilantra também, vivia ficando de pau duro tava lá jogando falava ai, falei, 'Cê é terrível né', daí teve esse dia que ele veio pra cima de mim, na hora que ele tava vindo esse nego (fala o nome do negro) já deu uma martelada que ele vuou do outro lado assim daí fecharam ele na mandala. Que hora que fecha, assim, a mandala na capoeira assim todo mundo cruza os braço daí o mestre fica na frente, daí cê tem que jogar com ele parceiro, foi, daí foi, ele saiu com os dois braços quebrados. Que ele

foi me deu um murro no peito assim eu caí assim, eu ‘Cê tá me tirando veio’, aí fui dei uma cabeçada nele foi a hora que os cara da capoeira veio subir pra cima, pá, foi um buchicho, daí ozotro falou ‘É, apaixonou pelo cuzinho memo, hein’, aí tem toda as mula dentro da cadeia, cê tá ligado, um monte de hetero junto, aquela coisa, ai um rolê assim que abstém, acho que aprendi a meditar naquela época assim que cê tá no meio de tanto homem que cê tinha que abstrair assim tudo que eles falava (passar a falar sussurrando) nam, nam, nam, ficava focando Beyoncé, Beyoncé, (risos) tem que ficar assim viado porque se não cê surta, cê surtá, imagina e também até a forma, cê não vai chegar falando ‘Seu burro nam, nam, nam, larga a mão de ser machista escroto’ porque é também uma realidade totalmente diferente, não é justificando, não é fazendo hierarquizações de opressões, mas também a forma que você vai abordar determinados lugares, que é muito fácil falar pra vários caras escrotos do caralho aqui (na instituição) que tá aqui né nam, nam, nam, agora vai lá na quebrada falar de machismo, feminismo é um rolê que cê tem que saber chegar e falar porque as pessoas não se identificam ou se identificam mas não têm acesso às informações (Grifo meu).

Essas relações de poder assimétricas sobre os papéis de feminino/passiva/doméstica podem ser observadas nas narrativas de Pandora, citadas anteriormente, quando o boy vai até seu xis para terem um convívio mais íntimo e passa a querer demarcar uma relação cotidiana esteada exatamente nos moldes da masculinidade tóxica e hegemônica: “[...] daí a gente ficou, ficou uns três, quatro dias tal, e ele começou a pirar, tirá que eu era mulher dele, que eu tinha... viada do céu, naquilo eu grudei ele na... daí grudei ele na parede, pá” (Pandora). Os conflitos demarcam disputas políticas. Sexo é político. Relações sexuais são políticas entremeadas aos simbolismos e estes também estão em jogo, portanto, também podem ser hackeadas.

A recusa e o ato de ‘grudar ele na parede’ trata-se de uma autodefesa, de possibilidades de escapar desses simbolismos de formatação da fragilidade e reelaborar táticas múltiplas para salvaguardar as (r)existências. Uma educação (menor) parece provocar a bater de volta, quando necessário, mas também a revelar os limites existentes para pensar em outras táticas, mesmo que seja a de fugir, ou como Jota Mombaça (2017, p. 14) diz, “é também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas”. Essa leitura coreográfica de cada uma delas permitiu que suas (r)existências fossem possíveis para que cada dia fosse vivível ou, sob as análises dos cuidados de si de Waldênia

Leão de Carvalho (2014), não há possibilidades de saber sem sua iniciação partindo de um saber de si.

Elas não foram apenas mais uma componente no/do bailado dentro dos muros de aprisionamento, porém, coreógrafas de si capazes de editar o compasso, siliconarem o ritmo e tornar risível a ideia de normas neutras e inflexíveis, articulando, no cotidiano, exercícios, ou táticas, para constituírem novos sujeitos, novas travestis, novas liberdades guiadas para estilizações de vida, desagregado de sentidos prefixados consigo ou mesmo com o mundo (CERTEAU, 1998; Waldênia Leão de CARVALHO, 2014). Quando Pandora declara: “Cê não mete o loco em mim não que eu sei metê o loco da mesma forma! Então cê não vem não!”, demonstra sistemas de uma educação ou pedagogia escapadiças das formalidades políticas costuradas em planos de ensino, por exemplo. Absorver, desacuendar e devolver a seu modo as aprendizagens dentro dos sistemas talvez tenham gerado ruídos nos ouvintes naquele episódio, afinal, as masculinidades heterossexuais tóxicas estariam/estão preparadas para levar coiós de travestis?

Não tenho pretensões em debruçar-me nas definições de cuidados de si, contudo, penso nos enredamentos nas existências dessas travestis dentro do sistema prisional, guiando-me pelas veredas de Waldênia Leão de Carvalho (2014) quanto à afirmação sobre não ser um imperativo universal, mas uma tomada de decisão particular. Essa molecularidade travesti escolhe, dentro das possibilidades, táticas e exercícios, formas de agir no/sobre o mundo, cuidando daquilo que possa fortalecer o seu ‘eu’, estabelecendo pedagogias ou uma educação menor. O cotidiano dentro do sistema prisional foi possível pelas efetivações belicosas das táticas, pelos modos hackeantes entremeados à essa educação menor. De heroínas, monstros ou deusas, os contornos de cada uma delas efetiva-se em (r)existências.

O combate micropolítico carregado de potencialidades afirmativas deve ser uma produção de ações cotidianas, seja nos atritos com os aparelhos do Estado ou as molecularidades que circulam dentro dele (Suely ROLNIK, 2018). Demanda a existência de astúcias necessárias e constantes a fim de resistir à submissão da norma de gênero colonizante, das pregas discursivas acerca da sexualidade e dos sufocamentos empregados no sistema carcerário. Resistir aos delineados da fixidez de fronteiras na medida da absorção/revelação de inconstâncias, transições,

mobilidades e potencializando o desejo (Guacira Lopes LOURO, 2008) instaura um outro delineado (de si), ocupado não com a chegada, mas com o trajeto.

Cada travesti, a seu modo, correu das vias projetadas a elas pelos dispositivos tóxicos favorecedores do sistema da estrutura hegemônica. Os hackeamentos/desalojamentos táticos revelaram as esperas, negociações com os espaços e de si, além de confrontos de fronteiras: corpos travestis opostos aos demais dentro do sistema carcerário; culturas atritantes; lícito e ilícito (Guacira Lopes LOURO, 2008). Suas (r)existências singram pelos espaços, mesmo os mais sufocantes pelas normatividades hegemônicas, capturando (nanos)campos, desacuendendo-os e amalgamando-os a elementos inesperados criadores de momentos capazes de sustentar o cotidiano.

Os modos operados por cada uma delas não revelaram o sobre-humano, um meta-corpo supratecnológico de poderes fenomenais, mas de negociações de si frente ao território cercante. Suas travessias desalojaram algumas camadas sufocantes forjadas pelo sistema de garantias à propriedade privada, emergindo uma política (de travestis) microdimensionada reverberada taticamente pelos espaços.

5 – COSTURANDO CONSIDERAÇÕES

Costuro estas pregas na tentativa de dar corpo ou manto às possibilidades explicativas das táticas de hackeamentos das travestis que tenham passado pelo sistema prisional. Cada uma delas, Mariê, Nanda, Pandora e Tereza revelaram fragmentos de suas memórias ligadas aos territórios demarcadamente tóxicos e masculinizantes. Territórios entremeados aos saberes ocidentais hegemônicos de demarcações dispositivas, capazes de sufocamentos em nome dos bons costumes e paradigmas cartesianos modernos. Cada uma delas, à sua maneira, teve contato com o universo carcerário, recebendo desalojamentos e ofensas pelas molecularidades embebidas pela educação heterossexual/branca/patriarcal/cristã/militar/capitalista/europeia. A fim de costurar as dobras de tecidos para tentar dimensionar suas narrativas, vali-me de possibilidades rizomáticas, garimpando autorias, conceitos e poéticas entrecruzadas em suas identidades.

As linhas rizomáticas não fecham, nem fecharão, em determinismos pragmáticos do que venham a ser travestis, menos ainda importa-me estabelecer um recorte nanocirúrgico capaz, sem titubeamentos, de defini-las. Não. A cada linha, outras se abriram, ampliando os campos sobre/da travestilidade, revelando autoras-travestis, ou travestis-autoras, discussões acerca do cotidiano, táticas e hackeamentos, deixando o meu terreno-cis mais movediço, afinal, fora formatado pelos saberes colonizantes.

Se meu terreno-cis ficou movediço, o delas fora (re)elaborado segundo a dinâmica do próprio espaço. O sistema carcerário masculino, afinal, elas não foram reconhecidas segundo suas identidades femininas para estarem e outro espaço, é operado pelas ‘sutilezas’ do controle e poder. São vidas enquadradas pelos saberes colonizantes-hegemônicos orquestrados segundo molduras tendenciosas, belicosas e violentas. Esses saberes imbricados pelos universos midiáticos conduzem os olhares da passiva plateia que acolhe as figuras-monstras contornadas. Os quadros, retocados pelos bisturis técnico-sociais, são discursos de indicações de vidas merecedoras da própria categoria de vida e de luto.

As travestis não mereceriam o luto pelo “rompimento” exercido frente a um sexo, gênero e sexualidade esperado, lidar, então, com esses territórios hostis,

exige cooptação de potencialidades entre as brechas ou mesmo criar fissuras para operar seus modos identitários de si. Fugas de enquadramentos.

Essas táticas, aparentemente pequenas, da feitura das sobancelhas com lâminas quebradas de aparelhos de barbear, dos encurtamentos dos shorts e camisetas ou das articulações para que os boys desejados estejam no mesmo xis, revelam as táticas utilizadas pelas travestis no cotidiano, um modo de torná-lo vivível. Essas táticas de hackeamentos – meios de burlar os usos de si e de outros elementos – possibilitaram políticas configuradas nas tramas de uma educação menor, uma política belicosa e de levante contrário ao sistema hegemônico. As existências mínimas, demarcadas de monstras pela sociedade normativa, ganharam dimensões escapadiças do esperado e formatado a elas quanto aos usos e recursos do universo farmacopornográfico e as definições de categorias identitárias femininas que borrou/borra as cristalizações da genitália em nome dos purismos vulvocentrados (mulher-buceta-biológica).

Dentro dos territórios masculinos dos cárceres, inexistem os acessos aos recursos farmacopornográficos. Nem só de hormônio vive uma travesti, mas de toda possibilidade que escorre pelos sistemas, dos modos revelados para sustentar suas feminilidades sob usos de elementos outros para (r)existências cotidianas e no cotidiano. Os elementos são as negociações articuladas para transfigurarem suas vidas em possíveis. Não uma espécie de arremedo de vida, mas vida paradoxalmente (re)construída dentro de um alojamento despregado taticamente pelos hackeamentos possíveis, pelas subversões dos tecidos oferecidos a elas, demandando (re)combinações das pregas em benefício de suas vidas possíveis de viver.

As táticas, hackeamentos, (r)existências, articulações, modos e posturas articuladas por elas podem parecer distantes de teorizações educacionais desenhadas pela candura acadêmica e o são. As formulações de uma educação não tradicional, não canônica, não santificada e não hegemônica, no sentido da heresia mesmo, emergem tentáculos belicosos cobertos de potencialidades escapistas e provocadoras. Os medos da normatividade criaram as ficções de políticas da própria norma projetando enquadramentos (im)precisos e recalibráveis das monstruosidades dissidentes a ela. As travestis e os delitos foram discursivamente recebendo molduras pelos saberes formais. Os cruzamentos delas

e os crimes descritos revelaram o óbvio: as molduras são destacadas conforme a pessoa capturada e analisada pelos dispositivos que logram a justiça e ressarcimento para a sociedade.

A travestilidade importou a ponto de sobrecarregar posições juristas nas sentenças. Os caminhos percorridos por elas não foram/são planos pedagógicos pautados em habilidades e competências, mas acuendamentos todos no truque e artimanhas, também poéticas, para reconfigurar o dia a dia sob táticas de vidas. Quando a norma reconfigura sufocamentos, elas reconfiguram suas táticas. Quando os dispositivos distribuíram suas toxinas, elas hackearam-nos transformando-os em possíveis aromas para seus corpos. Não foi possível o despregamento do espaço, contudo, capturá-lo sob subversões possíveis, subversões travestis.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia** 5. Florianópolis, n. 5, jan. 2005, p. 9-16.

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun/jul/ago 2003, número 23, p. 62-74.

ALVES, Nilda. Redes educativas 'dentrofora' das escolas, exemplificadas pela formação de professores. **XVI ENDIPE**. Simpósio: Currículo e cotidiano escolar. Belo Horizonte, 20 a 23 de abril de 2010, p. 49-66.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Entre prisões da imagem, imagens da prisão: um dispositivo tecno-poético para uma clínica do trabalho**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Informática do Centro Disciplinar de Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre, 2009. 230 f.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: the new mestiza**. San Francisco: Spinster: Aunt Lute, 1987.

BENEDETTI, M. R.. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Ed., 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Ed., 2015.

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Apris, 2016.

CARVALHO, Waldênia Leão de. **Pensar a educação a partir de Michel Foucault: do humanismo ao cuidado de si**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico... In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 9-23.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU ideias/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XII, n. 214, v. 12. 2014, p. 03-25.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: COHEN, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 22-60.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUENHA, Milene Lopes; NUNES, Sandra Meyer. Presença que não se faz só: potências de afeto no ato de com-por entre corpos. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./abr. 2017, p. 99-122.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, jan./abr. 2007, p. 73-95.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, volume IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

FRANCISCO, Ana Lúcia. Resgatando o afeto. **Boletim de Psicologia**. Vol. LV, número 123, 2005, p. 169-176.

G1. Travesti **Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário**. 2017. Disponível

em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em 14 de mar. de 2018.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**. Número 27 (2), jun./dez. 2002, p. 169-178.

GARCIA, Alexandre Lima. O sulear-se como ferramenta de leitura do mundo na educação: contribuições da Geografia a partir de um estudo de caso. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul** v. 1, n. 1, 2017, p. 301-307.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. O não-cotidiano do cotidiano. In: _____ (Org). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 11-25.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2009, p. 41-91.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação com prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, drag queens, transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero. CASTRO, Ana Lúcia de (Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 167-196.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?** Uma Breve Introdução. 2ª Versão, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas**. São Paulo. N-1 Edições, 2017.

LAU, Héilton Diego. A (des)informação do bajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT para a sociedade. **Temática**, Ano XI, n. 02, Fevereiro de 2015, p. 90-101.

LEONA VINGATIVA. **Só não pode esquecer o guanto**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VQ1Lvl1fD9s>>, acesso em 17 de abr. 2018.

LINN DA QUEBRADA. **Necomancia** (part. Gloria Groove). 2017. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/necomancia/>>, acesso em 17 de abr. 2018a.

LINN DA QUEBRADA. **Mulher**. 2017. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/mulher/>>, acesso em 10 de mar. de 2018b.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MENEZES, Aluisio Pereira de. Para pensar o afeto. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano X, número 2, junho de 2007, p. 231-254.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. In: **Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, setembro de 2016, p. 341-354.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** Disponível em:

<https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi>, acesso em 23 de nov de 2017.

OLIVEIRA, Neuza Maria. **Damas de paus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

PALHA, Amanda. **Travesti x mulher transexual – afinal, qual a diferença?** Disponível em: <<https://medium.com/@amanda.palha/travesti-x-mulher-transexual-afinal-qual-a-diferen%C3%A7a-1167c8507e06>>, acesso em 13 de mai. de 2018.

PAULINO, Fred. Poética hacker. **Revista de Gambiologia**, p. 7-12. Disponível em: <<https://issuu.com/gambiologia/docs/facta3>>, acesso em 27 de mar. 2018.

PERES, William Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 201 f. – Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Medicina Social, Rio de Janeiro, 2005.

PERES, William Siqueira. **Travestis Brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PRADO, Célia Luiza Andrade. **Pós-colonialismo e o contexto brasileiro: Haroldo de Campos, um tradutor pós-colonial?** 131 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estilísticos e Literários em Inglês – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

PRECIADO, Paul Beatriz. Farmacopornografia. **El País**. De 27 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2008/01/27/domingo/1201409559_850215.html>, acesso em 02 de jun. 2018.

PRIBERAM DICIONÁRIO. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/chuca>>, acesso em 12 dez. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, jan.-abr., 2017, p. 365-373.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis**. 114 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2012.

SILVA, Aline Ferraz da. **Currículo e diferença: cartografia de um corpo travesti**. 102 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

SILVA, H. **Travesti**. A invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44), ago/dez. 2014, p. 203-220.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Sabotagem, 2004. Disponível em: http://files.femadireito102.webnode.com.br/200000039-62f056357d/As%20Prisoas_da_Miseria%20Loic_Wacquant.pdf>. Acesso em 13 de out. 2016.

ANEXO I – FOLHA DE DESPACHO ENDEREÇADA À DIVISÃO DE TRATAMENTO PENAL/DEPEN



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Protocolo n.º 13.875.419-7

Considerando o inusitado pedido de pesquisa acadêmica do aluno de mestrado Rodrigo Pedro Casteleira, vinculado a Universidade Estadual de Maringá que busca desenvolver o tema "Pessoas trans femininas nos espaços educacionais para jovens e adultos no sistema carcerário paranaense: desfile, deslizes e resistências", com coleta de entrevistas com pedagogo(as) e detentos(as). Para que possamos ter os dados necessários para emissão de parecer, Solicitamos informar:

1. Se há registro de pessoas trans femininas no Sistema Prisional do Estado do Paraná, conforme descrito pelo interessado às fls. 08 "Pessoas trans femininas que alteraram seus corpos biológicos masculinos para o feminino, mas para efeito de fluidez na escrita o termo será o trans associado à gramática feminina."
2. E caso de haver registros de trans femininas, em quais estabelecimentos penais estão alocados?
3. Haveria algum óbice legal em

identificar este público para a realização da pesquisa acadêmica, uma vez que, possivelmente estas pessoas alteraram suas identidades?

Encaminhe-se para a Divisão de Tratamento Penal/DEPEN para ciência e providências.

Piraquara, 06 de outubro de 2016.


Glacelia Quadros
Coordenadora do Setor de Educação e Capacitação
Portaria n.º 291/2012 – DEPEN

A

Divisão do DEPEN

Informo que, até a presente data, não há registro de público com as características trans femininas.

Em, 26/10/2016.


Irecilse Drongek
Gerente de Tratamento Penal


Cezinando Vieira
Diretor Adjunto

APÊNDICES I – QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade:

Como define sua identidade de gênero?

Como define sua cor?

Onde nasceu:

Escolaridade:

Fale um pouco sobre sua vida na infância e adolescência:

Como foi sua vida na escola?

Fale um pouco de como foi seu período no sistema prisional. (motivo da detenção, se havia alas separadas; tempo de pena;)

Estudou durante sua pena? Conte como foi.

Sua identidade era respeitada? De que modo?

Quais técnicas (elementos, indumentárias, maquiagens) utilizou durante sua pena para demarcar sua identidade?

Existe uma educação travesti para você? Por que e como seria?

Como seria uma estética travesti para você?